



TRANS *in* FORMAÇÃO

1989, Volume 1, Número 3
Setembro/Dezembro



TRANS *in* FORMAÇÃO

UNIVERSIDADE E ARQUIVO



TRANS *in* FORMAÇÃO

**Departamento de Pós-Graduação
Faculdade de Biblioteconomia
Pontifícia Universidade Católica
Campinas**



TRANS *in* FORMAÇÃO



TRANS **INFORMAÇÃO**

departamento
pós-graduação
biblioteconomia

QP PUCAMP

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS

Grão-Chanceler

Dom Gilberto Pereira Lopes

Reitor

Eduardo José Pereira Coelho

Vice-Reitoria Acadêmica

Vera Sílvia Marão Beraquet

Vice-Reitor Administrativo

Gilberto Luiz Moraes Selber

FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA

Diretora

Maria Leontina da Conceição Pinke Luiz de Souza

Vice-Diretoria

Edilze Bonavita Martins Mendes

DEPARTAMENTO DE PÓS-GRADUAÇÃO

Coordenadora

Dinah Aguiar Población



TRANS *in* FORMAÇÃO

- PUBLICAÇÃO QUADRIMESTRAL -

CONSELHO EDITORIAL

Geraldina Porto Witter (Presidente)
Dinah Aguiar Población
Solange Puntel Mostafa
Vera Silvia Marão Beraquet
Elizabeth Márcia Martucci
José Vanderley Gouveia

CORPO EDITORIAL

Dinah Aguiar Población (ECA-USP - PUCCAMP)
Elizabeth Márcia Martucci (EBDSC)
Fernando C. Prestes Mota (FGV)
Geraldina Porto Witter (USP-PUCCAMP)
Hagar Espanha Gomes (UFF)
João Francisco Régis de Moraes (UNICAMP)
José Luiz Sigrist (UNICAMP)
José Marques de Mello (ECA/USP)
José Vanderley Gouveia (UFG)
Leila M. Zerlotti Mercadante (UNICAMP)
Samuel Pfromm Neto (IP/USP)
Solange Puntel Mostafa (PUCCAMP)
Vera Silvia Marão Beraquet (PUCCAMP)

CONSULTORIA "AD HOC" PARA ESTE NÚMERO

José S. Witter - FFLCH/USP
José Augusto Chaves Guimarães

Capa: Telma Cristina Witter

Copyright by TRANSFORMAÇÃO

A citação de partes de matéria publicada nesta revista (até 200 palavras) é livre, desde que seja citada a fonte.

ENDEREÇO

TRANSFORMAÇÃO

Departamento de Pós-Graduação em Biblioteconomia - PUCCAMP

Rua: Waldemar Cesar da Silveira, 105

Telefone (0192) 32-3163/31-4609

13045 - CAMPINAS - SP - Brasil

Assinatura para 1989: 0,5 Salário de Referência

TRANS *in* FORMAÇÃO

PUBLICAÇÃO QUADRIMESTRAL
VOL.1 Nº 3 SETEMBRO/DEZEMBRO/1989

ÍNDICE

Editorial 11

TEMAS EM DEBATE: UNIVERSIDADE E ARQUIVO

Universidade e Arquivo: perfil, história e convergência
Helôisa Liberalli Belloto 15

Arquivos Universitários: para que?
Raquel Glezer 29

ARTIGOS

Museu e Computadores: o que está acontecendo agora?
Jane Sledge 37

Tesouro de Ciência da Informação: considerações teóricas e comentários
Helôisa Rios Gusmão 43

A Informação no mundo da técnica
Aldo de Albuquerque Barreto 49

Educação contínua: atitudes e experiências dos bibliotecários do Sistema de Bibliotecas da UNICAMP
Mariângela Pisoni Zanaga 55

Elaboração de teste de um material de história do Brasil quanto aos aspectos vocabular e figurativo
Maria Thereza Oliva Pires de Mello 75

Aproximación historica al conocimiento de la comunicación	
José Antonio Moreira González	93
Objetivos educacionais nos planos de disciplinas do curso de Mestrado em Biblioteconomia da PUCAMP (1977/1987)	
Sonia Acosta Martins, Silvia Aparecida Xavier de Camargo Picelli e Solange Puntel Mostafa	109

RESENHAS

Sistema de Informações para tomada de decisões	
Maria de Cleófas Faggion Alencar	119
A leitura: ontem, hoje, amanhã	
Geraldina Porto Witter	121

COMUNICAÇÕES DE PESQUISAS

Pesquisas em ondamento no curso de Pós-Graduação em Biblioteconomia da PUCAMP	125
Resumos das dissertações apresentadas no Curso de Mestrado em Biblioteconomia da PUCAMP (setembro/dezembro/1989)	127
Relação das dissertações de Mestrado defendidas no Curso de Mestrado em Biblioteconomia da PUCAMP até dezembro de 1989	131

DOCUMENTO

Estatuto da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação e Biblioteconomia - ANCIB	139
---	------------

INFORMATIVO

Publicações recebidas	156
--	------------

**PUBLICAÇÃO QUADRIMESTRAL
VOL.1 Nº 3 SEPTEMBER/DECEMBER/1989**

CONTENTS

Editorial 11

CONTEST: UNIVERSITY AND ARCHIVES

University and Archive: profile, history and convergence
Heloisa Liberalli Belloto 15

University's Archives: what for?
Raquel Glezer 29

ARTICLES

Museums and computers: what's happening now?
Jane Sledge 37

Thesauri of Science information: theoretical considerations and commentaries:
Heloisa Rios Gusmão 43

A Information in a technological world
Aldo de Albuquerque Barreto 49

Continuing education: attitudes and experiences of the librarians of the de Bibliotecas da UNICAMP
Mariângela Pisoni Zanaga 55

Preparation and testing of a history of Brazil tests as reading material: vocabulary and illustrations
Maria Thereza Oliva Pires de Mello 75

Historical view concerning the knowledge of documentation	
José Antonio Moreira González	93
Educational objecties in discipline of the Master Course in Science Library at PUCAMP (1977/1987)	
Sonia Acosta Martins, Sílvia Aparecida Xavier de Camargo Picelli e Solange Puntel Mostafa	109

REVIEWS

Information System and decision	
Maria de Cleófas Faggion Alencar	119
Reading: yesterday, to day, tomorrow	
Geraldina Porto Witter	121

RESEARCH COMMUNICATIONS

Dissertation's Abstracts in Library Science presented at he Course in Library Science of the PUCAMP, until december 1989	127
Resumos das dissertações apresentadas no Curso de Mestrado em Biblioteconomia da PUCAMP (setembro/dezembro/1989)	
Relação das dissertações de Mestrado defendidas no Curso de Mestrado em Biblioteconomia da PUCAMP até dezembro de 1989	131

DOCUMENTATION

Estatuto da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação e Biblioteconomia - ANCIB	139
---	-----

EDITORIAL

*Mais um número. Encerra-se o primeiro volume da **TRANS-IN-FORMAÇÃO**.*

Dificuldades, existiram muitas. E elas parecem estar presentes em quase todas as publicações de periódicos das diversas áreas do conhecimento, no país. É um fôlego sempre presente que, felizmente, tem-se tentado não deixar acabar.

*Esperamos que mais esta nossa tentativa de prosseguir publicando a **TRANS-IN-FORMAÇÃO** deva valer a paciência e compreensão dedicadas dos nossos leitores.*

*Procurando mater a mesma estrutura e qualidade delineada nos dois primeiros números, eleito como tema em debate: **Universidade e Arquivo**, trazendo duas reconhecidas especialistas no assunto.*

***Universidade** tem sido, no momento, o grande tema em debate pela comunidade acadêmica, perseguindo em avaliações periódicas, que possam garantir um salto de qualidade nas instituições universitárias do país. Este tema combinado com Arquivo permite uma preocupação editorial da **TRANS-IN-FORMAÇÃO** em trazer para o campo das discussões a história e a recuperação do conhecimento, gerado pela Universidade, que se tem buscado transmitir e construir.*

Else Benetti Marques Válio

AUTORES:
(Pela ordem dos textos)

Heloisa Liberalli Belloto - Doutora, pesquisadora do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo. Professora e Coordenadora do Curso de Graduação em Arquivologia da UnB e do Curso de Especialização em Arquivos da USP.

Raquel Glezer - Doutora, professora de história da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

Jane Sledge - Ph. D. Collections Information System Administrator, Office of Information Resource Management, Smithsonian Institution, Washington, D.C.

Heloisa Rios Gusmão - Professora Adjunta da Universidade Federal Fluminense.

Aldo de Albuquerque Barreto - Doutor, pesquisador, professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Mariângela Pisoni Zanaga - Mestranda em Biblioteconomia da Pontifícia Universidade Católica no Departamento de Pós-Graduação em Biblioteconomia da Pontifícia Universidade Católica de Campinas.

José Antonio Moreiro Gonzalez - Doutor, professor titular da Universidade de Murcia (Espanha).

Sonia Acosta Martins - Mestranda em Biblioteconomia da PUCAMP e professora da Universidade Federal do Maranhão.

Silvia Aparecida Xavier de Camargo Picelli. Mestranda da PUCAMP e Bibliotecária em Biblioteconomia da Pontifícia Universidade Católica de Campinas.

Maria de Cleófas Faggion Alencar, Mestre, doutoranda na UNICAMP, professora titular do Departamento de Pós-Graduação em Biblioteconomia da PUCAMP.

Geraldina Porto Witter, Livre Docente, professora titular do Departamento de Pós-Graduação em Biblioteconomia da PUCAMP.

**TEMAS EM DEBATE:
UNIVERSIDADE E ARQUIVO**

UNIVERSIDADE E ARQUIVOS: PERFIL, HISTÓRIA E CONVERGÊNCIA

Heloisa Liberalli Belloto
USP/UnB

RESUMO:

BELLOTTO, Heloisa Liberalli. *Universidade e Arquivo: perfil, história e convergência*. *Trans-in-formação*, 1(3): 15 - 28, set/dez, 1989.

A partir do quadro histórico da organização das universidades até a cristalização no século XX, de suas funções primordiais: universidade - ensino, universidade - pesquisa, universidade - divulgação e a universidade - serviços; da discussão sobre a importância da autonomia universitária e a demonstração de suas atividades-fins através de documentos; e do quadro histórico do aparecimento dos Arquivos e da Arquivologia reflete sobre o ponto de convergência entre universidade e arquivo e a necessidade uma política eficaz de tratamento de documentos.

Unitermos: *Universidade, arquivo, história*

Este complexo educacional-científico-tecnológico que é a universidade, hoje em pauta e em crise, merece, neste momento, ser reconsiderada por aquelas vertentes sociais que, ao mesmo tempo em que se servem dela, são seus elementos de sustentação, sendo mesmo sua razão de ser. Pela sobrevivência da universidade, todas as áreas profissionais, dos efeitos de transmissão e da prestação de serviços, devem rever os caminhos de suas relações com a academia. É preciso que explicitem às competentes autoridades a indispensabilidade do apoio e concessão de recursos de toda ordem às instituições de ensino superiores para que se renovem, com urgência as relações entre o Estado e a Universidade.

De um lado a universidade; de outro, os arquivos. Estes, com suas atividades informativas sejam as técnico-administrativas, sejam as sócio-cul-

turais, também compromissados com a sociedade a que servem, seja no domínio do direito público, seja no do privado. Qual é a posição da função arquivística, dentro das instituições de ensino superior? Para melhor poder discerní-la é preciso enfocar o perfil e a evolução de cada um. Arquivos e Universidade. Esta que não é repartição pública, nem empresa comercial; que também não é indústria do conhecimento nem indústria de ensinar; que, além disso, também não é só "a coordenação pedagógica para transmitir e explorar conhecimentos, nem só instrumento de comunicação, adestramento, informação, inventário enciclopédico; mais que os temas versados ou as matérias referidas importam as alternativas que, para cada problema, a universidade tem que buscar" (Macedo, 1971). De outro lado, os arquivos que são unidades de armazenamento, processamento e transferência de informação, podem, por natureza, ser ao mesmo tempo testemunhos e agentes da concretização de todas as possibilidades da atividade acadêmica.

A universidade - **universitas** (saber total, universal) tem suas origens na Baixa Idade Média. No século XII, os estudos superiores começaram a deixar o meio exclusivamente monacal e teológico. O feudalismo, até então, com suas características ruralizantes confinara a educação aos mosteiros isolados, onde a preparação intelectual atingia tão somente a poucos privilegiados. O fortalecimento da vida citadina e comercial ensejava a criação de núcleos leigos com fins de educação e de formação profissional. Na economia urbana, em constante crescimento, estabelecia-se uma rigorosa divisão de trabalho. No campo, a agricultura e os lavradores; na cidade, os negócios, as artes manuais e as corporações de ofício.

Eram agora, o comércio e a indústria que passavam a ditar e a diferenciar um novo grupo de homens que antes achava-se "à margem de uma sociedade em que somente a terra garantia a existência" (Pirren, 1966). Assim, o trabalho passava a organizar-se em torno das confrarias, cuja origem remontava os **Colegia** romanos. Estas corporações de ofícios pretendiam não só o auxílio mútuo, como também criar barreiras à concorrência dos forasteiros. Poderiam os trabalhadores, a partir de então e através de sua organização, exercer certo poder resistência às imposições medievais dos poderes reais e feudais. No bojo da urbanização, o sistema corporativo adentrava a área de educação superior. Grupos de interessados passaram a recorrer a mestres isolados que presidiam agrupamentos e estavam investidos de autoridade para conceder títulos de capacitação profissional. Professores e alunos tiveram que se unir para defender os seus interesses comuns e assegurar a autonomia indispensável ao seu trabalho. As corporações que formavam receberam o nome de **universitas**. Estas corporações

creceriam em número e em importância na Europa Ocidental; isto até sua consolidação definitiva no século XIII.

Surgia, deste modo, a universidade, não oriunda das escolas dos conventos ou das catedrais, como seria de supor, já que aquelas e estas tinham sido, afinal, os centros de ciência e de estudo que, no declinar da época imperial romana, salvaram o saber e a cultura clássica através das cópias de textos e das preleções pedagógicas. A universidade nasceria de outro berço: o daquelas corporações profissionais. Tratava-se neste caso específico de associações que, como se constata, ora eram professores que buscavam mestres (**universitas scholarum**), ora eram professores que se organizavam e escolhiam, por entendimentos prévios com seus futuros alunos, o que lecionariam (**universitas magistrorum**) (Mondolfo, 1966).

A nova feição corporativa da educação superior, consolidada no século XVII, não comportava um saber imposto pela via paternalista. A universidade nascia pois, reitere-se, dentro da fermentação provocada pelo início da anteposição entre as tendências ruralizantes do sistema feudal e as tendências libertárias do novo mundo urbano. E aquelas transformações na vida social, com todo o sentido de independência e autonomia que trazia, acabaria por suscitar maior senso de responsabilidade e de iniciativa. Como se verifica, portanto, as universidades não foram propriamente fundadas e sim organizadas pouco a pouco, à base de sistema corporativo. Iniciativa e responsabilidade, signos de seus primórdios (Belotto, 1982).

Desde as primeiras décadas do século XIII iam se concretizando nas várias regiões européias - cuja geopolítica não era, obviamente a da atual configuração - as universidades de Bolonha, Oxford, Paris, Salerno, Cambridge, Montpleier, Pádua, Salamanca, Coimbra...

A força da universidade - ainda que, por ora, só emanada da **lectio** (a lição) e da **disputatio** (o debate) - foi se tornando sempre crescente. Desenvolveu-se dentro daquela fermentação intelectual que o renascimento da vida urbana, do comércio e do aparecimento de novas camadas da população, com oportunidades sociais, alimentavam. Nessa fermentação, evidentemente, a universidade passaria a atuar na formação de quadros profissionais e nas opções de novas formas de exame e de reflexão. Assim foi até o século XVI quando o poder governamental centralizante começaria a refrear-lhe, em parte, a pujança e o ritmo.

No desenrolar da Idade Moderna - portanto desde o século XVI até fins do XVIII - as universidades, inclusive as já existentes na América Espanhola e América Inglesa (não ainda na Portuguesa, como se sabe), foram pouco a pouco cristalizando as suas funções específicas; no entanto, ainda estavam demasiado absorvidas pelo ensino e pela reflexão, atuando afasta-

das dos interesses mais prementes da sociedade. Evidentemente as circunstâncias do governo absolutista agravam tal situação.

Foi a reformulação da Universidade de Berlim, no século XIX, que trouxe novo alento ao ensino superior. Tornava-se claro que já não se deveria tolerar que a universidade tal qual se mostrava naquele momento - e negando-se as suas origens - fosse tão somente "privilégio de um grupo de homens empenhados em transmitir conhecimento para alguns jovens, em função do aperfeiçoamento individual de cada um. Ciência, sim, se fazia, porém não estavam recebendo contribuições teóricas e metodológicas da universidade, agora por culpa de sua cristalização purista, erudita e elitista. A renovação iniciada em Berlim, com Humboldt, foi redentora e logo teve seguidores (Guimarães, 1980): a universidade européia voltava-se, outra vez, para o "conhecimento novo", a busca da verdade, através da pesquisa e da criação científica. Passava a transmitir expansivismo o que pesquisava e o que criava. E foi com este espírito que se forjaram as novas universidades do século XX, em todo o mundo.

Com algumas diferenças entre as dos vários países e entre as públicas e as privadas, de qualquer forma, as instituições de ensino superior procuram atuar satisfatoriamente como um todo integrado de suas quatro funções primordiais: a universidade-ensino, a universidade-pesquisa, a universidade-divulgação, a universidade-serviços.

A função docente visa a entregar ao mercado de trabalho profissionais competentes, cuja atuação em suas respectivas áreas possa demonstrar que aprenderam algo mais do que o "saber fazer". Pretende-se forjar profissionais com visão global de sua área e conhecedores das relações do seu campo de atividade com a própria sociedade. Não puramente o técnico que acaba por ser, como já se disse, aquele que compreende tudo do seu trabalho, mas não conhece seu objetivo final e nem a posição e lugar do fruto do seu trabalho no contexto universal. Os egressos de uma universidade em que o ensino esteja voltado para a qualidade, mais do que a quantidade, estarão envolvidos pelo instrumental teórico e metodológico para saber lidar com as técnicas e os conteúdos aprendidos, mesmo quando se apresentam de forma e dimensão inesperadas. "É preciso que o ensino seja transformado de transmissão pura e simples de teorias antigas, válidas nos momentos de eficiência, a dúvida, a provocação de novas idéias; do compromisso com um passado onde a uni-disciplinaridade dos currículos era suficiente para assegurar bons empregos, para currículos onde a formação multidisciplinar comprometa o aluno com a realidade; é preciso sair da chatice das aulas repetitivas para a aventura de, com sentimento, praticar novos métodos". (Buarque, 1989).

A função pesquisa científica e tecnológica ocorre, seja no sentido de propiciar ao próprio ensino a necessária renovação, transformação e adaptação aos novos tempos, em ação conjunta com a pesquisa feita extra-muros acadêmicos; seja como pesquisa avançada, pura e aplicada, significando avanços no conhecimento. Aliás, a universidade possivelmente seja, no mundo, o último refúgio da pesquisa desvinculada de interesses imediatos. "A investigação científica prepara o homem de ciência, tanto quanto a especulação filosófica e literária prepara o intelectual. Com isto possibilitará um alargamento e enriquecimento de idéias e comportamentos, uma melhor concepção do poder político, um exercício adequado de cidadania, refina a vida privada, otimiza as relações econômicas, políticas e sociais, condiciona o indivíduo para a busca, preservação e respeito à verdade"; (Belotto, 1976) mesmo porque na própria origem da universidade acha-se a curiosidade que o homem sempre teve para com o mundo, a vida e si mesmo.

São de Darcy Ribeiro as palavras sintetizadoras da missão criadora da universidade: "Dominando e ampliando o patrimônio humano do saber e das artes em todas as suas formas, como condição indispensável ao exercício desta função, a universidade incorpora à sociedade a que serve todo o esforço da interpretação humana. E lhe agrega as expressões de criatividade cultural de seu povo, para capacitá-la a realizar suas potencialidade de progresso e, dessa maneira, integrar-se, como uma nação autônoma, à civilização de seu tempo" (Guimarães, 1980).

As outras funções da universidade são a da transmissão/divulgação do conhecimento, que a leva do ensino e da pesquisa para a mensagem e para atuação comunitária e social e da expansão elimitada extra/muros acadêmicos. Abrem-se estas funções em várias frentes: a editoração universitária, os serviços médicos, psicológicos, veterinários, as assessorias de toda sorte nas áreas das ciências aplicadas, a viabilização de patentes etc.; enfim, da atuação do corpo docente e do corpo discente em tantas forças-tarefa. É a universidade retornando em trabalho e resultado de sustentação que lhe dá a comunidade.

Não obstante o cumprimento dessas funções que sejam por algumas universidades melhor e mais competentemente levados, por outras menos, de nem sempre a sociedade compreende a academia, sonogando-lhe mui-tíssimas vezes os recursos necessários. Isto por interpretar a cultura intelectual como fechada, parciaisista, corporativista, elitizante. Na verdade, a universidade, sendo o reduto do saber é, também "uma instituição social dispendiosa para a sociedade que arca com o ônus de sua manutenção e que está a lhe exigir contrapartida em ritmo acelerado". (Guimarães, 1980) No entanto, é preciso que se lhe possa mostrar a extensão do benefício de se manter esta instituição, ainda que seja a médio e a longo prazo. E é a

autonomia universitária - que começa pela autonomia orçamentária e pela autonomia política - que vai possibilitar à universidade poder atuar efetiva e eficazmente. "A universidade oficial é responsabilidade do Estado, que para ela deve carrear os recursos, não como favor ou dádiva, mas como obrigação irrecusável e respeitando sempre a autonomia". (Guimarães, 1980).

As cúpulas universitárias devem estar livres de ingerências estranhas no seu esforço de superação de dificuldades, na provisão adequada dos meios para o estudo e a pesquisa necessária ao progresso da ciência e da cultura. "Uma universidade com compromisso social é aquela que se pauta pela busca de soluções adaptadas à realidade em que vive e atua, mas também é aquela que está na ponta do conhecimento científico internacional, com laboratórios integrados em redes mundiais, com pesquisadores participando de atividades científicas em todas as partes do mundo, com alunos conhecendo outras realidades culturais e históricas..." (Todorov, 1989).

Se a sociedade democrática é a que confere a todos os cidadãos a oportunidade de participar da cultura, como negar à universidade, centralizadora dessa mesma cultura, a necessária independência para ativar o desenvolver a sua ação? Definitivamente, a autonomia é condição primeira. Para realmente alcançá-la a universidade deve mostrar o que é e o que pode ser através, não só do cumprimento efetivo das suas essenciais funções. E não há outra forma de se comprovar isto senão através de documentos; aqui não somente os documentos normativos e/ou os resultantes do funcionamento das atividades-meio mas os de toda ordem que comprovem suas atividades, colegiados, projetos e relatórios de pesquisa, serviços etc., etc., etc. Documentos vitais, documentos de valor permanente, documentos de valor temporário, documentos acessórios, documentos rotineiros...

É nesta altura, evidentemente, que entram os arquivos, ou melhor, é que afloram os pontos convergentes entre universidade e arquivo. Em que uma eficaz política de tratamento de documentos pode otimizar o cumprimento das atividades-meio e das atividades-fim de uma instituição de ensino superior? E quais são as modalidades de arquivo que podem ocorrer na universidade? O próprio enunciar da conceituação, histórico, funções e compromissos dos arquivos e a abordagem das vertentes em que ele pode servir à universidade, demonstrarão facilmente aquela convergência.

Os arquivos constituem essencialmente fontes de informação. Eles resultam da acumulação estruturada e orgânica de documentos gerados ou reunidos por instituições públicas ou privadas no exercício das funções e atividades que comprovam e justificam sua existência. Estes documentos são conservados enquanto seu teor está em vigor/vigência, por razões administrativas e/ou jurídico-legais podendo ser eliminados se o seu valor se restringir àquele uso primário (o relacionado ao motivo de sua produção) ou,

sendo documento de valor permanente, vir a constituir elemento documental dentro dos arquivos permanentes, comumente conhecidos como históricos. Neste caso, serão a "fonte direta, fundamental e indiscutível a qual deve recorrer todo historiador" em seu labor da "explicação" histórica (Gaoutier, 1961).

O aparecimento dos arquivos remonta à Antigüidade e todas as monarquias do Oriente Próximo - hititas, assírios, babilônico - dispunham de arquivos organizados, fossem reais, religiosos e mesmo privados. Lá estão, em tabletes de argila de 2.000 anos antes de Cristo, correspondência diplomática, tratados internacionais, relatórios administrativos, contratos, contas de receita e despesa etc. Da mesma forma, a Antigüidade clássica - Grécia e Roma - nos legou, devidamente esclarecidos pelas escavações do século XIX, arquivos inteiros originados por administrações locais, constituídos por documentos legislativos, comerciais, religiosos etc. As cidades gregas possuíam arquivos. A própria palavra resulta deste fato: **Archeion**, que originalmente eram os edifícios onde se reuniam os magistrados, (Cortés Alonso, 1979) passou a designar também o conjunto de documentos por eles produzidos e utilizados.

A Idade Média traz a progressiva decadência dos atos escritos típicos do Direito Romano. Com isso, obviamente dá-se o desprestígio dos arquivos, já que eram as instituições destinadas e congregá-los. Entretanto, no século XII, as concentrações feudais, assim como as administrações itinerantes de alguns reis, vem a revitalizar a prática da guarda de documentos. Documentos estes, reiterem-se acumulados quase sempre com a estrita finalidade de provar direitos das autoridades supremas. Ainda não era chegado o tempo em que os arquivos viriam a abrigar comprovantes dos deveres daquelas autoridades para com o povo.

Ora, a mesma fermentação do comércio, o mesmo renascimento da vida urbana e o mesmo aumento demográfico que tanto influenciam o aparecimento das universidades, vem a refletir-se também na área dos arquivos. A partir do século XIII, cada serviço administrativo passa a adquirir o hábito de conservar seus próprios arquivos: vastas séries de contas, de correspondência, de registros, de atos normativos reais e papais, entre outros documentos, redigidos sobre pergaminho, chegaram até nós,

Pelos anos e séculos que se seguiram a área arquivística iria se desenvolvendo, firmando a sua existência, porém sempre ainda ligada diretamente à autoridade máxima: os reis, as suas chancelarias, as altas cúpulas da Igreja Católica e a nobreza. Foi no século XVIII que se adensou a concentração de documentos nos grandes depósitos de arquivos estatais. Até mesmo porque as grandes inovações burocrático-administrativas da época assim o exigiam em toda área da civilização ocidental. E, no bojo da

Revolução Francesa, em 1789, pela primeira vez, abriram-se os arquivos ao cidadão comum.

Instaurava-se, se bem que ainda não com todas as características de sua configuração atual, o princípio da transferência dos arquivos, substituindo o **tonus** de secreto, de segredo de Estado como vinha até então acontecendo.

Mas ainda se passaria um século, antes que os arquivos se abrissem à pesquisa histórica científica. Esta, rapidamente levada ao exagero, constituiu-se na histórica positivista, na qual se desenhava um demasiado culto ao documento. Firmava-se e consolidava-se a aproximação entre os documentos de arquivo e historiografia. "Assim se completava o leque de possibilidades do arquivo, pois, demais de servir à instituição emitente dos papéis e ao cidadão que neles tem algum interesse, agora o arquivo também atenderia aos consulentes em caráter de estudo os quais iriam sendo mais numerosas e requerendo maior dedicação" (Cortés ALonso, 1979). Data do século XIX a grande parte dos arquivos nacionais na Europa e na América Latina, inclusive o do Brasil que foi criado em 1838.

Portanto, paralelamente à história, a arquivista também buscara sua modernização e cientificidade, aproximando-se das teorias e métodos próprios da administração. O princípio do **respect des fonds**, surgido na França em 1841, representava significativamente a nova tendência na organização arquivística, baseada nas estruturas hierárquicas e orgânicas da administração pública. A sua rápida adoção em toda Europa e América demonstrou claramente a aplicabilidade e logicidade de seus princípios. Novos marcos seriam a criação nos moldes modernos, dos Arquivos Nacionais dos Estados Unidos em 1939 e o aparecimento do Conselho Internacional de Arquivos em 1950.

O panorama mundial dos arquivos hoje é bastante alentador, estando seus profissionais em busca de melhorias no aprendizado da arquivística, na adaptação as novas tecnologias e na ampliação dos domínios dos arquivos, dos sistemas de informação integrados, sejam os das empresas, sejam os dos órgãos públicos. A distância entre os dois polos da função arquivística: o da administração e o da história, já não admite solução de continuidade. Cada vez mais é preciso preencher e se concretizar a integração do fluxo documental, baseado no ciclo vital dos documentos, tendo-se nas três idades arquivísticas - a corrente, a intermediária, a permanente - os pilares do tratamento documental. Só ele possibilita que se conheça os conteúdos dos documentos. "A grande reivindicação dos pesquisadores e estudiosos, dos profissionais de comunicação e do público em geral diz respeito à democracia da informação (...). Arquivos desorganizados tornam difícil o acesso à informação. Se documentos se perdem ou são destruídos, não há

como lhes dar acesso; quando se acumulam em massas disformes e sem controle, fatalmente haverá um grande desperdício de tempo para recuperá-lo". (Soares, 1990).

Programas de gestão documental são desenvolvidos em vários dos órgãos públicos brasileiros - até por que já há precisão legal para que se o faça. Não é só o artigo 216, parágrafo 2º da Constituição de 1988 que dita que "cabem à administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem", mas também já está em vigor a Lei nº 8.159, de 08 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados. (Diário Oficial União, 1991).

O objetivo último da arquivologia é a transferência/disseminação da informação a partir de seu objetivo peculiar: documentos que inevitavelmente são os emanados da regulamentação, funcionamento e cumprimento das funções e atividades das entidades, sejam elas públicas ou privadas. Vencida a primeira etapa de sua função - a que visa assegurar o fluxo informacional que permita a organização funcionar adequadamente - cabe aos arquivos a avaliação documental que garantirá a permanência dos documentos de valor circunstancial. A função arquivista no âmbito dos arquivos permanentes, ditos históricos - constituídos justamente pelos documentos remanescentes das eliminações criteriosas - será a de garantir a "memória" das organizações para efeitos científicos da pesquisa histórica ou para efeitos de transmissão cultural.

Dados os dois quadros - perfil e história - tanto da universidade como do arquivo, já se pode contar com elementos de discussão de onde, como e porquê se cruzam estes dois entes. De um lado, acha-se a universidade; esta, para que cumpra adequadamente, suas funções fundamentais - ensino, pesquisa e extensão necessita de informações exatas, atualizadas e pertinentes sejam elas ligadas suas atividades-fins sejam às atividades-meio. De outro lado, situa-se o arquivo, significando o grande referencial informativo a organizar, a moldar, a viabilizar as próprias relações administrativas; igualmente, ele significa o referencial/memória apto a oferecer retratos das situações, atos, fatos e comportamentos passados.

O papel principal dos arquivos universitários é o de 1 - reunir, processar, divulgar e conservar todos os documentos relativos à administração, histórica e ao funcionamento/desenvolvimento da universidade; 2 - avaliar e descrever estes documentos tornando possível seu acesso, segundo as políticas e procedimentos elaborados especificamente para estes fins; 3 -

supervisionar a eliminação, ter o controle da aplicação das tabelas de temporalidade, a fim de que nenhum documento de valor permanente seja destruído. Disto tudo depreende-se seu segundo grande papel que é o de: 1 - fornecer aos administradores as informações requeridas ao menor prazo possível; 2 - fazer as demandas de informação e de pesquisa requer-se do serviço de arquivos universitários que proponha e coordene a uniformização de métodos de classificação de documentos dentro das unidades universitárias com afinidade de recuperação acelerada dos documentos necessários aos administradores" (Jilek, s/d).

As universidades, tal como outras instituições públicas e privadas, devem implantar seus programas de gestão de documentos. Assim, serão sistematizados os procedimentos administrativos para que se alcance o controle da produção documental, sua utilização, seus prazos de vida e sua destinação (a eliminação, a conservação temporária ou a guarda permanente). "Uma política de tratamento de documentos é a forma concreta e estruturada de organizar os meios que permitirão o tratamento eficaz e rentável de documentos deve ter como finalidade a planificação, o estabelecimento e manutenção de todos os meios (regulamentação, estrutura, programa) que tornem possível um controle racional, eficaz e rentável da criação, utilização, recuperação e conservação de documentos que esta administração produz/recebe de suas atividades" (Couture & Rousseau, 1982).

Um sistema de arquivo em cada universidade deve e pode criar condições de otimização das funções-fins de ensino, pesquisa e extensão, ademais das próprias atividades-meio da área administrativa. Ademais, passado o uso primário do documento (o uso administrativo, ligado diretamente à sua criação) se ele for considerado de valor permanente irá integrar a "memória" da universidade, junto aos demais documentos de seu "arquivo histórico". Este, por sua vez, é constituído dos vários agrupamentos documentais advindo das unidades acadêmicas e das administrativas. No sentido geral os arquivos finais tem multipla razão de ser para as entidades que os produzem/acumulam/organizam/utilizam: uma delas é o incremento à eficiência administrativa devido a melhor eficácia do sistema informativo; outra é de ordem cultural integrante do patrimônio documental local e nacional; a terceira razão relaciona-se aos interesses do cidadão. "Os documentos oficiais definem as relações entre governo e governados; ainda, mesmo ultrapassados os prazos de vigência, os arquivos permanentes "englobam

grande capital dessa experiência oficial de que o governo necessita para dar continuidade e consistência às suas ações, tomar determinações, tratar de problemas sociais e econômicos, bem como de problemas de organização e métodos". (Schelleberg, 1973) Ora, se estes argumentos forem carreados para a área dos arquivos permanentes das universidades serão igualmente válidos: possibilitam eficiência administrativa-acadêmica, informam sobre os procedimentos passados de ensino e de pesquisa; guardam direitos e deveres de professores, alunos e funcionários durante seu tempo de permanência na universidade e mesmo depois dele; finalmente, fornecem dados de toda ordem como "grande capital de experiência" para continuidade institucional da universidade.

Na análise do ponto de convergência entre arquivos e universidade evidencia-se a importância, a aplicabilidade, a relevância do papel dos arquivos junto às instituições do ensino superior. São cinco as vertentes em que se apresenta esta convergência.

1. Arquivo na universidade enquanto sistema documental oficial da informação administrativa e da científica dentro das próprias unidades e órgãos de direção.

2. Arquivos culturais com fundos e coleções de origem privada e de interesse da comunidade e de história da região.

3. Arquivos de universidade como integrante de um sistema maior dentro da esfera jurídico-administrativa a qual a entidade está ligada.

4. Assistência técnica das universidades aos arquivos públicos especialmente os municipais, tão carentes de recursos e de metodologias atualizadas.

5. Ensino arquivístico em níveis de graduação, pós-graduação, especialização e extensão com que a universidade pode enriquecer a própria área e os próprios profissionais.

Um recente ato dispositivo, emanado da Secretaria Nacional de Educação Superior do Ministério da Educação (Brasil, 1990) mostra, ainda que de forma parcelada e, de certa forma, ao arrepio da moderna terminologia arquivística, a preocupação do governo federal para com a função arquivística dentro da universidade. Os considerandos daquela Portaria aludem às inúmeras consultas feitas ao MEC por instituições universitárias federais e particulares sobre o arquivamento e inutilização de documentos. Como se trata de provas documentais que impõem cuidados especiais para resguardo dos aspectos de natureza jurídica, acadêmica e preservação da sua memó-

ria, devem ser estabelecidas normas, passando a movimentação do arquivo a ser responsabilidade do Secretário da instituição. Assim, em 10 artigos regulamentou-se sobre "o arquivamento de livros e documentos referentes às atividades dos estabelecimentos de ensino", estabelecendo-se divisão entre a fase do "nascimento, assim entendido enquanto os livros, documentos e papéis estiverem sendo escriturados, e a outra como o título de definitivo, quando concluída a movimentação, quer pelo preenchimento ou pela conclusão final".

As várias espécies documentais próprias do serviço acadêmicos são contempladas nos sucessivos artigos, estipulando-se para o "arquivamento perpétuo (sic)" somente os livros de atas de conselhos e Departamentos; a ficha correspondente ao histórico escolar de ex-alunos, concluintes de cursos ou não e documentação referente ao exercício de magistério nos cursos da instituição". Denota-se pela amplidão deste último item em contraponto aos dois primeiros e pela ausência de referência às atividades de pesquisa e extensão que esta primeira regulamentação está longe de abarcar toda a documentação gerada/ acumulada pelas universidades. Ademais, não se fala em arquivos setoriais, centrais e permanentes, muito menos em gestão de documentos. De qualquer forma significa uma certa atenção das autoridades ministeriais para com a organização das informações na universidade.

Devemos atentar para o fato de que a preconizada necessidade de mudança, de maior determinação e melhor qualidade da universidade para impor-se, precisa contar com informações suficientes e organizadas para responder à demanda no cumprimento de suas funções essenciais, sendo, para tanto, necessários bons profissionais. Estes deverão ser obtidos junto às áreas de ensino e de assistência técnica, podendo ainda atuar na organização e disseminação dos arquivos culturais formados de doações ou compras. Embora com seu perfil próprio, damos-nos conta que estas atividades arquivísticas estão relacionadas e podem, a partir de um entendimento e trabalho conjunto, contribuindo de forma real e eficaz para que a universidade otimize todas as metas que se propõe atingir. Ensino, pesquisa, transmissão e serviço à comunidade serão beneficiários marcantes da adequada organização dos sistemas de arquivo e do programa de formação do pessoal técnico. Só assim arquivos e universidades estarão cumprindo cabalmente seu objetivo último na sociedade: o melhor informá-la para melhor instrumentá-la afim de que se absorvam as mudanças necessárias ao seu próprio progresso.

UNIVERSITY AND ARCHIVE:PROFILE, HISTORY AND CONVERGENCE

SUMMARY:

BELLOTTO, Heloisa L. *University and archive: profile, history and convergence.*

Trans-in-formação, 1(3): 15 - 28, sept/dec., 1989.

Reflexions about history of the university organizations and consolidation of its fundamental functions: university-education, university-research, university-divulging and university-services; about the importance of the university's self-governament (autonomy) and the demonstration of its ended-actives through documents; and, about the history of the appearance of the Archives and the Archivology. Discuss the converge point between university abs archives and the necessity of one efficient policy of treatment of the documents.

Key words: *University - Archieves - History*

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BELLOTTO, Heloisa Liberalli (1982). A dinâmica do livro na Universidade Medieval. **Revista de Comunicações e Artes**, São Paulo, 11:1-11.
- BELLOTTO, Manuel Lelo (1976). Universidade: idéia e compromisso: integração inadiável. **Problemas Brasileiros**, São Paulo, 17:193.
- BRASIL. Ministérios da Educação. Secretaria Nacional de Educação Superior. Portaria nº 225, de 20 de dez. 1990. **Diário Oficial da União**, Brasília, 23 dez. 1990. Seção I, p.25.
- BUARQUE, Christóvam (1989). **Na fronteira do futuro: o projeto da UNB**. Brasília, Editora UNB.
- CORTÉS ALONSO, Civenta. (1979) La función de los archivo. In _____ **Archivos de Españã y América**; materiales para un manual. Madrid: Ed. Universidad Complutense.
- COUTURE, Carol & ROUSSEAU, Jean Ives (1982) **Les archives ou XXeme Siècle: une réponse aux besoin de l'administration et de la rechèrche**, Montréal: Université de Montréal.
- Diário Oficial da União**. Brasília, 09. jan. 1991.

- GAUTIER, Robert-Henri (1961) *Les archives*. In: SAMARA, Cherlem, **L'Histoire et ces méthodes**. Paris: Gallimard.
- GUIMARÃES, Moacyr Expedito Vaz (1980). *Universidade e comunidade: integração inadiável*. **Problemas Brasileiros**, São Paulo, 17:193.
- JILEK, B. **Le rôle, le fonctionnement et l' organization des archives universitaires**. Montréal, Université de Montréal, (mimeo).
- MACEDO, Jorge Borges de (1977). *A Independência da universidade*. **Democracia e Liberdade**. Lisboa.
- MONDOLFO, Rodolfo (1966). **Universidade: passado e presente**. Buenos Ayres: Eudeba.
- PIERRENE, Henri (1966). **História econômica e social - Idade Média**. Trad. de Lycurgo Gomes da Motta. São Paulo: Mestre Jou.
- RIBEIRO, Darcy (1969). **A universidade necessária**. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- SHELLEMBERG, T.R. (1973). **Arquivos modernos**. Trad. de Nilza Teixeira Soares. Rio de Janeiro: FGV.
- SOARES, Nilza Teixeira (1990). **Gestão de documentos: compromisso do Governo**. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ARQUIVOLOGIA, 8, Salvador, 14-20, out.
- TODOROV, João Cláudio (1989). **A universidade brasileira: crises e perspectivas**. Brasília: Editora UNB.

ARQUIVOS UNIVERSITÁRIOS: PARA QUE?

RAQUEL GLEZER
FFLCH/USP

RESUMO

GLEZER, Raquel. *Arquivos Universitários: para que?*
Trans-in-formação, 1(3), set/dez, 1989.

Apresenta reflexões sobre as lacunas e dificuldades existentes nos arquivos universitários, sua relação com o significado de prestação de contas à sociedade sob a forma de preservação e organização do acervo documental, bem como manifesta preocupação com o respeito ao saber, ao conhecimento desenvolvido e ao trabalho intelectual realizado.

Unitermos: *arquivo, universidade, informação*

- "Corre! Corre! - gritava a Rainha. Mais depressa! Mais depressa!...
- Ora essa, acho que ficamos sob essa árvore o tempo todo! Está tudo igualzinho!
- Claro que está- disse a Rainha. - O que você esperava?
- Em, **nossa** terra- explicou Alice, ainda arfando um pouco - geralmente se chega noutra lugar, quando se corre muito depressa e durante muito tempo, como fizemos agora.
- Que terra mais vagarosa! - comentou a Rainha. - Pois bem, **aqui**, veja tem de se correr o mais depressa que se puder, quando se quer ficar no mesmo lugar. Se você quiser ir a um lugar diferente, tem de correr pelo menos duas vezes mais rápido do que agora" (Carrol, 1977).

"Making mistakes is part of science. But blindly denying the possibility of errors goes against the heart of the scientific method" (Times, 1991).

A solicitação de escrever sobre 'arquivos universitários' - objetos inexistentes em nossa realidade acadêmica provocando uma estranha viagem, que somou tentativa de reencontrar as sensações do início do curso de graduação em História, tão distante agora; leituras variadas, que incluíam desde a bibliográfica clássica de domínio de especialista em Metodologia, Historiografia e Teoria da História, até romances policiais e romances de ficção científica; experiências de pesquisa, experiências de trabalho em arquivos, reflexões sobre Universidade e função social, relação dela com a sociedade, produção de conhecimento científico e ética de pesquisa, avaliação de produção e desenvolvimento de trabalho científico.

O primeiro contato com 'arquivos' foi ao iniciar o curso de graduação em História, as visitas aos 'Arquivo do Estado', 'Arquivo da Prefeitura'-sensação de encontrar um mundo fascinante, tanto quanto o das bibliotecas! Percorrer os espaços, consultar fichários e bibliotecas especializadas!

Ao iniciar os trabalhos escolares de pesquisa, o encontro com a realidade: hoje, quase que do mesmo modo que antes, arquivos estão sobrevivendo em condições adversas, em meio inóspito e inimigo. As dificuldades de manutenção dos acervos arquivísticos, o desrespeito ao patrimônio público, o desconhecimento sistemático que acesso à informação é direito de cidadania, são os mesmos há tantos anos.

Nas leituras especializadas, principalmente sobre a formação de pesquisadores em História, o encontro com a diferença e desigualdade. Foi em um livro especializado sobre a História que encontrei pela primeira vez a informação da existência de 'arquivos de pesquisadores' que tinham acesso público ou restrito, mas que deveriam existir para permitir o desenvolvimento do conhecimento científico (Hockett, 1955).

Em vários outros livros havia citações sobre 'arquivos de pesquisadores' localizados em uma ou outra instituição, tal como o de Lord Acton.

Nas leituras de policiais, nos crimes de laboratório sempre apareciam as 'cadernetas de cálculo', 'cadernetas de anotações de desenvolvimento de experiências', que quando encontradas e lidas pelo sagaz detetive, permitiam a identificação do criminoso.

Nos livros de ficção científica sempre aparecem os misteriosos 'arquivos', com as informações guardadas, sob as formas mais variadas: livros, pergaminhos, objetos misteriosos, cristais, computadores etc etc - qualquer forma de armazenamento de informações e dados - sempre considerados significativos, devendo mesmo ser preservados a qualquer custo (Miller Jr, s/d).

Todo esse acúmulo de informações esparsas, guardadas na memória devem ter influído, e muito, na tentativa de trabalhar em arquivo e com

arquivo, uma experiência fascinante de permuta de posicionamento - de usuária de arquivo em arquivista.

No trabalho com 'arquivo intermediário' e 'arquivo histórico', as dificuldades de apresentar à sociedade o trabalho desenvolvido, de transformar arquivos em locais de pesquisa, de prestação de serviços públicos, em plena acepção do termo, se apresentaram e foram experiências valiosas, inclusive para o questionamento da noção de cidadania - sempre limitada quando ao cidadão é vedado o acesso à informação.

Muitas das lacunas e dificuldades existentes nos arquivos podem ser atribuídas à não sedimentação do conceito de cidadania, tanto entre os governantes como entre os governados.

Por sua vez, os cursos de formação de pesquisadores, que são os cursos de graduação tal como existem, também sobrevivem de forma precária, com instalações físicas deficientes, acervos bibliográficos limitados, restritos, defasados das linhas editoriais mais recentes. Pobreza de acervos bibliográficos, escassez de instrumentos de pesquisa, pouca divulgação do trabalho desenvolvido são tão usuais, tão constantes do dia a dia dos cursos de graduação, que após algum tempo, sequer são comentados. Afinal de contas, após muitas batalhas, conseguimos manter os cursos de graduação especializados, lutando contra as chamadas 'reformas educacionais' da década de 70, que pretendiam a extinção deles, favorecendo cursos 'polivalentes' ou de 'curta duração'.

Mas a manutenção dos cursos de graduação específicos não permite, por outro lado, a formação de 'arquivos universitários'.

Todos nós sabemos que as instituições universitárias mantêm arquivos: arquivos burocráticos, controladores do dia do funcionamento da instituição, e que devem funcionar, de forma presumível, mas por inércia do que por pulsão.

Mas, não sabemos o que fazem elas com a documentação, quando esta ultrapassa a vida legal. Serão guardadas em algum local? Armazenadas? Destruídas?

Se instituições de pesquisa por excelência não se preocupam com seus arquivos, que dizemos de outras tantas?

Podemos dizer que as instituições universitárias brasileiras são tão recentes que nem se preocupam ainda com seu acervo arquivístico, com honrosa exceção da Universidade Federal de Uberlândia, em Minas Gerais, que passou seu acervo para o Núcleo de Documentação e Pesquisa Histórica.

Mas não estou só preocupada com o acervo arquivístico da Universidade como instituição, que deveria ser organizado e cuidado. Claro que os acervos arquivísticos multi-seculares de renomadas universidades estrangei-

ras foram se formando paulatinamente, lentamente, no decorrer de sua existência.

Espero que alguma autoridade administrativa universitária perceba, em tempo, o significado de prestação de contas à sociedade sob a forma de preservação e organização do acervo documental.

Estou preocupada, e muito, com outros tipos de 'arquivos universitários', cuja inexistência prejudica o desenvolvimento do conhecimento científico, o processo de formação de pesquisadores inciantes, a exigência da ética da pesquisa, o rigor diante da propriedade intelectual. Refiro-me aos 'arquivos de curso', 'arquivos de disciplina', 'arquivos de trabalhos de alunos de graduação', 'arquivos de trabalhos de pós graduação', 'arquivos de pesquisadores'.

Considero mesmo que a preocupação, tão de nossos dias, com a 'modernização', 'atualização', perfil da instituição universitária, seu relacionamento e inserção na sociedade, dependem mais da criação de 'arquivos universitários' do que da atuação forçada dos administradores.

Enquanto 'arquivo' estiver associado, em nossas idéias, com o acúmulo de papéis velhos, não mais úteis, local de espaço perdido, sítio escolhido para 'deposição' de funcionários 'enconstados' em qualquer outro lugar, muito pouco poderá ser concretizado na área de prestação de contas à sociedade dos recursos investidos.

Claro que os Relatórios de Atividades são uma forma de prestação de contas, que afinal surgiram em nossas instituições, embora não substituam os Anuários.

A inexistência de 'arquivos universitários' especializados em cursos, disciplinas, trabalhos de alunos e trabalhos e pesquisadores prejudica o processo de formação do pesquisador, inibe o desenvolvimento do respeito pelo trabalho intelectual, dificulta a especialização em projetos com continuidade, enfim, todas as atividades e atitudes que tenham como pré-requisito a continuidade.

Quase todos os orientadores já passaram pela experiência de receber um jovem iniciante em pesquisa, que sem nenhum acesso ao que faz parte do acervo de conhecimentos, se propõe a refazer uma pesquisa, uma trajetória de pesquisa - na verdade, sem o saber, está correndo muito para ficar no mesmo lugar.

Também a não existência de arquivos de cursos dificulta a percepção e análise das transformações decorridas: quão diferentes foram os cursos em seus diversos momentos? A falta de documentação, a impossibilidade de recorrer rapidamente aos textos, programas, docentes, produções fazem que os cursos vivam mais no mito do 'passado glorioso' do que na análise crítica de sua trajetória.

Arquivos de disciplina evitariam, ou pelo menos, diminuiriam os casos de plágio não intencional, onde textos, análises, experiências de docentes utilizadas em aulas são apropriadas, sem indicação de fonte ou utilização inicial.

Quanto de nós encontramos em outros textos aquela sensação de que as frases não nos são desconhecidas; material, decorrente de uma pesquisa pessoal, que reaparece utilizado; algumas das reflexões apresentadas não nos soam como estranhas ao nosso trabalho?

Afinal de contas, do trabalho desenvolvido nos cursos de graduação não existe outro registro que o acervo pessoal do docente, as anotações de alunos, o material por ventura distribuído.

Pelo menos, o registro de trabalhos de alunos, tanto os da graduação quanto os de pós-graduação indicaram o respeito à propriedade intelectual, a valorização do trabalho de pesquisa.

Talvez assim o mito do 'alunado melhor' pudesse ser analisado. Como as comparações atuais são realizadas com base em impressões subjetivas, visto que não há registros, todas as afirmações acabam caindo na categoria de juízos de valor. Alunos 'melhores' ou 'piores' só podem ser analisados com fundamentação científica, com registros, com base documental e regras científicas - o que se presume que Universidades possam fazer.

Da mesma forma que não se concebe laboratórios de pesquisa sem a tradição de registros, que possam ser consultados, reconferidos quando questionados, apresentados em caso de resultados considerados duvidosos ou questionáveis, apresentados em caso de resultados considerados duvidosos ou questionáveis, não se concebe curso universitário sem 'arquivo universitário'.⁽¹⁾

'Arquivos universitários' devem existir e ser preservados, pois indicam o respeito ao saber, ao conhecimento desenvolvido, ao trabalho intelectual realizado, e, são, acima de tudo, um direito de cidadania.

Falamos muito em prestação de contas à sociedade, em inserção na sociedade, mas enquanto o produto de nossa atividade ficar oculto, guardado em reduto inacessível, muito pouco resultará.

Muitos colegas dirão que um bom sistema de publicação resolveria; a formação de grandes bancos de dados solucionará, no futuro, a questão; os modernos sistemas de comunicação evitarão problemas como a duplicação de pesquisas.

Acredito, por experiência de trabalho em arquivos e pesquisa, que sem registros documentais, sem a criação de ética de pesquisa, sem respeito à propriedade intelectual acabaremos formando 'manipuladores de caixas pretas', talvez até bons manipuladores, mas não cientistas, produtores de

conhecimento, inseridos na sociedade e a ela prestando contas dos recursos investidos.

Nesse momento, deixaremos de correr muito para ficar no mesmo local, e as notícias sobre laboratórios no exterior não nos soarão tão exóticas. As falsas questões sobre o 'melhor alunado', o 'mito do passado glorioso', a falsa dicotomia entre ensino e pesquisa adquirirão então sua face verdadeira, e deixarão de ser questões pertinentes a mundo universitário, que estará diante da sociedade de corpo inteiro e íntegro.

SUMMARY

GLEZER, Raquel. *University's archives: what for?*

Trans-in-formação, 1(3): sept/dec., 1989

Present reflexions about the gap and difficulties in the university' archives and its relation with the meaning of account for the community in form of preservation and organization of the documental collection, and considerations about the knowing respect, developed acknowledged and the intelectual work done.

Key words: *archives, university, information*

REFERÊNCIAS

1. CARRLL, Lewis. **Através do espelho e o que Alice encontrou lá.** Rio de Janeiro: Fontana/Summus, 1977. p.155.
2. **Times International**, 137(13): 35, 13 april 1991.
3. HOCKETT, H.C. **The critical method in historical research and writing.** ew York: MacMillan., 1955.
4. Vide ASIMOV, I. **O hábito da morte**, e outros.
5. Vide especialmente MILLER Jr, W. **Um cântico para Leibowitz e a tetralogia de ASIMOV, I. Fundação.**

(1) *Vide casos de laboratórios de reputação internacional que estão tendo seus registros reverificados e reconferidos nos casos de discussão sobre atribuição de créditos de descobertas científicas, especialmente nas disputas sobre patentes e financiamentos de pesquisa.*

MUSEUMS AND COMPUTERS: WHAT'S HAPPENING NOW?

Jane Sledge *
Smithsonian Institution/USA

RESUMO

SLEDGE, Jane. *Museu e Computadores: o que está acontecendo agora?*
Trans-in-formação, 1(3): 37 - 42, set/dez, 1989.

Os museus estão buscando um uso efetivo para os computadores. Esse ensaio discute projetos de automação de museus que vão além da instituição individual. Embora cada museu tenha suas próprias necessidades e preocupações, muito pode ser feito em níveis regional, nacional e internacional. Projetos bem sucedidos de automação requerem parceria e pensamento renovador. A resposta não está na seleção do software correto, mas na capacidade para fazer questões críticas que atinjam o coração da missão dos museus.

Unitermos: *Museus - Computadores - Bases de dados.*

Stafford Beer (1972:31), a noted cybernetics expert, wrote that many organizations asket how could they best employ automation to serve their businesses. How should the enterprise be run given that a computers exist?". Automation challenges museums to reconsider how to most effectively col-letc, conserve, research, communicate, and manage.

When facing the issue of automation, most museums are equal wether they are in developed or undeveloped coutries. A museum in Canada's North West Territories or a small community history museum in the mid-west United States faces the same problems of isolation, lack of ready access to and information about technology, lack of technical experts and expertise, unsta-ble power, suppliiesd, few vendors, untrained staff, a lack of funds, no easy

answers, etc. as does a museum in a developing country. Although there are many, between twenty to thirty, commercially developed collections management products available to American museums, these museums also face the same issue of records and documentations in favor of other more urgent priorities such as access for the disabled, more exhibits, better education programs, etc. The answer to the problems cited above are not always solved by the fulfillment of what has been lacking to date, but in the recognition of greater issues and opportunities.

Canada successfully sports museum automation through significant federal government involvement in the areas of cultural policy and funding. In the early 1970's the Secretary of State for Canada, (Gerard Pelletier) established guidelines for Canadian cultural policy embodied in two words: democratization (increased access) and decentralization (an active battle to make cultural symbols available to all Canadians) (Canada, 1972). One of the programs designated to achieve this task was a national inventory of Canada's scientific and cultural heritage, now called the Canadian Heritage Information Network (CHIN). CHIN held meetings of experts in various disciplines and developed a structure for data bases and the recording of information. In addition, the Canadian government created an agency capable of providing technical and museological advice, established data elements for the recording of documentation, and a funding programme, established the base for successful automation projects.

France led the way in the concept of a national inventory in the early 1960's and now other countries along with Canada such as Denmark, Norway, and Austria are developing on-line national data bases to allow access to their scientific and cultural heritage. These countries are creating national resources of information of significant value.

In the United Kingdom, the first concern was not towards automation but to the development of documentation systems for museums documentations:

This group [first called the Information Retrieval Group of the Museums Association IRGMA, now called The Museum Documentation Association] initiated a project to examine the form and content of a museum record, identifying the different data categories that make up a record, and the way in which these different categories were logically related... This theoretical work on data standards provided the background for subsequent development of manual - and computer-based systems. (Light, Roberts & Stenart, 1986:116).

One of the most valuable products produced by The Museum Documentation Association (MDA) is a wide variety of recording forms, registers, and cards which are designed to be used according to the requirements of the

individual museums. This early emphasis on good manual systems set the stage for solid documentation for automated systems. The MDA recently developed a data entry system for micro-computers called MODES which designed to tie into the MDA's data processing and data interchange procedures.

Museums in the United States began to use computers to inventory collections in the mid-1970's, with no government policy on automation and no concept of a national inventory. A survey undertaken in the early 1980's indicated that "[while] at least 500 individual collections management projects using computers are now underway in American museums, relatively few have been successful in using computers effectively". The authors, Sarasan and Neuner (1983:9), cited the major reasons for failures:

1. Inadequate project management;
2. Poor understanding of the principles and functions of documentation; and,
3. Insufficient familiarity with the operations and applications of computers (p.10).

While the state of American museum automations has improved considerably since this survey, museums in the United States are proceeding to automate on an individual basis. One product though, developed by the National Park Service to meet the demands of documentation and accountability for its own museums, because of its low price (\$25), good documentation, and easy availability is used by many community history museums. The National Parks Service selected to develop the product for use with dBase Plus. Once again, a venture undertaken for a particular purpose by a national agency had a significant impact on other areas.

Enlightened self interest also drives American museums to consider common automation solutions, not at the level of a national inventory, but solutions as to how automation might solve common problems such as not enough storage space, a lack of curatorial expertise for specific collections and how can it refer donations that are outside the scope of collections to other more appropriate venues? The emphasis is shifting from a focus on the individual object and inventory control to a consideration of how automation might increase scarce resources through cooperative joint ventures.

The Common Agendas project (Taylor, 1987), led by the American Association for State and Local History in partnership with the Smithsonian Institution and the American Association of Museums, attempts to determine where synergistic collaborative efforts among local history museums can improve the quality of museum research, collections management and public access. One of the Common Agendas efforts is to establish guidelines for sharing collections data. To accomplish this a Common Data Bases Task

Force is undertaking a scope and to make this information accessible to academics and museum professionals alike.

Another area where common interests are prevailing is at the Smithsonian Institutions where staff at the National Museum of American Art, the Hirshhorn Museum and Sculpture Garden, and the National Portrait Gallery realize that some research efforts into biographies of artists and sitters may be redundant and that the museums have the opportunity through the use of computers to more precisely target areas of research, to coordinate research, and to share the results.

Collaborative automation efforts can expand museum borders leading to the exchange of information and collections care. In Norway, as part of the investigations into the establishment of a national inventory, a museum task force is considering the development of regional centers for professional advice, conservation, and collections storage.

In the international area the International Committee for Documentation (CIDOC), a committee of the International Council of Museums (ICOM), created a working group to prepare for a museum documentation standard to be presented to the International Standards Organization (ISO). At recent CIDOC meetings representatives from the Smithsonian Institution; the Victoria and Albert Museum in London; the British Museum; the Museum Documentation Association in Cambridge, England; the National Museum of Denmark; and the National Museum of Natural Science in Ottawa, Canada realized that they were developing very similar documentation standards in isolation, with much overlapping work. This realization was the start of a CIDOC working group to develop an international standard to share the benefit of work already accomplished with other museums. The working group is now preparing fund-raising proposals so that it can meet frequently and produce results faster.

For museums the world is getting smaller and closer. An electronic mail network sponsored by the J. Paul Getty Conservation Information Network now brings together museum professionals in over 18 countries and provides access to two conservation data bases, one: materials and suppliers, and the other, an extensive annotated bibliography of conservation literature.

Through the medium of electronic mail exchanges of information can be effected immediately without the time-consuming work of trying to place international telephone calls and finding the right time frame and zone in which to contact your colleagues. What makes the electronic mail system work is that museum professionals around the world have a lot to communicate: the planning of exhibitions - the arranging of loans; the undertaking of research -

"I have these objects/specimens in my collection, do you have similar of revellant objects?" and the arranging of meetings or the continuation of commite work, such as that of the International Documentation Committee (CIDOC).

It is not only museums wich are benefitting from the results of cooperative work in automation - the public is beginning to see the benefits too. In Canada, access to heritage information in considered o political right. Individual museums also permit public access to documentation. At the Nation Museum of. Civilization in Ottawa, Canada some 500,00 records representing historical, ethnographic, and archaeological collections will be accessible to the visitor and much planning has gone into the provision of complimentary video-disc images. While not every objetc may be on view, the intent is to provide visual access for to the visitor. This project will also assist in the preservation of objects through lessening the need to handle the real object.

Automation is a major policy issue that forces museums to look to the future: how will museums serve the public in the twenty-first century? For both developing and developed coutries information and automation are long-term investments that may not relap benefits withinin the next decade. Automation forces museums to reconsider their role in the future and to rethink traditional methods of collecting, researching, conserving, communicating, and managing. These deliberations do not have ready answers: we do not know alternativs are just as dificult as resources of money, staff, and space are strained with increasing expectations from the public for services.

Information and automation cost money. Many museums cannot nort afford to aumate as it is an expensive "experiment". Other museums cannot afford not to automate as acess to information and the ability to better manage resources is critical. Museums cannot simply automate existing documentation systems that were inadequate because computers were unavailable. Stafford Beer writes: "... agian we are concetrating on slicker ways of doing things rather than what we do. What is the use of ever slicher, more nearly perfect implementation. Establishing new prioritis for documentation and new procedures for the production and use of that documentation are difficult. Funding these actives on an on-going bases is difficult. The effective use of computers demand essential changes in the way museums operate and national support throug the development of government cultural policy and funding. Museums must answer Stafford Beer's question.

SUMMARY

SLEDGE, Jane. *Museums and computers: what's happening now?*
Trans-in-formação, 1(3): 37 - 42, sept/dec., 1989.

Museums are in search of answer concerning the effective use of computers. This essay disusses projects which take museums automation beyond the individual institution. While every museum has its own needs and concerns, much can be done at regional, national, and international levels. Successful automation projects require partnerships and innovative thinking. The answers lie not in the selection of the right software, but in the ability to ask critical questions that strike at the heart of a museum's mission.

Key words: *Museums - Computers - Databases*

REFERENCES

1. BEER, Safford (1972). **Brain of the Firm**. London: Allen Lane, The Penguin Press, ISBN 07139 0291
2. CANADÁ. Office of the Secretary of State. Pelletier, Gerard (1972). **Notes for an address by the Secretary of State, the Honourable Gerard Pelletier, to the Canadian Club of Calgary, tuesday, 28 March, 1972.** p.4.
3. LIGHT, Richard, ROBERTS, D. Andrew and STEWART, Jennifer D. (eds) (1986). **Museum Documentation Systems: Developemts and Applications**. ROBERTS and LIGHT contributing chapter. "The cooperative development of documentation in United Kingdom museums". London: Butterworths, ISBN 0-408010815-0/
4. SARASAN, Lenore & NEUNER A.M. (1983). **Museum Collections and Computers**. Lawrence, Kansas: Association of Systematics Collections, 1983. p.9. ISBN 0-942924-03-7.
5. TAYLKOR, L.W. (ed) (1987). **A common agenda for history museums**. Conference proceedings, 19-20 February, 1987. Nashville, tenn: Americam Association for State and Local History, ISBN 09 10050-89-9.

TESAURO DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO: Considerações teóricas e comentários

Heloisa Rios Gusmão

RESUMO

GUSMÃO, Heloisa Rios. *Tesouro de Ciência da informação: considerações teóricas e comentários*. *Trans-in-formação*, 1(3): 43 - 48, set/dez, 1989.

Análise da versão preliminar do Tesouro de Ciência da Informação publicado pelo IBICT tendo por base a literatura sobre o assunto.

Unitermos: *Tesouro - Ciência da informação*

INTRODUÇÃO

Possuir uma estrutura própria, ser controlada, ser padronizada, ser hierarquizada, são características das linguagens documentárias das quais o tesaurus é das mais conhecidas. Esse instrumento, destinado a representar a informação para fins de indexação e recuperação de documentos, apresenta qualidades que o torna mais completo ao ser comparado com outros instrumentos de controle de vocabulário.

Por apresentar as relações de associação além das relações hierárquicas e de equalência, o tesaurus difere dos vocabulários controlados e organizados alfabeticamente, (Aitchison & Gilchrist, 1979).

A principal função do tesaurus é poder, no momento da indexação, representar o(s) assunto(s) de que trata o documento para que no momento da busca haja uma coincidência entre a "pergunta" do usuário e a "resposta" do sistema de recuperação da informação.

Portanto, a estrutura do tesouro é que irá refletir a filosofia da sua concepção permitindo que ele cumpra sua função.

Com a publicação do Tesouro em Ciência da Informação constatou-se a viabilidade de elaborar uma análise fundamentada na literatura sobre o assunto e a possibilidade de tecer comentários cujo objetivos é uma contribuição mais efetiva.

O TESAURO DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

A publicação da versão preliminar do "Tesouro de Ciência da Informação" pelo IBICT ocorreu num momento oportuno em que as atenções estão particularmente voltadas para o tema tão sedutor que é a elaboração de tesouros.

Apresenta, o tesouro do IBICT, dois tipos de saída: saída alfabética estruturada e saída alfabética por categoria, deixando de fora uma parte importantíssima que é a definição dos termos. Em vista desta falha, não foi possível compreender certos relacionamentos como por exemplo a falta de ligação entre os descritores ARQUIVO PÚBLICO e ARQUIVO ESTADUAL, MUNICIPAL e NACIONAL.

Quanto à origem dos fundos, os arquivos podem ser públicos e privados; os públicos podem ser: estadual, municipal e nacional - o que caracteriza estes tipos de arquivos é a sua entidade mantenedora. Outra forma que pode ser compreendida é de acordo com o tipo de acesso, isto é, público quando é destinado ao povo, à coletividade. De qualquer maneira deve haver uma relação entre esses descritores.

Segundo DAHLBERG (1978) é necessário que os termos sejam definidos para que a cada um deles se atribua somente um conceito. No exemplo ADMINISTRAÇÃO DE UNIDADE DE INFORMAÇÃO verifica-se a existência de dois conceitos, não podendo, portanto, ser caracterizado como descritos uma vez que descritores nomeiam um conceito e não assunto (reunião de idéias).

Um tesouro é uma lista estruturada de termos agrupados através de relações verticais (hierárquicas - TG/TE) e relações horizontais (associativas - TA). O relacionamento, isto é, a ligação entre os termos, que representam os conceitos, é que compõe a estrutura do tesouro. Portanto, nenhum termo poderá aparecer sem estar ligado a um outro.

No "Tesouro de Ciência da Informação", as disciplinas são apresentadas sem algum tipo de relação com outros termos, figurando apenas um qualificador, como no exemplo: CATALOGAÇÃO (DISCIPLINA).

De acordo com LANCASTER (1985) termos podem ter mais de um significado no contexto de um mesmo tesouro e pode-se usar um qualificador entre parênteses a fim de distingüir os significados. No caso do exemplo citado, o qualificador (disciplina) só permitirá fazer a distinção entre o termo CATALOGAÇÃO-operação e CATALOGAÇÃO-disciplina. Um qualificador jamais poderá substituir a ligação daquele termo com outros.

Não havendo necessidade de apresentar a estrutura das disciplinas arroladas no tesouro, seria mais adequado que seu controle fosse feito em lista à parte - como identificadores.

Outro descritor que aparece isolado é BIBLIOTECA DE EMPRÉSTIMO. Sem definição torna-se difícil entender o descritor uma vez que apresenta dois conceitos: biblioteca uma unidade de informação, e empréstimo-atividade que pode ser realizada na biblioteca e deveria estar subordinado ao descritor biblioteca como um termo específico (TE).

A função do tesouro é poder representar os assuntos dos documentos, feita no momento da indexação, e das solicitações de busca, feita no momento em que o usuário busca uma informação no sistema. Para que haja uma coincidência entre a pergunta do usuário e a resposta do sistema, um termo não pode ora ser um processo, ora ser documento, como se apresenta o descritor ÍNDICE BIBLIOGRÁFICO, nas duas categorias.

O mesmo acontece com o termo TESAURO: aparece na categoria E - Processo, e Categoria B - Documento. Tesouro não pode ser um processo; basta verificar sua definição e concluir que é um instrumento.

A divisão da área estudada em categorias é o primeiro estágio para se agrupar os termos em classes e sub-classes e conseqüentemente montar sua estrutura hierárquica.

AITCHISON e GILCHRIST (1979) sugerem que a escolha das categorias ou facetas seja feita de acordo com as necessidades do usuário e do objetivo do sistema de informação. As categorias identificadas no "Tesouro de Ciência da Informação" não mostram nas classes e sub-classes uma vez que os termos saíram em listagens alfabéticas. A parte alfabética estruturada mostra apenas as hierarquias em ordem alfabética mas não sistemática.

Na categoria G - Profissão aparece o termo Associação de Bibliotecas. Na lista alfabética estruturada este termo está em ligação a outros termos que associada à falta de definição torna impossível sua identificação: seria o movimento associativo ou nome da organização?

Nessa categoria foram também identificados termos que pertencem a outras categorias, como:

Bibliotecário - agente

Currículo-entidade

Ensino - operação

Em relação às categorias verifica-se que os termos não foram categorizados com base nas suas definições, o que gerou a impossibilidade de divisão em classes e sub-classes e, portanto, falhas na estrutura.

Parece que o princípio para escolha das categorias não foram aqueles estabelecidos por RANGANATHAN(1987) e/ou pelo "CLASSIFICATION RESEARCH GROUP" (1970). Neste caso, sugere-se que nas próximas versões sejam incluídos os princípios que regeram aquela escolha.

Ao apresentar a relação hierárquica, o tesouro do IBICT refere-se ao termo específico (TE) como sendo uma parte ou tipo; ao mesmo tempo refere-se à relação todo-parte como relação associativa. Ela não é nem hierárquica nem associativa. O termo específico, isto é, um conceito (TE) com todas as características de outro conceito (TG).

A relação partitiva se dá quando é possível reconhecer no objeto suas partes; ela não se dá entre conceitos e é representada pelos códigos TGP/TEP, conforme preconizam as Diretrizes do IBICT sobre o assunto (1985).

Não existe pesquisa suficiente para determinar as bases teóricas da relação de associação.

MILHAILOV & GILTAREVSKI (1971) citam como relações conceituais mais importantes as do tipo espécie/gênero (gênero/espécie), subordinação (coordenação), semelhança funcional, causa/efeito (efeito/causa), parte/todo (todo/parte).

Para SOERGEL (1974) as relações de associação complementam as relações hierárquicas; elas existem entre todos os conceitos que têm uma característica em comum. Segundo AITCHISON e GILCHRIST (1979) a relação de associação ocorre quando um termo está relacionado a outro conceitualmente e não hierarquicamente.

Por não estarem definidas de forma objetiva pelos autores, as relações de associação são representadas de forma confusa - seu código ora aparece com TR ora como TA. A melhor maneira de representá-las seria TA (termo associado) uma vez que TR (termo relacionado) não sugere esse tipo

de relação. Num tesouro todos os termos estão relacionados a outro ou outros, isto é, possuem um tipo de relação, seja lógica ou ontológica logo, TR não indica qual o tipo de relação. Acredita-se que o embasamento teórico ainda é suficiente para determinar o estabelecimento das relações associativas, portanto seria necessário que o tesouro do IBICT incluísse na metodologia qual o procedimento adotado para identificação dessas relações.

CONCLUSÃO

É de grande importância para a área a elaboração de um instrumento como o Tesouro de Ciência da Informação. As considerações sobre a obra bem como sugestões podem ser usadas como auxílio às edições futuras uma vez que, sendo o tesouro um dos instrumentos de controle do vocabulário para fins de indexação/recuperação da informação, necessita apresentar suas peculiaridades de maneira bem explícita. É o que difere dos outros instrumentos destinados a controlar os vocabulários usados em sistemas de informação.

SUMMARY

GUSMÃO, Heloisa R. *Thesaurus of science information: theoretical considerations and commentaries*. *Trans-in-formação*, 1(3) 43 - 48 ,sept/dec., 1989.

An overview of the structure of the Tesouro de Ciência da Informação (IBICT) and proceeds to a discussion based on literature.

Key words: *Tesouro - Science information*

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AIRCHISON, J., GILCHRIST, A. (1979). **Manual para construção de tesouros**. Rio de Janeiro: BNG/BRASILART.
- CLASSIFICATION RESEARCH GROUP (1970). **Faceted classification** London: Library Association.
- DAHLBERG, I. (1978). Teoria do conceito. **Ciência da Informação**, Brasília, v.7, n.2,p. 101-107.
- IBICT. **Diretrizes para elaboração de tesouros monolíngues**. Brasília: 1984.
- IBICT. **Tesouro sobre leitura**. Brasília, 1985.
- KANDELAKI, T.L. (1981') Les sens des terms et le systèmes de sens des terminologies scientifiques. In: _____. **Textes choisis de terminologia**. Quebec: Univ. Laval, v.1,p.173.
- LANCASTER, F.W. (1985). **Vocabulary control for information retrieval**. 2. ed. Arlington: Information Resources Press.
- MIHAILOV, A.I., GILTAREVSKI, R.S. (1971). **An introductory course on Informatics/.Documentation**. The Hague: FID.
- RANGANATHAN, S.R. **Prolegomena to library classification**. Bombay: Asia Publishing House, 1967.
- SOERGEL, D. (1974). **Indexing languages and thesauri: construction and maintenance**. Los Angeles: Melville Publ.
- VICKERY, B.C. (1975). **Classification and indexing in Science** 3rd. ed. London: Butterworths.

A INFORMAÇÃO NO MUNDO DA TÉCNICA

RESUMO

Aldo de Albuquerque Barreto

Barreto, Aldo de Albuquerque. *A informação no mundo da técnica.*

Trans-in-formação, 1(3): 49 - 54, set/dez. 1989.

A Racionalidade da técnica, princípio dominante em sistemas de informação, é apontada como responsável por uma redução do saber na produção do conhecimento. O reprocessamento da informação por técnicas redutoras da linguagem reduz a condição do homem como ser pensante e reduz, também, o seu espaço social. A indústria de produção de conhecimento é apresentada como sendo a integração de duas indústrias distintas: a indústria de informação e a indústria do conhecimento. Estas duas indústrias não estão operando de forma coordenada.

Unitermos: Sistema de informação - Indústria do conhecimento - Indústria da informação.

No pós-guerra de 1948, o volume de informações acumuladas e mantidas em segredo, por força da própria guerra, foi colocado à disposição da sociedade. Os métodos tradicionais de organização e controle da informação existentes na época não conseguiram de forma competente resolver o problema do enorme fluxo de informação.

Ainda em 1948, reunidos na Royal Society em Londres, cientistas de áreas consideradas nobres como a física, a química, a biologia, resolveram assumir o desafio da organização e controle da informação, desde que, esta tarefa não comprometesse o seu "status acadêmico". Começou assim pelo menos na Inglaterra, o tratamento da informação como ciência.

A recente e em ebulição informática parecia ter o instrumental perfeito para a solução do problema: grandes arquivos magnéticos e um considerável potencial para o processamento, armazenamento, controle e recuperação da informação. A técnica da automação parecia ideal para tratar, adequadamente, em termos operacionais, o grande fluxo de informação.

Entretanto, o elevado custo desta nova tecnologia exigia também uma elevada produtividade em sua utilização.

Desse tempo em diante, a ideologia da produtividade tem sido privilegiada na indústria de produção de informação, criando uma síntese fantasmagórica entre apetrechos magnéticos, raios catódico e redução do conhecimento.

Parece importante, portanto, discutir a continuidade e os efeitos desta racionalista tecnicista no processamento e comunicação da informação.

Na concepção heideggeriana o homem é o único ente ontológico que se essencializa em seu ser. Assim, como ser ontológico, fundamental e cumprindo o seu destino histórico, o homem não pode existir senão em comunhão e integração com o seus mundos, o seu espaço. É ainda, o pensamento que referencia esta diferença ontológica. Pela sua condição de ser pensante, o homem se distingue de tudo mais que existe em seu mundo. O destino de ser pensante se dá por uma referência com a sua linguagem. Através da linguagem o homem existe em comunhão com o mundo em seus diferentes espaços comunicacionais.

É neste espaço comunicacional que ele se localiza como ser social, político, econômico e cultural.

O esvaziamento de sua linguagem em função de qualquer princípio de utilidade ou efetividade compromete o homem como ser capaz de pensar. Compromete, também, sua capacidade de interagir socialmente e, em consequência, as suas condições de atuar em seus espaços comunicativos, a sua consciência de indivíduo público. A redução de sua linguagem, por qualquer técnica, vem a se constituir no mais poderoso instrumento de controle social e de dominação política.

A RACIONALIDADE DA TÉCNICA NA INDÚSTRIA DE INFORMAÇÃO

A informação como ciência teve um desenvolvimento paralelo à sociedade industrial, que sempre dedicou alta prioridade à produtiva e ao desenvolvimento tecnológico. Como resultado, a indústria de informação adotou e vem privilegiando até hoje os princípios da quantificação e da produtividade em seus objetos. O seu paradigma dominante é o da efetividade apoiado em uma racionalidade técnica, onde o problema da quantidade de informação, para atender a requisitos de um armazenamento mais eficiente e uma distribuição mais efetiva.

Todo o instrumental técnico da indústria de informação está fortemente direcionado para reprocessar conteúdos, com a suposta finalidade de colocar maior e melhor quantidade de informação em menores e mais produtivos espaços de memória artificial.

O processo de análise redutora do conteúdo utiliza linguagens artificial, em um contínuo esvaziamento da linguagem natural, a única que o indivíduo operacionaliza o seu pensamento. Reduzindo-se a linguagem do homem, restringe-se a sua condição de pensar, criar e de atuar em seu espaço comunicativo.

O computador, instrumento básico da indústria da informação em sua racionalidade técnica, utiliza, também, uma linguagem própria, dentro de uma lógica específica para armazenamento e recuperação da informação. Duplica-se, assim, a ação redutora exercida na linguagem do homem.

Todo este tratamento técnico é executado visando eliminar, ao máximo, a entropia natural do sistema de informação. A busca de ordem, em contraposição a desordem quantitativa e qualitativa do sistema de informação, tem sido a eterna busca da ciência da informação para alcançar o seu objetivo de uso/relevância.

A ordenação é sem dúvida uma meta coerente a ser almejada no controle do grande fluxo de produção da informação. Contudo, buscar este controle pela redução da linguagem implica em uma contradição lógica, um efeito ordem-desordem. A redução da linguagem natural induz a uma entropia inaceitável ao reduzir as condições do homem de existir no seus espaços sociais. Afasta o homem de seu destino histórico.

A INDÚSTRIA DE INFORMAÇÃO E A INDÚSTRIA DO CONHECIMENTO

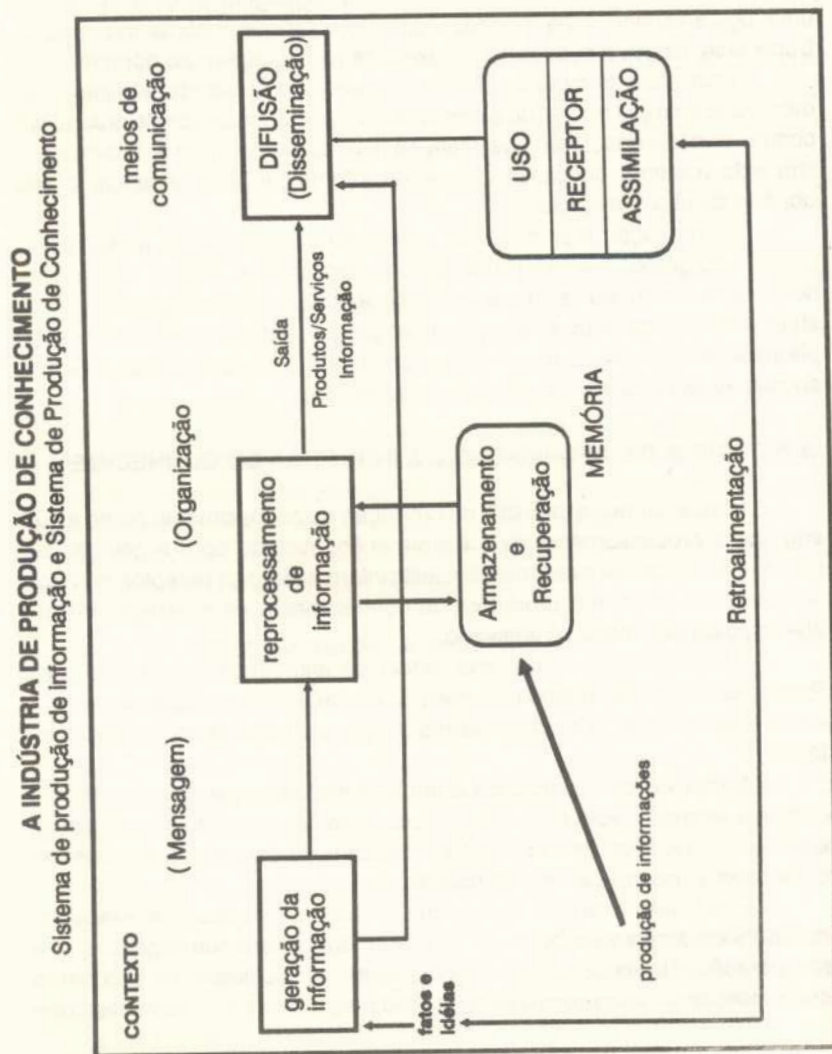
Conceituamos a indústria de produção de conhecimento como a que engloba o processamento de transformação, iniciado com a geração da informação e indo até a assimilação desta informação pelo receptor. Só pode ser caracterizada como produtora de conhecimento se o estágio final de absorção da informação é efetivado.

No atual estágio do domínio da técnica, afirmamos que a Indústria de Produção de Conhecimento está dividida em duas outras indústrias relacionadas, mas distintas: a Indústria da Informação e a Indústria do Conhecimento.

A indústria da informação percorre as etapas da geração da informação, sua organização e controle, o reprocessamento redutor, a armazenagem e a recuperação da informação. A indústria do conhecimento promove o acesso e a assimilação da informação.

É na indústria de informação, que se localizam os processos técnicos de reprocessamento do conteúdo da informação, para sua organização e recuperação. Na indústria do conhecimento se localizam os processos comunicacionais que promovem o acesso para o uso e a possível assimila-

ção da informação. A indústria do conhecimento depende da indústria de informação para promover o acesso à informação, mas sua atuação principal se localiza no espaço comunicativo do receptor ao efetivar a assimilação da informação.



Na Fig. 1 a interação das duas indústrias está diagramada.

A marcante racionalidade técnica que se verifica no reprocessamento da informação no seu primeiro estágio, o de produção da informação, está comprometendo o processo como um todo e desarticulando a produção do conhecimento. Reduzindo-se a linguagem do receptor na indústria de informação reduz-se as suas condições de assimilação na indústria do conhecimento e a sua capacidade de gerar nova informação. O ciclo é contínuo e se reproduz pela retroalimentação.

Os valores atribuídos à informação, pelas duas indústrias, também são diferenciados. Considerando o valor de uso como sendo o valor simbólico como sendo o valor atribuído pelo receptor às possibilidades de interagir simbolicamente em seu espaço de comunicação verifica-se que a indústria de informação se orienta pelo valor de uso de informação, enquanto a indústria do conhecimento privilegia o valor simbólico da assimilação da informação.

Na Fig. II, abaixo, procura-se diagramar como a indústria de informação vem reduzindo as condições de comunicação e o espaço comunicativo de forma contínua e cumulativa.

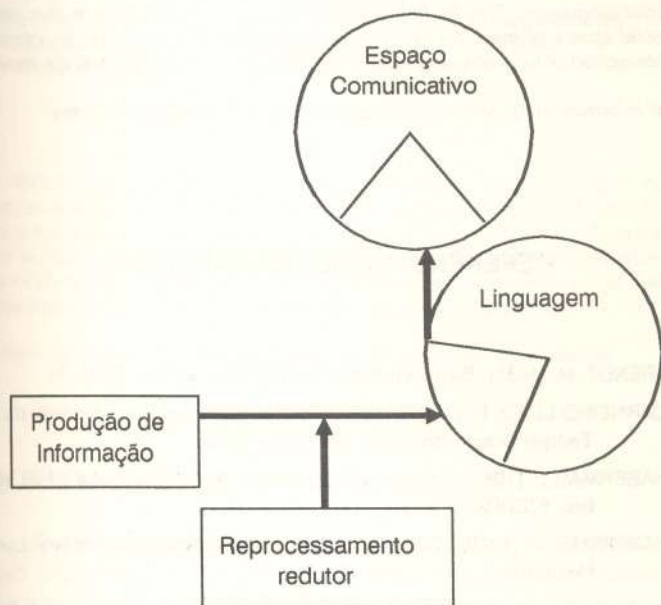


Fig. II

Parece válido terminar com a advertência de HANNAH ARENDT:

"Todo o orgulho de nossas conquistas desaparecerá por uma mutação da raça humana. Toda tecnologia, vista deste ponto, não será o resultado

de um esforço humano consciente para aumentar seus poderes materiais, mas sim o resultado de um processo biológico em larga escala. Nestas circunstâncias a fala e a linguagem não serão mais que um esforço sem significado que transcende o comportamento, mesmo ao tentar expressá-lo, podendo mesmo ser trocado pelo extremo formalismo sem significado dos signos matemáticos.

A conquista do espaço e a ciência que tornou isso possível chegou perigosamente perto deste estágio. Se o alcançarmos completamente a condição humana não será apenas rebaixada, dentro de qualquer padrão conhecido, será destruída".

SUMMARY

BARRETO, Aldo A. *Information in a technological world.*

Trans-in-formação, 1(3) 49 - 54, sept/dec., 1989.

Information Systems has been guided by a technical principle. The technical order which domains the information field is pointed as the main cause of knowledge reduction by using artificial languages. This technical re-processing of information is also interfering with the social space of man. An industry of production of knowledge is presented as been the interaction of two other industries: the information industry and the knowledge.

Key words: Information system - Knowledge industry - Information industry.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARENDDT, H. (1985). **Between Past and Future**. London, Penguin.
- CARNEIRO LEÃO, E. (1988). A técnica e o mundo no pensamento da terra. **Tempo Brasileiro**, nº 94, julho-setembro.
- HABERMAS, J. (1987). A nova Intransparência, **Novos Estudos**, nº 18, setembro, (CEBRAP)
- HABERMAS, J. (1979). **Communication and Evolution of Society**. London, Heinemann.
- HEIDEGGER, M. (1987) **Introdução à Metafísica**. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro.
- HEIDEGGER, M. (1967). **Sobre o Humanismo**. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro.
- RIFKIN, J. (1981) **Entropy**. New York, Bantam Book.

EDUCAÇÃO CONTÍNUA: ATITUDES E EXPERIÊNCIAS DOS BIBLIOTECÁRIOS DO SISTEMA DE BIBLIOTECAS DA UNICAMP

Mariângela Pisoni Zanaga
UNICAMP

RESUMO

ZANAGA, Mariângela Pisoni. *Educação contínua: atitudes e experiências dos bibliotecários do Sistema de Bibliotecas da UNICAMP.*

Trans-in-formação, 1(3): 55 - 74, set/dez, 1989.

Estudo exploratório, usando como instrumento de pesquisa o questionário, aplicado aos bibliotecários do Sistema de Bibliotecas da UNICAMP, com o objetivo de conhecer a sua atuação em relação aos programas de educação contínua e aos tipos de atividades mais adequadas à população estudada. Pelos resultados obtidos, observou-se que a leitura não é o principal meio de atualização dos sujeitos e que a escassez de recursos financeiros não tem permitido a busca de reciclagem.

Unitermos: *Atitudes - Sistema de bibliotecas - Bibliotecas universitárias*

INTRODUÇÃO

A administração de recursos é essencial para a sobrevivência de muitas organizações. Ela compõe, juntamente com outros subsistemas, o sistema de administração de qualquer organização.

OTANI (1988), citando autores da área de administração, destaca que fazem parte da área de recursos humanos em organizações o treinamento e a educação contínua. Pode-se afirmar que o primeiro possui fins particulares, aplicabilidade imediata e em situações concretas, sendo normalmente

oferecido pela empresa. Já a educação contínua tem como objetivo o desenvolvimento individual e em uma visão mais ampla, é parte do sistema educacional global e uma forma de desenvolvimento integral do indivíduo e da sociedade.

De acordo com STONE (1986), pode-se conceituar educação contínua como atividades formais e informais de aprendizagem, através das quais os indivíduos elevam seus conhecimentos, atitudes e competências. Estas atividades são iniciadas pelo próprio indivíduo, que vem a ser o seu principal responsável. Em suma, educação contínua é aquela que se faz ao longo da vida, para propiciar a atualização e prevenir a obsolescência do profissional.

Todas as atividades profissionais possuem a finalidade de bem servir sua clientela. A atividade biblioteconômica também visa este fim. Para que os profissionais da informação atinjam este grande objetivo é preciso que eles estejam capacitados para o desenvolvimento de serviços, que possam gerar satisfação aos seus usuários.

Esta tarefa é complexa, uma vez que exige que os bibliotecários tenham consciência de seu papel social e que o curso de graduação na área não é o bastante. Normalmente, o curso de graduação dá ao aluno uma visão tecnicista e não o capacita a aplicar conhecimentos adquiridos em novas instituições, assim como a obter informações de modo independente.

MACEDO (1985) diz que se deve sempre ter em mente que a escola não oferece à sociedade um indivíduo "acabado". Existe a necessidade constante de se delinear o perfil do profissional que o mercado de trabalho requer e de procurar adequar o currículo escolar à realidade do mercado.

Para PINHEIRO & PEREIRA (s/d), o bibliotecário é visto como um ser acomodado cuja formação profissional é deficiente e dissociada do contexto social. A defasagem existente entre formação profissional e mercado de trabalho está ligada diretamente à falta de acompanhamento das mudanças sociais e tecnológicas que ocorrem.

Uma das maneiras de remediar a situação dos profissionais da informação é lançar mão da educação contínua. Ela não deve ser encarada como um fim de si mesma, mas como um meio para atingir um fim, ou seja: *melhoria da qualidade de serviço prestado à clientela.*

Em 1989, Dewey, segundo STONE (1986), já defendia a necessidade de educação contínua para profissionais da Biblioteconomia.

Em estudo realizado em 1968, nos Estados Unidos, conforme cita STONE (1986), foram listadas as causas motivadoras e os empecilhos desta modalidade de educação. Dentre os primeiros, têm-se: melhoria da qualidade da atividade profissional, chance de expor as idéias novas e criativas e oportunidade de usar conhecimento novo no trabalho. Os empecilhos relacionados foram: falta de tempo, inconveniência do local em que a atividade de educação contínua foi favorecida.

Este trabalho procura levantar as atitudes e experiências dos bibliotecários do Sistema de Bibliotecas da UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas -, em relação à educação contínua.

CARVALHO (1979) afirma que as bibliotecas universitárias devem desempenhar novos papéis na atualidade e que seus profissionais devem atuar nos órgãos decisórios da Universidade.

Desta forma, torna-se clara a necessidade que o profissional de informação, atuando em biblioteca universitária, tem de possuir algo, além do curso de graduação. São encontradas na literatura sugestões para melhor capacitação do bibliotecário de instituição de ensino superior.

CARVALHO (1979) defende a pós-graduação a nível de mestrado, como ambiente mais propício para a aquisição de informações e habilidades que podem preparar o profissional a desempenhar funções nos níveis: técnico, gerencial e institucional (é de opinião que não só o mestrado pode capacitar profissionais de bibliotecas universitárias).

FIUZA, PAIM & FERREIRA (s/d) e PINHEIRO & PEREIRA (s/d) propõem em curso de especialização para bibliotecários de universidades. A especialização em questão daria um aprofundamento de conhecimento em determinada área profissional.

Modalidades de programas de educação contínua podem variar, mas a sua finalidade e sua necessidade absoluta devem estar presentes no pensamento do pessoal bibliotecário.

Os objetivos específicos deste estudo exploratório foram conhecer: a atuação dos bibliotecários do Sistema de Bibliotecas da UNICAMP em relação às atividades de educação contínua; os tipos de atividades de educação contínua que melhor atendam nas necessidades e objetivos dos referidos profissionais, na opinião dos mesmos.

MÉTODO

Caracterização da instituição

O Sistema de Bibliotecas da UNICAMP é composto por 21 bibliotecas seccionais (19 Universitárias e duas de Colégios Técnicos), a Biblioteca

Central (BC) que coordena e o órgão Colegiado, seu fórum máximo de decisões. Seu princípio é a centralização de serviços e a descentralização de acervos e de atendimento aos usuários.

As bibliotecas seccionais são agrupadas em três áreas de conhecimento: biomédicas, ciências humanas, ciências exatas e tecnológicas. A Biblioteca Central compõe a área de conhecimentos gerais.

As Biomédicas compreendem quatro bibliotecas. As Bibliotecas de Ciências Humanas são em número de seis. A área de Ciências Exatas e Tecnológicas é formada por 11 bibliotecas.

A Biblioteca Central possui uma seção circulante, cujo acervo é geral e que visa atender principalmente aos alunos dos cursos de graduação oferecidos pela Universidade. Ela também centraliza os serviços de aquisição de livros e periódicos, registro e patrimônio dos materiais bibliográficos, parte da catalogação e classificação e da comutação bibliográfica. Também sediados na Biblioteca Central ficam o Serviço de Seccionais que tem por objetivo apoiar as atividades desenvolvidas pelas Bibliotecas do Sistema e o de Coleções Especiais, que dá tratamento às obras raras e às coleções de particulares existentes no acervo.

O órgão Colegiado hoje é presidido pelo Diretor da Biblioteca Central. Ele é composto por bibliotecários representantes das áreas de biomédicas, ciências humanas, ciências exatas e tecnológicas, conhecimentos gerais: por docentes que coordenam as Comissões de Biblioteca de cada Seccional e por dois Colegiado tem por função principal a tomada de decisão em questões que envolvem o Sistema de Bibliotecas como um todo.

Caracterização da população

Foram selecionados para a pesquisa realizada bibliotecários que atuam no Sistema de Bibliotecas da UNCAMP: Biblioteca Central e Biblioteca Seccionais. Dentre estes foram incluídos aqueles que possuem cargos de supervisão de setor e de seção, anteriormente denominado encarregados e chefes, e alguns profissionais que possuem formação na área, nela atuam, mas cujo cargo não é de bibliotecário.

Foram excluídos os profissionais da área que possuem cargo de direção ou que ocupam esta posição em suas bibliotecas. Optou-se por esta exclusão pelos seguintes motivos: o nível de atuação destes indivíduos é

diferentes dos demais: as necessidades de informação para a execução de suas atividades não correspondem às do outro grupo e as oportunidades para a participação em programas de educação contínua são maiores.

Devido à opção feita, o resultado desta pesquisa não inclui profissionais de nove unidades.

Características dos sujeitos

De acordo com os critérios estabelecidos, o número de sujeitos a ser questionado era 56: 26 das Bibliotecas Seccionais e 30 da Biblioteca Central.

Na realidade foram entregues 25 questionários nas Seccionais, exce-tuando-se um profissional em licença e 29 na Biblioteca Central, pois um bibliotecário estava em férias, perfazendo um total de 54 questionários.

Participaram da pesquisa como sujeitos ou informantes 54 profissio-nais lotados nas bibliotecas da UNICAMP, sendo que quatro pertencem à área de Biomédicas, 12 à de Ciências Humanas, nove à de Ciências Exatas e Tecnológicas e 29 à Biblioteca Central. O percentual relativo à informantes das Bibliotecas Seccionais é de 46,29%, enquanto que o da Biblioteca Central é de 53,70%.

Houve, por parte dos respondentes, variação de denominação para um mesmo tipo de trabalho executado. Pode-se dizer que 27,77% (15 sujeitos) dedicam-se exclusivamente às atividades de processamento técni-co, também especificado como: catalogação e classificação, processos técnicos, catalogação, entre outros.

São seis os profissionais que trabalham com periódicos, variando a denominação para: aquisição de periódicos, registro ou chefia da Seção de Periódicos. Este montante equivale a 11,11% do total de sujeitos. Atingindo a mesma porcentagem estão aqueles que executam as atividades de refe-rência ou comutação e levantamento bibliográficos.

Dos informantes, 7,40% (quatro sujeitos) encontram-se desenvolvendo o serviço de atendimento ao público ou de responsável por este serviço e o mesmo percentual é atingido pelo pessoal que combina atividades de processamento técnico, com referência ou com aquisição, conforme espe-cificação apresentada: aquisição, referência, processamento técnico, servi-ço de referência e levantamento bibliográfico, entre outros.

Declararam que prestam serviços de biblioteca ou de bibliotecário 5,55% (três sujeitos) dos consultados. Este percentual também é aplicável àqueles que trabalham com catálogos de bibliotecas.

Bibliotecários que atuam na área de patrimônio de material bibliográfico correspondem a 3,70% (dois sujeitos) do total de participantes. Este mesmo nível é atingido por profissionais que combinam as atividades de referência e processamento de periódicos.

Dentre todos os informantes as seguintes categorias de atividades contam com 1,85%, ou seja, uma citação para cada uma delas: aquisição de livros; supervisão, execução e administração; Diretoria de Seccionais; misto: técnico e administrativo; bibliotecário de obras raras. Quatro sujeitos, correspondendo a 7,40%, não indicaram o tipo de trabalho executado.

Há também variação quanto ao nome de cargo/função ocupado. As variações existentes são: para "bibliotecário" há o próprio termo e "bibliotecário I" e bibliotecário III"; - para "bibliotecario supervisor de setor"; - para "bibliotecário supervisor de seção" há também "bibliotecário chefe".

Dos informantes 32 são bibliotecários (59,25%), nove são bibliotecários supervisores de seção (16,66%), nove bibliotecários supervisores de setor (16,66%), um secretário junior (1,85%), um auxiliar de biblioteca (1,85%) e um técnico de apoio operacional (1,85%).

Do total dos indivíduos participantes desta pesquisa, três possuem curso de especialização concluído. Um deles, de Organização e Administração de Arquivos e, outros três, cursos de mesmo nível em andamento. Três cursando mestrado, sendo que um deles é na área de Administração Escolar e um possui créditos concluídos a nível de mestrado. Um está fazendo o curso de graduação em Administração de Empresas. Isto equivale a dizer que dos sujeitos 5,55% possuem curso de especialização concluído, sendo o mesmo percentual aplicável àqueles que estão cursando especialização e participando de mestrado; 1,85% possuem créditos concluídos de mestrado e o mesmo índice corresponde aos que estão com curso de graduação em andamento.

MATERIAL

Para se conhecer as atitudes e experiências dos bibliotecários do Sistema de Bibliotecas da UNICAMP em relação à educação contínua, utilizou-se como instrumento de pesquisa o questionário. Este instrumento

aplicado foi adaptado de outro, anteriormente elaborado por MACEDO (1985). É composto por 10 questões: seis fechadas e quatro abertas.

As quatro primeiras questões servem de base para a caracterização da população. Elas incluem: unidade em que o profissional trabalha, tipo de atividade executada, cargo que possui e a existência de formação em nível de pós-graduação.

A 5ª questão solicita que o sujeito informe se ele se atualiza profissionalmente e por quais meios. Na seguinte, deve indicar livremente qual dos recursos de atualização listados na questão anterior julga mais adequado para si. A 7ª pergunta relaciona as causas condicionantes e não condicionantes da falta de aperfeiçoamento do respondente. O item subsequente pede que o profissional indique as razões que o tem levado a buscar atualização. A opinião sobre assuntos de maior interesse para atualização é solicitada na 9ª pergunta. A última delas quer que o informante indique as fontes que devem se responsabilizar pela educação contínua.

Porcedimentos

O questionário foi distribuído pessoalmente, esclarecendo-se os fins da pesquisa. Os bibliotecários da Faculdade de Odontologia de Piracicaba receberam os instrumentos de pesquisa, através do sistema interno da Universidade de envio de correspondência, antecedido por telefonema.

Após dois dias da distribuição, nova visita foi realizada para apanhar as respostas. Os profissionais da Biblioteca da Faculdade de Odontologia de Piracicaba tiveram prazo para devolução do questionário respondido.

O prazo para resposta foi pequeno, pois na ocasião da aplicação do questionário, última semana do mês de junho, muitos bibliotecários preparavam-se para sair em férias. Três sujeitos preferiram responder o questionário no momento da entrega do mesmo. Houve um retorno total dos questionários distribuídos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os dados foram tabulados por questão e os relativos à caracterização dos sujeitos foram apresentados ao se descrever o método.

No que tange à atualização profissional, 94,14% declararam que a buscam, enquanto que isto não ocorreu com apenas 1,85%.

Para analisar se as diferenças constatadas por esta pesquisa são significantes, recorreu-se ao teste estatístico de χ^2 , sendo o nível de significância de 0,05, tendo-se por $H_0: \chi^2 = 0$ e por $H_a: \chi^2 \neq 0$

TABELA 1 – Meios utilizados pelos informantes para atualização profissional

MEIOS	f	% TOTAL DE SUJEITOS (N=54)	TOTAL DE RESPOSTAS
1. LEITURA			
a.1. revistas especializadas nacionais	31	57,40	44,28
a.2. rev. especializada estrangeiras	06	11,11	8,57
b. trabalhos congressos/anais	20	37,03	28,57
c. não tem oportunidade de ler	07	12,96	10,00
d. outros	06	11,11	8,57
SUBTOTAL	70	—	—
2. INFORMAIS			
a. conversa com colegas	44	81,48	58,66
b. congressos e outros encontros	16	29,62	21,33
c.1. reuniões associativas gerais	07	12,96	9,33
c.2. grupos de trabalho	08	14,81	10,66
SUBTOTAL	75	—	—
CURSOS CURTOS			
a. de escolas	21	38,88	24,70
b. de associações	22	40,74	25,88
c. do local de trabalho	35	64,81	41,17
d. de outras instituições	07	12,96	8,23
SUBTOTAL	85	—	—

Pode-se observar que o meio mais utilizado para a busca de atualização profissional é a conversa com colegas (81,48% do sujeitos), seguido por cursos oferecidos no local de trabalho (64,81%), leitura de revistas nacionais da área (54,40%), cursos curtos oferecidos por associações (40,74%) e por escolas profissionais (38,88%).

Os índices mais baixos de escolha ficaram para: leitura de revistas especializadas estrangeiras, falta de oportunidade de ler, participação em reuniões associativas gerais, em cursos curtos de outras instituições de trabalho e em grupo de trabalho.

Três sujeitos não assinalaram nenhuma resposta no item referente à leitura como forma de atualização profissional. Ainda neste item, outro indivíduo afirmou que lê pouco e não é leitor assíduo. Dentre os outros tipos de materiais utilizados para atualização por meio de leitura foram citados: trabalhos avulsos e "papers" - uma indicação, jornais ou folhetos de entidades de área - duas indicações, livros e catálogos - três indicações.

Um informante não assinalou nenhuma alternativa na questão referente à atualização por meios informais e outro acrescentou que raramente pode ir a congressos e outros encontros.

Quatro profissionais nada informaram no que diz respeito à atualização através de cursos curtos. Vários complementaram o sub-item componente desta questão. Foram obtidas as seguintes indicações para cursos oferecidos: 1. escolas: PUCAMP - seis indicações, FESP - duas indicações, Biblioteca Nacional - uma menção, cursos de extensão - uma referência; 2. Associações: Associação Campineira de Bibliotecários - três indicações, Instituto Nacional do Livro - uma menção, Associação Paulista de Bibliotecários - uma indicação, cursos específicos - um indicação, cursos de extensão - uma freqüência; 3. Local de trabalho: UNICAMP - quatro indicações, Biblioteca Central - quatro referências, cursos e palestras da Diretoria Geral de Recursos Humanos - cinco menções, Seminário - quatro freqüências, cursos de treinamento - três citações, cursos de reciclagem - duas informações, curso de atualização - uma indicação, cursos na área de atuação e outras - uma menção; 4. outras instituições de trabalhos, seminários USP, seminários PUCAMP, cursos generalizados e cursos de extensão - uma citação cada.

O cálculo de χ^2 quanto aos meios de atualização mostraram que $\chi^2 = 35,85$, permitindo a rejeição de H_0 , posto que $\chi^2_c = 9,50$ (n.g.l. = 4) indicando que significativamente os informantes recorrem pouco à leitura e ainda assim os textos em português. Nos meios informais significativamente recorrem mais aos colegas ($\chi^2_o = 47,92$; $\chi^2_c = 7,80$, n.g.l. = 3) e nos cursos breves privilegiam os oferecidos pela própria UNICAMP ($\chi^2_o = 18,46$; $\chi^2_c = 7,80$; n.g.l. = 3). No todo, a utilização de leitura, meios informais e cursos

curtos não diferiu significativamente posto que $\chi^2_o = 1,50$ ($\chi^2_c = 5,99$ para n.g.l. = 2).

Os resultados apresentados demonstram que os profissionais de informação não fazem uso da leitura na proporção que deveriam. Eles estão buscando renovação através de contatos informais com colegas, provavelmente no ambiente de trabalho.

A preferência por cursos oferecidos no local de trabalho é consequência das ofertas feitas ultimamente pela Universidade e pela Biblioteca Central, implicando em cursos, seminários, palestras e apresentações na área de administração, informática e informação.

Considerando-se as atividades de educação contínua em Biblioteconomia como um todo, verifica-se que os informantes pouco se dedicam à leitura especialmente em língua estrangeira; não participam de reuniões associativas e de grupos de trabalho. Talvez isto esteja ocorrendo por falta de formação, mas também as ofertas de programas de educação contínua são raras e quando existentes são pouco divulgadas. Planejar estes programas é uma tarefa complexa, pois as necessidades dos indivíduos e do mercado de trabalho são muito variadas.

Visando sanar, em parte, as falhas existentes em relação a educação contínua do profissional de informação, deve-se procurar conscientizar este profissional que a leitura é o recurso básico para sua atualização e para o desenvolvimento das atividades biblioteconômicas.

A partir do momento que os bibliotecários do Sistema de Bibliotecas da UNICAMP passarem a ser leitores mais ativos, eles terão condições de participar em qualquer uma das atividades de educação contínua, alcançando maiores resultados, até mesmo poderão sentir maior motivação para cursos formais.

Para tanto é necessário que o acervo de Biblioteconomia, composto de periódicos nacionais e estrangeiros, anais de reuniões da classe bibliotecária e que haja um incentivo para que esta coleção cresça com a aquisição de materiais recentes e outros que não estejam incluídos. No momento em que algum documento for inserido no acervo a divulgação deve ser feita a classe interessada, com a circulação do sumário do documento ou algo mais interessante.

O bibliotecário em exercício tem consciência que ele precisa ler documento nas mais variadas línguas, para que aproveite a experiência realizada por profissionais de outros países. Ainda hoje, o domínio da leitura em língua inglesa é considerado o máximo a ser exigido. Esta situação deixa muito a desejar, pois não se consegue conhecer a vivência de bibliotecários de países cuja língua não é o inglês.

Possivelmente alguns dos informantes estão carecendo de desenvolvimento da própria habilidade de leitura, não tendo alcançado os padrões de bons leitores e nível de criticidade compatível com o esperado neste grau (OAKHIL & GARNHAM, 1988; MIKULECKY, CLARK & ADAMS, 1989). Talvez programas que atendam estes aspectos deveriam ser o ponto de partida. A isto, acrescento-se uma adequada formação básica ou reciclagem em metodologia científica, uma lacuna no rol de atividades biblioteconômicas e uma das modalidades de educação contínua, somente utilizada por uma elite em nosso país.

Ao mesmo tempo em que a leitura passa a ter uma maior consideração por parte dos bibliotecários, os grupos de trabalho do Sistema de Bibliotecas da UNICAMP devem ser ampliados, abrangendo mais profissionais e áreas de estudo mais variadas. Assim, pode-se iniciar uma capacitação interna de profissionais em determinados assuntos. Estes poderão manter contatos permanentes com os de outras instituições similares, para troca de experiências sobre atividades desenvolvidas.

Estas são sugestões para os passos iniciais, visando a permanente formação dos bibliotecários da UNICAMP

Conclui-se que, no todo nenhum dos meios arrolados obtém a preferência dos sujeitos, enquanto que separadamente alguns recursos se somassem, fazendo com que as hipóteses nulas sejam rejeitadas.

TABELA 2 – Meios considerados mais válidos pelos informantes para atualização profissional

MEIOS	f	%	
		TOTAL DE SUJEITOS	TOTAL DE RESPOSTAS
1. LEITURA	16	29,62	21,91
2. INFORMAIS	14	25,92	19,17
3. CURSOS CURTOS	43	79,62	58,90
TOTAL	73	—	—

Foi considerado como meio mais válido para atualização profissional a participação em cursos (79,62%) e recursos informacionais (25,92%). Sete sujeitos nada indicaram nesta questão.

Um profissional julga válidos os três recursos indicados para atualização, pois cada um deles possui aspectos relevantes, que lhes são peculiares. Outro considera todos os recursos citados válidos, mas prefere a leitura e os meios informais. Um terceiro selecionou em cada um dos sub-itens da questão formas mais válidas, como: leitura de trabalhos de congressos/anais, conversas com colegas, participação em congressos e outros encontros, em reuniões associativas gerais, em grupos de trabalho, em cursos curtos oferecidos pelo local de trabalho e por outras instituições de trabalho. Um informante indicou que prefere os cursos curtos, apesar da inexistência de oferta dos mesmos e outro, que os prefere, desde que sejam oferecidos na UNICAMP.

Dentre os meios informais, classificados em último lugar como forma preferida para atualização, está incluída a conversa com colegas, item que obteve maior indicação dos sujeitos como modalidade mais utilizada.

O cálculo de χ^2 quanto à opinião dos sujeitos em relação aos meios mais válidos para atualização (Tabela 2) mostraram que, para n.g.l. = 3, $\chi^2_c = 5,99$, foi obtido $\chi^2_o = 21,55$, sendo que significativamente privilegiam os cursos de duração curta.

Esta preferência deve ser levada em consideração embora também se deva estimulá-los para cursos de maior duração. Além disso é preciso considerar que as necessidades exigidas para desempenho do trabalho devem ser levantadas, priorizadas e com base nelas programas devem contar com a colaboração da Universidade, do Sistema de Bibliotecas e do profissional.

Mas os profissionais da UNICAMP não devem procurar participar somente dos programas já existentes ou dos que venham a ser oferecidos na sua instituição. Eles devem buscar as atividades enriquecedoras fora de seu ambiente de trabalho, abrindo assim espaço para outros enfoques e perspectivas e tomando cuidado para não incorrer em endogenia.

O documento RECURSO HUMANOS em ICT (1984, p.60) possui a seguinte diretriz em relação à educação contínua: "Estimular as atividades de extensão na área de informação, procurando envolver tanto os docentes quanto os técnicos em diferentes áreas nas atividades de ICT".

Cabe aos bibliotecários das instituições de ensino superior, que lidam com informação científica e tecnológica, iniciar uma luta junto à administração destas instituições, com objetivo de obter permissão e auxílios financeiros para participar em cursos, eventos e outros.

OTANI (1988) em sua dissertação de mestrado nos informa que os bibliotecários de Universidades Federais agora têm a possibilidade de se afastar de suas funções para aperfeiçoamento em instituições nacionais e estrangeiras. Antes este era um direito assegurado apenas aos docentes. Esta oportunidade que os técnicos hoje possuem, está regulamentada pela Lei nº 7.596, de 10/04/87 - Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos, aprovado pelo Decreto nº 94.664, de 23 de julho de 1987. É mais uma abertura que os profissionais de informação não podem deixar de utilizar para seu crescimento profissional.

TABELA 3 - Causas condicionantes (sim) e não - condicionantes (não) da falta de atualização dos informantes.

CAUSAS	f		%			
	SIM	NÃO	TOTAL DE SUJEITOS		TOTAL DE RESPOSTAS	
			SIM	NÃO	SIM	NÃO
a. falta de motivação	14	21	25,92	38,88	11,02	40,38
b. falta de tempo	24	11	44,44	20,37	18,89	21,15
c. falta de recursos financeiros	38	05	70,37	9,25	29,92	9,61
d. falta de abertura no trabalho	18	11	33,33	20,37	14,17	21,15
e. locais dos cursos inacessíveis	30	04	55,55	7,40	23,62	7,69
f. outros	03	—	—	—	—	—
TOTAL	127	52	—	—	—	—

A principal causa que tem levado os profissionais a não buscarem atualização é a falta de recursos financeiros (70,37%), seguida da inacessibilidade do local em que se oferece a atividade de educação contínua (55,55%). A falta de tempo é um dos motivos que pesam na não-atualização (44,44%), enquanto que a falta de motivação é o que possui porcentagem mais baixa de escolha (25,92%).

Como fatores que condicionam o sujeito a não deixar de se aperfeiçoar estão: falta de motivação (38,88%), falta de tempo e de abertura no trabalho (20,37%), falta de recursos financeiros (9,25%) e inacessibilidade ao local de oferta do aperfeiçoamento (7,40%). Dois sujeitos não responderam

esta questão; um terceiro indicou que tem procurado se atualizar na medida do possível. Para um informante a falta de motivação só ultimamente é a causadora do não aperfeiçoamento, assim como, o local inacessível dos cursos para um dos casos, em particular. Com outros motivos relacionados para a não atualização têm-se: falta de total domínio de outros idiomas, falta de cursos específicos na área de trabalho, falta de recursos na instituição de trabalho - uma indicação para cada.

O cálculo de χ^2 entre as possibilidades de SIM e NÃO como resposta (Tabela 3) mostrou face aos parâmetros $\chi^2_c = 3,84$, n.g.l. = 1, n.sig.. 0,05, que: não houve diferença significativa quanto à falta ou presença de motivação para atualização ($\chi^2_o = 1,40$); a falta de tempo foi um fator significativo para a falta de atualização ($\chi^2_o = 4,82$) e o mesmo ocorreu, com maior intensidade para o aspecto financeiro ($\chi^2_o = 25,32$) e acessibilidade dos locais dos cursos ($\chi^2_o = 19,88$) mas a falta de abertura no trabalho não foi significativa ($\chi^2_o = 1,68$), indicando não haver diferença apreciável estatisticamente entre SIM e NÃO.

A falta de recursos financeiros é que leva a maioria dos profissionais da UNICAMP a deixar de buscar aperfeiçoamento. Este é um fator que também condiciona situações semelhantes nos Estados Unidos. A este respeito, CASEY (1980, p.82) escreveu que: "Com o aumento do custo de vida, os bibliotecários não podem ou não querem arcar com despesas cada vez maiores dos custos de educação". A Autora propõe que alguma fórmula deve ser estipulada, para pagamento dos custos de programas de educação contínua, onde biblioteca, profissional, escolas de Biblioteconomia e entidades governamentais federais e estaduais colaborem.

Dizer do achatamento salarial dos bibliotecários em instituições estaduais seria desnecessário. Cada dia que passa, o profissional perde seu poder aquisitivo e nada colabora para sua recomposição, neste momento de crise por que se passa. Portanto, a dificuldade em assumir despesas extraordinárias é muito grande.

Os auxílios financeiros, advindos da Universidade, concedidos a funcionários, inexistem. As bolsas existentes exigem desligamento das atividades profissionais, situação mais tranqüila para o funcionário-estudante, mas não muito eficaz, uma vez que o mesmo deixa de ter o contato diário com problemas e experiências que advém da prática.

De acordo com o que os informantes verbalizaram em relação à motivação, conclui-se que eles estão motivados a participarem de atividades de educação contínua. Se não o fazem, é porque o local é inacessível ou não possuem tempo. Todavia, considerando a proximidade de Campinas - São Paulo e a existência de mestrado e outras programações na própria Campi-

nas é possível que a motivação verbalizada não seja de fato tão forte, havendo necessidade de cuidar também deste aspecto.

Contudo, a oferta de programas de educação contínua é ainda muito baixa face à variedade de necessidades existentes. Um dos sujeitos informou que uma causa que o condiciona a não buscar aperfeiçoamento é a inexistência de cursos específicos adequados à sua área de atuação. Excluindo-se este fator, quando as programações existem, elas são oferecidas, às vezes, em lugares inacessíveis, ou muitos profissionais se interessam, ocorrendo que apenas alguns ou um é autorizado a participar, com auxílio financeiro parcial da instituição de origem.

A falta de tempo alegada pode ser uma forma do profissional esquivar-se de expor-se a situações novas, mantendo-se preso à sua atividade diária.

Outra variável a se questionar é se os profissionais da área, na maioria das vezes, mulheres, com família, não estariam, tendo suas aspirações e possibilidades restringidas pelas exigências da dupla carga de trabalho a que mulheres está exposta na realidade brasileira (DÁLIA, 1983).

TABELA 4 – Razões alegadas pelos informantes para a busca de reciclagem

RAZÕES	f	%	
		TOTAL DE SUJEITOS	TOTAL DE RESPOSTAS
a. por defasagem de conhecimentos	37	68,51	35,92
b. para concursos	03	5,55	2,91
c. para obtenção de certificados para ascendência profissional	13	24,07	12,62
d. para enriquecer o currículo	23	42,59	22,33
e. pelo "marketing" do curso	27	50,00	26,21
TOTAL	103	—	—

Dos bibliotecários pesquisados, 68,51% procuram cursos de reciclagem por sentirem defasagem nos seus conhecimentos, enquanto que 50% buscam os citados cursos atraídos pela divulgação dos mesmos. Quando precisam enriquecer seus currículos, 42,59% dos profissionais de informação da UNICAMP se interessam por cursos de reciclagem. Absteram-se de responder esta questão cinco sujeitos.

Foram citadas seis outras oportunidades que levam os informantes a cursos de reciclagem. Absteram-se de responder esta questão cinco sujeitos.

Foram citadas seis outras oportunidades que levam os informantes a cursos de reciclagem, todas com uma indicação. São elas: por necessidade, melhoria qualitativa do serviço, interesse de enriquecimento interior como profissional, para inovar e dinamizar o que faz e adquirir aperfeiçoamento sempre, quando o local de trabalho proporciona, quando os cursos são próximos e ligados à área de atuação. Um bibliotecário informou que não os procura por falta de oferta e falta de abertura no trabalho.

Neste caso, o teste de χ^2 resultou em 33,13, sendo $\chi^2_c = 9,50$ (n.g.l. = 4) permitindo a rejeição de H_0 , ou seja, significativamente, a razão prevalente é a consciência de defasagem de seus conhecimentos que motiva o profissional a buscar a reciclagem.

Quando o profissional sente-se incapaz de atuar a contento por desconhecimento e busca formas de atualização, nota-se que este indivíduo conhece a finalidade da educação contínua, reconhece seu valor e se sente responsável pela e motivado para a mesma. Tal profissional precisa ser alertado, que o adquirir novos conhecimentos, habilidades e competência, através de atividades de aperfeiçoamento, estes saberes devem ser aplicados ao ambiente de trabalho, para que seja vantajosos para o empregador, no caso a Universidade e para ele (empregado).

Outro ponto a ser salientado é aquele que diz respeito à divulgação dada às atividades de educação contínua. Sabe-se dos problemas de organização que patrocinadores vivenciam e muitas vezes, toma-se conhecimento de uma programação no dia em que ela está se iniciando ou após a sua realização. Mesmo os boletins nacionais divulgadores de eventos são recebidos com atraso de meses por profissionais da área, ou sem tempo hábil para tomar as devidas providências para poder aproveitar a oportunidade. Além disso, a burocracia para afastamento é desalentadora e requer urgente reformulação.

Em relação à educação contínua como forma de enriquecimento de currículo e ascensão profissional, sugere-se que seja estabelecida na Universidade uma política que padronize a valoração das modalidades de atividades. Estas atividades devem ser levadas em consideração para promoção funcional, tanto a nível salarial, como a nível de mudança de serviço executado. Muitas vezes, o profissional fica mais satisfeito e se sente reconhecido, quando passa a realizar algo mais compatível com seus interesses ou que exija responsabilidade maior.

Como resultado da 9ª questão, verificou-se que os assuntos técnicos predominam como área de interesse para atividades de educação contínua

dos bibliotecários do Sistema de Bibliotecas da UNICAMP (75,92%). Os assuntos gerais ou culturais aparecem com 68,51% das indicações, apresentando pequena margem de diferença. Isto demonstra que os profissionais pesquisados estão notando a necessidade do conhecimento de assuntos gerais ou culturais, aliados aos técnicos, para cumprimento de sua função social. A mera implementação dos hábitos de leitura já seria aqui muito útil.

TABELA 5 - Fontes que devem se responsabilizar pela educação contínua, segundo os informantes.

FONTES	f	%	
		TOTAL DE SUJEITOS	TOTAL DE RESPOSTAS
a. escolas/universidades	31	57,40	20,12
b. órgãos associativos	26	48,14	16,88
c. empresas/bibliotecas (local de trabalho)	41	75,92	26,62
d. setores do governo	06	11,11	3,89
e. o próprio profissional	31	57,40	20,12
f. compartilhamento de responsabilidades	19	35,18	12,33
TOTAL	154	—	—

Na opinião DE 75,92% dos informantes, o local de trabalho deve se responsabilizar pela oferta de atividades de educação contínua. A responsabilidade pelos programas de educação contínua foi indicada como sendo do próprio profissional e das escolas (universidades) no mesmo nível, ou seja, 57,40%. A seguir aparecem os órgãos associativos com 48,14% e a responsabilidade compartilhada com 35,18%. Um dos sujeitos informou que a responsabilidade pela educação contínua é do próprio profissional, desde que não prejudique aspectos vivenciais e conte com o apoio da instituição a qual presta serviço.

No que diz respeito ao compartilhamento de responsabilidades destacam-se as indicações feitas pelos respondentes. Na geração de atividades de educação contínua deve haver a participação de todas as instituições listadas (N = 4), escolas/universidades, empresas/bibliotecas (N = 3), órgãos associativos, empresas/bibliotecas (N = 2), escolas/universidades, órgãos associativos, empresas/bibliotecas, profissional (N = 2), profissional,

empresas/bibliotecas (N = 2), escolas/universidades, órgãos associativos (N = 1), universidades, associações, local de trabalho (N = 1), escolas, empresas, associações (N = 1), associações, empresas, governo, profissional (N = 1), bibliotecas, universidades, profissional (N = 1), governo, empresa, escolas (N = 1).

Percentual expressivo dos sujeitos informou que se sente responsável pela própria educação continuada, o que denota, por um lado, uma possível motivação para com a mesma, e por outro, sentido de responsabilidade e consciência do papel da atualização na atividade de qualquer profissional.

Somente 11,11% dos informantes, além de outras duas indicações referentes ao compartilhamento de responsabilidades, incluíram o governo como participante no processo de educação contínua.

O teste de significância quanto às diferenças entre as fontes resultou em $\chi^2_c = 28,17\%$. Sendo $\chi^2_c = 11,07\%$ n.g.l. = 5, n.sig. = 0,05) pode-se concluir que significativamente os informantes atribuíram à própria biblioteca a maior responsabilidade quanto à educação continuada de seus funcionários.

Há uma certa incongruência, em relação à baixa indicação do Governo como responsável na oferta de programas de educação contínua, uma vez que a Universidade analisada é estadual e vive de recursos governamentais. Se deve haver colaboração do governo para educação contínua, investimentos para o setor, que são aplicados na manutenção de pessoal que trabalha na organização dos programas e outros recursos ou no custeio de pessoal que participa destes programas. Em resumo, o Governo, que é o mantenedor da Universidade, participa através dela nas atividades de educação contínua dos profissionais que emprega.

Torna-se difícil estabelecer como deve ser feito na prática o compartilhamento de responsabilidades. Vive-se um momento de dificuldades financeiras. Há necessidade de estudos e reflexões quanto à responsabilidade específica das escolas, das associações, das bibliotecas, dos setores do governo e do próprio no contexto da educação permanente.

CONCLUSÕES E SUGESTÕES

De maneira geral, pode-se concluir que as características e envolvimento do pessoal de informação do Sistema de Bibliotecas da UNICAMP em relação à educação contínua, não possui a qualidade esperada.

Atividades de educação contínua, realizadas através de cursos de pós-graduação, atingem apenas cerca de 18% destes profissionais.

As sugestões apresentadas ao se discutir os resultados da pesquisa, se forem incrementadas, poderão melhorar os recursos humanos das bibliotecas da UNICAMP, garantindo assim maior eficiência de suas bibliotecas e satisfação de seus usuários.

Qualquer que seja a modalidade de educação continuada adotada, três pontos sempre devem ser considerados: as realidades locais devem embasar os programas de aperfeiçoamento; deve haver a avaliação constante destes programas; carece implementar rodízios de profissionais para a participação nestes programas.

Reafirmando o valor da leitura, nota-se na literatura a divulgação de meios como: clubes de leitura e círculos de estudo, onde a leitura é fundamento para discussão de temas fixados anteriormente.

Só com base nela é que a profissão bibliotecária terá condições de sobreviver, realizar pesquisas, acompanhar a evolução da sociedade e da Biblioteconomia, tornando-se indispensável.

Vale lembrar que a característica mais visível e universal de todas as profissões é a mudança. Portanto, não é possível pensar em formação profissional como algo que se encerra em um espaço de tempo determinado.

SUMMARY

ZANAGA, Mariângela P. *Continuing education: attitudes and experiences of the librarians of the sistema de bibliotecas da UNICAMP.*
Trans-in-formação, 1(3): 55 - 74, sept/dec., 1989.

Exploratory study, using as research tool the questionnaire, applied to librarians of the Sistema de Bibliotecas da UNICAMP, with the aim of know theirs actions refering to continuing education programas and kinds of activities more suitable to studied population. Through obtained results, was observed that the reading are not the essential form of actualization of subjects and the deprivation of financial resources haven't allowed the seek of retraining.

Key words: *Continuing education - Attitudes - Universitary libraries*

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CARVALHO, A.O. (1979). Pós-graduação em biblioteconomia e ciência da informação: reflexões, sugestões, experiências. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS. 1. Niterói, 1978. Anais. Niterói: UFF, 270-284.

- CASEY, G.M.A. (1980). A educação continuada na área de Biblioteconomia nos Estados Unidos. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v.13, n.1/2, p. 79-83, jan./jun.
- CHIAVENATO, I. (1985) **Recursos humanos**. São Paulo: Atlas.
- DALIA, E.C.P. (1983). **Mulher, educação e trabalho**. João Pessoa, Dissertação (Mestrado em Educação) - centro de Educação, UFPb.
- FIUZA, M.M.:PAIM, I.; FERREIRA, M.L.A.G. (1987) Curso de especialização em administração de bibliotecas universitárias. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 5. Porto Alegre. **Anais**. S.n.t. 47-63.
- MACEDO N.D. (1985) Reflexão sobre "educação contínua para bibliotecário". **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**. São Paulo. (1/2): 52-61, jun.
- MIKULECKY, L. CLARK, E.S. ADMS, S.M. (1989) Teaching concept mapping and university level study strategies using computers. **Journal of Reading**. Newark, 32 (8) 694-702, May.
- NEAL, J.G. (1980) Continuing education: attitudes and experiences of the academic librarian. **College & Research Libraries**. Chicago, 41, 128-133, March.
- OAKHIL, J & GARNHAM, A. (1988). **Becoming a skilled reader**. New York: Blackwell.
- OTANI, K. (1988) **Educação continuada e recursos humanos em bibliotecas universitárias**. um estudo comparado. Campinas, 1988, 263p. Dissertação (Mestrado em Biblioteconomia) - Faculdade de Biblioteconomia, PUCCAMP.
- PINHEIRO, L.V.R. & PEREIRA, M.N.F. (1987) Mudando os rumos da participação bibliotecária: uma proposta para curso de especialização de bibliotecário de instituições de ensino superior. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 5., Porto Alegre **Anais** S.n.t. 1: 75-147.
- RECURSOS humanos em ICT (1984) In PBDCT. Ação programada em ciência e tecnologia. 29:informação em ciência e tecnologia. Brasília, SEPLAN/CNPq/IBICT: 54-60
- STONE, E.W. (1986) the growth of continuing education. **Library Trends**. Urbana, 34 (3) 489-513, Winter.
- WITTER, G.P. (1987). O ensino de metodologia científica em biblioteconomia: algumas considerações. **Ciência da Informação**, Brasília, 16, (2), 145-148, jul./dez.

ELABORAÇÃO E TESTE DE UM MATERIAL DE HISTÓRIA DO BRASIL, QUANTO AOS ASPECTOS VOCABULAR E FIGURATIVO*

Maria Theresa Oliva Pires de Mello
Bolsista recém-Doutora CNPq

RESUMO

MELLO, Maria Thereza O. Pires de. *Elaboração de teste de um material de história do Brasil quanto aos aspectos vocabular e figurativo. Trans-in-formação, 1(3): 75 - 91, set/dez, 1989.*

Este trabalho se insere entre os que buscam a adequação, o teste e implementação de um base científica para os materiais impressos. O objetivo geral da presente pesquisa foi produzir um material de leitura adequado a escolares de ambos os sexos, cursando a 2ª série do 1º grau de uma escola estadual, situada na periferia da cidade de São Paulo. Elaborou-se um texto e figuras contendo elementos de informação da História do Brasil. Procedeu-se ao levantamento de todos os substantivos dos textos, considerados vocábulos chaves para o entendimento das figuras contidas no material, a fim de se efetuar um teste junto a 68 alunos. O resultados mostraram que os vocábulos alcançaram 50 a 75% de acertos, as figuras acima de 75% de acertos, indicando compreensão dos elementos básicos.

Unitermos: Ilustração - Material didático - Leitura.

INTRODUÇÃO

No âmbito do discurso pedagógico o texto tem um papel extremamente relevante, especialmente em condições educacionais em que dificilmente se pode lançar mão de outros recursos de ensino mais sofisticados. O presente trabalho se insere entre os que buscam a adequação, o teste e a implementação de uma base científica para os materiais impressos, de modo que o discurso do texto seja mais adequado ao desempenho verbal dos alunos, sem olvidar os objetivos educacionais.

* Parte da Dissertação de Mestrado "Elaboração e Teste de um Material de História do Brasil, quanto aos Aspectos Vocabulares e Figurativo", apresenta à FFLCH da USP em 1981. Fizeram parte da equipe interdisciplinar que organizou, elaborou, ilustrou e pesquisou o material: Psicóloga, Profª Drª Geraldina P. Witter, Arquiteto Cesar Luis Pires Mello Gonçalves, Maria Lúcia Pires de Mello e a autora do projeto.

Para SKINNER (1976), o ensino é um arranjo de contigências externas, sob controle dos professores, que podem facilitar, individualizar e acelerar o aparecimento de resposta de aprender. Dentre as variáveis observáveis passíveis de uma análise dessas contigências, o preparo do material didático ocupa papel preponderante, uma vez que grande parte do processo de ensino é centrado na leitura.

O comportamento verbal é de natureza operante, isto é controlado por variáveis que interferem na consequência de sua emissão, assim, aumentam a probabilidade futura de ocorrência pelo efeito de retroação sobre o organismo. Os estímulos gráficos provocam uma resposta de leitura que, uma vez estabelecida, ficará sob controle do próprio sujeito que desenvolverá através da leitura outros comportamentos.

A importância desta área de pesquisa, cresce na medida em que os recursos e meios para atender a demanda do ensino se tornam insuficientes diante do aumento progressivo das populações, necessitando de uma equipe de especialistas que assegurem a adequação do texto e se incubam da atualização do vocabulário.

Os princípios científicos, que nortearam as pesquisas com leitura, criaram perspectivas educacionais e tornaram possíveis a criação de vários tipos de material de ensino. No Brasil, estes estudos valem-se, principalmente, das pesquisas psicolinguísticas que vêm desenvolvendo e testando métodos, testes para avaliar não só o comportamento de ler, como a influência do estímulo da leitura em várias áreas do desenvolvimento criativo, psicológico e social do ser humano (OLIVEIRA, 1972; MACEDO, 1973; MACHADO, 1975; MEGDA, 1975; MOYSÉS, 1976).

Além disso a tendência atual de determinadas correntes de pesquisas é analisar habilidades do sujeito tendo em vista seu desenvolvimento segundo suas características e medir as variáveis que interagem no seu comportamento como indivíduo. A partir deste é que deve ser produzido e testado o material de ensino.

Devido a importância da adequação do material escolar de leitura à população a que se destina, evidencia-se o cuidado, de tornar o discurso pedagógico adaptável aos alunos, dada sua importância no âmbito educacional não só como material instrucional mas como também veículos de informações culturais.

Outras pesquisas têm evidenciado a influência que temas preconceituosos podem exercer sobre a opinião de jovens leitores e que muitas vezes, a escolha de textos de autores consagrados pela crítica literária não condizem com hábitos, experiências e linguagem das crianças e, especialmente, da criança desprivilegiada. (BARUFFI, 1975).

As pesquisas sobre os textos de leitura têm levantado mais frequentemente os aspectos referentes à sua organização interna, à linguagem e estilo do autor, mas nem sempre consideram o leitor, e suas características sócio-culturais e lingüísticas.

Conteúdo, estilo, vocabulário e complexidade sintática são os elementos mais pesquisados para analisar o material de leitura. Segundo WITTER (1977), essas pesquisas tendem a fazer um levantamento a nível superficial do texto, e não atingem a estrutura mais profunda, nem verificam se as relações formais e abstratas do texto estão a nível do leitor.

Na elaboração de material didático devem ser considerados estes aspectos entre outros, incluindo motivação, ilustração e formato. Neste trabalho foram objeto da atenção a problemática de inteligibilidade do texto e da ilustração, as quais passam a ser focalizadas em seguida.

Do ponto de vista lingüístico, o levantamento das variáveis para elaboração do texto deve ser acompanhado de uma pesquisa que assegure sua adequação à população a que se destina antes de sua publicação e periodicamente o texto deve ser testado para possíveis revisões e atualização do material (WITTER, 1977).

Na elaboração do material, destacam-se alguns itens que podem influenciar a leitura. Além do conteúdo, que deve ser no nível da idade, interesse e desenvolvimento verbal do aluno, o cuidado com a informações que compõem o texto formam as primeiras etapas do trabalho a ser realizado.

Os dados de pesquisa sobre o vocabulário de crianças carentes e adequação do material de ensino, permitem sugerir alguns critérios para quem se propõe a escrever textos didáticos. Segundo pesquisas de WITTER (1977) os dados oferecem bases iniciais para a produção de textos dessa natureza: estrutura frasal simples (sujeito, verbo e objeto), setenças curtas onde o sujeito esteja expresso, verbos nas formas simples e períodos não sobrecarregados por relatores.

Há muito que os especialistas vêm pesquisando a influência de vários elementos do texto. Familiaridade de palavras, extensão média das setenças do texto, recorrência a palavras abstratas, aspectos afetivos, cognitivos, ortográficos, tônicos e delineamento gráfico são objetos de estudos esparsos desde o século passado (CAVALCANTE, 1980).

Atualmente distinguem-se os trabalhos que visam separar dois aspectos básicos na elaboração do material, a legibilidade e a inteligibilidade que podem influenciar a compreensão do texto.

Por exemplo, MOLINA (1979) distingue legibilidade como o conjunto de variáveis físicas de apresentação de um texto que concorrem para maior facilidade de leitura. Pesquisadores estudaram a influência de algumas variáveis de legibilidade na composição do material: tamanho e caracteres

tipográficos (WITTER, 1977), largura das linhas impressas (CAVALCANTE, 1980), espaço entre letras, palavras, linhas e contraste entre cor do texto impresso e o papel. Acrescenta-se o próprio tipo de distribuição do material impresso, tamanho do corpo e da obra, bem como aspectos físicos que afetam a legibilidade do material.

Segundo MOLINA (1986), a inteligibilidade estaria ligada a relações mais complexas entre texto e leitura em que tanto as características físicas do material, como as sintáticas e semânticas do texto podem afetar a sua compreensão.

Muitos métodos para avaliar a compreensão e inteligibilidade de leitura têm sido empregados. Destacam-se entre eles os testes de múltipla escolha, de perguntas e respostas e o Teste de Cloze que analisam, segundo suas características, o nível de respostas do leitor.

Outros elementos são relevantes na composição do material de leitura, como é o caso da ilustração, pois é um dos elementos que tradicionalmente acompanha o texto destinado à leitura infantil.

Embora incluídos em textos de leitura desde o século passado, só a partir do começo deste século é que os pesquisadores se preocuparam com a função da figura na leitura e seus efeitos na aprendizagem.

Os estudos de MILLER (1938, apud MENYUK, 1975) são pioneiros na análise da figura e compreensão. A partir daí, presencia-se a preocupação em avaliar outros aspectos, a fim de fornecer bases para a escolha e inclusão da ilustração no material de leitura.

Na década de 60 surgiram estudos sistemáticos reunidos em torno de áreas específicas. O efeito da figura no aprendizado e motivação são tópicos significativos entre outros, na aquisição e manutenção de leitura.

Segundo SAMUELS (1967), a maioria dessas pesquisas são organizadas baseadas em textos em que a figura tem um papel complementar, isto é, o texto pode ser compreendido ou os objetivos de leitura conseguidos, mesmo se as figuras forem removidas.

Observando textos didáticos, o autor conclui que nos primeiros anos de aprendizado de leitura é fartamente usada a figura para introduzir novas palavras ou como estímulo para verbalizações. Na progressão do ensino de leitura os livros passam a conter unicamente o texto, sem ilustrações.

Usualmente, emprega-se a figura para introduzir novos vocábulos a serem aprendidos, como pistas para identificação e como um dos recursos de prontidão, enquanto a criança não reconhece palavras impressas. É muito discutível as funções da gravura em relação ao texto e ao seu efeito sobre o leitor.

ANDERSON (1973) conduziu um experimento para estudar o efeito interativo das informações de um texto instrucional em presença da cor. Para

tanto, o autor estudou o tempo gasto na observação das figuras coloridas e do texto impresso. O experimento mostrou a interferência da cor nos resultados, isto é, o tempo de observação das figuras resultou na diminuição do tempo de observação do texto, servindo como elemento de distração.

Para os bons leitores as figuras não tiveram efeito negativo, mas interferiram nos mesmos habéis (BROWN, 1975) e maior retenção é observada quando o texto não apresenta figuras.

O papel mais importantes da ilustração é o da motivação e conseqüente envolvimento com o matéria de ensino, que pode influenciar a formação de atitudes. O atrativo da presença da figura sem dúvida pode ajudar a criança a se interessar e desenvolver a leitura. Também a estimulação multisensorial das figuras e textos apresentados juntos resultam em melhores condições de aprendizagem.

No Brasil, CALVI (1977) observa que o livro infantil permanece já décadas com as mesmas características e o processo de elaboração da figura continua o mesmo. Geralmente, o desenho é realizado a partir do texto acabado e cabe ao ilustrador simplesmente desenhar imagens que sirvam como legenda do texto. O ilustrador, como parte da equipe do preparo do material didático, deve acompanhar as etapas da pesquisa juntamente com os especialistas: observar e adequar seu trabalho aos leitores para melhor aproveitamento da função da ilustração.

A pesquisa junto ao leitor para assegurar o reconhecimento da figura, anterior à publicação da obra, é uma das etapas da elaboração do material de leitura. WITTER (1977) emprega esta etapa como preparatória para inclusão da ilustração no texto que resulta em melhor inteligibilidade do material.

Existem na literatura desta área alguns trabalhos que procuram estabelecer as relações entre a inteligibilidade do texto e seus aspectos figurativos (SAMUELS, 1970; NEIL, 1974; CRUZ, 1979), e a composição da ilustração com melhor integração no texto (JAGODZINLSKA, 1976). Dada a importância destes aspectos, um maior número de pesquisas faz-se necessário e urgente, uma vez que a quantidade de material didático e de leitura em geral, a cada ano, se avoluma sem a necessária precaução em medir seus efeitos junto aos leitores.

Para tanto organizou-se a presente pesquisa para verificar a compreensão do vocabulário e ilustração do texto que teve como objetivos específicos:

1. verificar a compreensão do vocabulário do texto;
2. verificar a compreensão da ilustração do texto; e
3. verificar se a variável sexo foi relevante.

MÉTODO

Sujeitos

Foi escolhida, ao acaso, uma escola estadual de primeiro grau de um bairro de periferia, a 20km, da cidade de São Paulo.

Os dados sobre os alunos e a escola foram elaborados a partir de consulta feita à secretaria da própria escola.

Dos arquivos constava o registro da profissão dos pais, com base no que foi estabelecido o nível social (HUTCHINSON, 1960). Tratava-se de um núcleo populacional de baixo nível sócio-econômico em que a maioria dos sujeitos era empregada em trabalho braçal não qualificado.

A 2ª série do 1º grau dessa escola foi escolhida por apresentar as características necessárias para o encaminhamento da pesquisa: 140 alunos alfabetizados, de ambos os sexos, distribuídos em quatro classes, A, B, C e D, com idade de 10 anos (variando de 85 a 170 meses, com desvio padrão de 4 meses).

Foram sorteadas as classes **B** e **C** para responder aos testes.

Tomaram parte 68 alunos de ambos os sexos. Após o sorteio equiprobabilístico (FISHER & YATES, 1971, 12 alunos foram escolhidos para o teste de figuras e 56 para o de vocábulos).

A formação dos grupos ficou assim determinadas: o Grupo Figura (**G.F.**) foi formado por 12 alunos, 6 meninos e 6 meninas, com idade média de 9 anos, variando de 85 a 213 meses com desvio padrão de 19 meses. O Grupo Vocábulo (**G.V.**) foi formado por 7 pequenos grupos de 8 alunos cada um, sendo 4 meninos e 4 meninas para responderem ao teste de vocabulário.

Material

Com base nos princípios e resultados científicos referidos na introdução foi produzido um material de leitura para crianças de 2ª série. O texto foi elaborado com objetivo da leitura de informações referentes à História do Brasil. Para tanto, foi considerada a necessidade de uma visão global, uma seqüência de acontecimento que a partir da História da Terra chegasse à História do Brasil.

Na elaboração do texto foram considerados os seguintes critérios:

a aprendizagem que levou o Homem a um aproveitamento de suas capacidades e aos conhecimentos que criaram e transformaram sua própria história;

a necessidade do trabalho conjunto que criaram e transformaram sua própria história;

a valorização do element humano nesse trabalho conjunto: mulher, criança, brancos, negros, amarelos, com suas ocupações e profissões diversas.

Na organização da seqüência do conteúdo tomou-se como ponto de partida o surgimento dos grupos humanos, de ocupação pelo homem das terras em torno dos rios, assim como dos mares e dos oceanos; no Brasil, a ocupação do litoral e em seguida do interior através dos vários meios de comunicação delineado a forma de colonização. Buscou-se, também, dar algumas informações paralelas específicas como: "pontos de orientação" e "formação de um governo republicano".

O preparo da ilustração também obedeceu a critérios pré-estabelecidos pela literatura e por pesquisas, além disso, quando o próprio texto sugeriu a necessidade do apoio da ilustração, elas foram introduzidas. A inclusão de figuras atendeu aos seguintes objetivos:

- a. servir como síntese dos conhecimentos fornecidos numa lição, ex.: "os egípcios, os fenícios";
- b. reforçar a informação quando se esperava que a criança conhecesse outros elementos (neste caso a figura reforçava esse conhecimento, ex.: "navio, bandeira");
- c. como estímulo para suscitar resposta gráfica, pedindo que a criança desenhasse, pintasse ou escrevesse, no caso a própria criança desenha uma ilustração ou completa a Bandeira Nacional.
- d. apresentar seqüências gráficas de eventos: "o crescimento do ser humano" e a "formação da terra"; e
- e. apresentar figuras e fatos que o texto relacionou como importantes: "Descobrimto do Brasil, Pedro II, José Bonifácio e Princesa Isabel".

O material foi constituído por figuras e um teste de vocabulário. As 53 figuras contidas no texto foram numeradas, e obedeceu-se a essa ordem de apresentação no teste para os alunos. Foram colocadas em fichas iguais de 12x20 cm. As figuras foram desenhadas com caneta hidrafix preta sobre o papel branco.

As folhas de avaliação do Grupo Figura continham o nome do sujeito, o título da figura e um espaço em branco para anotar a resposta.

O teste de vocabulário constou do levantamento de 350 substantivos do texto compreendendo os vocábulos chaves para a compreensão de maior dificuldade (CAVALCANTE, 1980).

Foram sorteados sete grupos de 50 vocábulos e a ordem de apresentação aos sujeitos, pela tabela de FISCHER e YATES (1971) orientou a seqüência de apresentação aos sete grupos sorteados.

As folhas para avaliação continham nome e número de sorteio dos sujeitos, os nome e número do vocábulo e um espaço em branco em que a pesquisadora anotava a resposta de cada sujeito.

Procedimento

A coleta de dados tanto para o G.F. como para o G.V. foi realizada numa das salas da escola, sem aula programada para aquele período.

A aplicação do teste foi feita individualmente, estando presentes somente o aluno e a pesquisadora.

As crianças receberam instruções de como proceder no teste: para o G.F., a experimentadora perguntava: "O que esta figura representa?" (mostrava cada uma) e o aluno deveria responder, ou então dizer "não sei".

Para o G.V. a experimentadora perguntava: "O que é...?" complementando o enunciado com o vocábulo cujo conhecimento esta sendo investigado. O aluno respondia, ou então, no caso de não conhecer o vocábulo, dizia: "**Não sei**". A pesquisadora anotava as respostas na folha de avaliação.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Critérios

Foi sorteada uma amostra dos protocolos de respostas e apresentada a dois juízes, a fim de procederem a avaliação independente para teste a fidedignidade dos critérios de julgamento.

Os juízes avaliaram uma amostra de 10 sujeitos escolhidos segundo o sorteio equiprobabilístico (FISHER & YATES, 1977) e apresentaram um nível de concordância de 83% para o seguinte critério estabelecido:

2 pontos para resposta sintática e semanticamente correta;

1 ponto para a resposta sintaticamente certa, mas contendo algumas inadequações semânticas como parte pelo todo, o uso pelo objeto, efeito pela causa etc., e sinônimos também receberam 1 ponto;

nenhum ponto para a resposta inadequada ou ausência de resposta.

Para avaliação do teste de gravura foi convencionado o seguinte critério:

2 pontos para a resposta contendo reconhecimento de todos os elementos;

1 ponto para a resposta contendo alguns dos elementos da figura e nenhum ponto para o desconhecimento do conteúdo da figura.

Fixou-se também em 75% da contagem geral de acerto de figuras e vocábulos pelos sujeitos testados como um percentual aceitável de reco-

nhecimento e compreensão dos mesmos. O número de pontos máximos de acerto para o teste de figura por todos 12 sujeitos seria de 214 pontos e a porcentagem aceitável seria, portanto, de 18 pontos. Para o teste de vocabulário para cada grupo de 8 sujeitos o total de pontos seria 16 pontos e 12 pontos seria suficiente demonstrado para a compreensão do vocabulário.

Segundo os dados de porcentagem de acertos verificou-se que: 48 figuras obtiveram 18 pontos ou mais, isto é, 50% a 74% do total de acertos.

Conforme estes dados mostram, apesar do esforço desenvolvido para integrar imagem e texto, conforme sugestões da literatura sobre o assunto, ficou evidente a necessidade de uma melhor elaboração de algumas figuras para que a ilustração pudesse cumprir efetivamente seu objetivo na composição do material.

A avaliação do teste de reconhecimento de vocábulos apresentou os seguintes resultados:

35 vocábulos alcançaram 12 a 16 pontos, isto é, 75% mais do que total de acertos;

151 vocábulos alcançaram 8 a 11 pontos, isto é, 50 a 74% mais do que total de acertos;

107 vocábulos alcançaram 4 a 7 pontos, isto é, 25 a 49% mais do que total de acertos;

57 vocábulos alcançaram 1 a 3 pontos, isto é, menos 25% do que total de acertos;

Como os principais trabalhos sobre eficiência de compreensão e intelegibilidade do texto recomendam um controle sobre a porcentagem de vocábulos reconhecidos, foi considerado que estes vocábulos poderiam estar mais a nível de uma leitura eficiente se apresentando destacadamente, reforçando a compreensão dos mesmos. Assim, os vocábulos que não atingiram o número de pontos suficientes, ou menos de 75% de acertos, foram indicados para fazer parte de um glossário a ser anexado no início de cada lição. Os resultados do teste de reconhecimento das figuras e compreensão dos vocábulos sugeriram uma revisão e complementação do material a fim de assegurar melhor eficiência.

O acerto e distribuição dos vocábulos mostram resultados mais significativos quando os vocábulos apresentando se referem à denominação do ser humano, alimentos, plantas, peças do vestuário, utensílios, animais, elementos de comunicação escrita, oral e visual, o que mostra o nível do conhecimento da realidade em que vivem, influenciados, principalmente, pelo grupo social, escolas e meios de comunicação.

Localizações geográficas, profissões, noções de agrupamentos sociais, de tempo, espaço, de terminologia histórica e matemática apareceram mais nos limites inferiores do reconhecimento de vocábulos, confirmando as

pesquisas que mostram que há um conhecimento melhor de uma realidade próxima e experimentada do que noções mais abstratas.

No registro oral do teste de vocábulos e figuras pode-se constatar alguns tipos de respostas mais freqüentes, já apontados em pesquisas de MENYUCK (1975) e WITTER (1977), que se referem ao uso de referem ao uso de estruturas funcionais de linguagem ("é quando", "é como", "é para"); emprego de formas verbais no presente e gerúndio; a substituição de pronomes pessoais por formas coloquiais como: "a gente", "os outros", "aquele" etc. Principalmente, verificou-se o emprego de orações formadas por períodos curtos, ou ligados mais freqüentemente por coordenações.

O levantamento dos vocábulos do texto, segundo suas referências, apesar de terem sido escolhidos aleatoriamente, podem mostrar sua distribuição e freqüência de seu reconhecimento ao longo da composição do texto e indicar acerto ou distanciamento dos objetivos a que se propõem alcançar e contribuir para maior controle da dificuldades que o texto oferece.

Quanto ao terceiro objetivo desta pesquisa, testar a influência de variável sexo no contexto dos objetivos anteriores, ou seja, no reconhecimento dos vocábulos e figuras, procedeu-se ao cálculo de Man Whitney test (SIEGEL, 1956) para comparação intergrupos de dados independentes, relatado conforme Tabela 1

TABELA 1 : COMPARAÇÕES ENTRE OS SUJEITOS MASCULINOS E FEMININOS QUANTO A ACERTOS: FIGURAS E VOCÁBULOS

ESTÍMULO	GRUPO	N _M	N _F	U	F	H ⁰ : M = F H ₁ : M = F
FIGURAS	G.F	6	6	12	0,20	não rejeitada
VOCÁBULOS	G.1	4	4	7	0,14	não rejeitada
	G.2	4	4	5	0,24	não rejeitada
	G.3	4	4	6	0,34	não rejeitada
	G.4	4	4	7	0,44	não rejeitada
	G.5	4	4	1	0,03	rejeitada (a favor do grupo feminino)
	G.6	4	4	5	0,24	não rejeitada

Conforme os dados obtidos pelo teste, não houve diferença no desempenho dos sexos no reconhecimento de figuras e vocábulos com exceção do G.5 a favor do grupo feminino e G.7 a favor do grupo masculino, não indicando os dados nenhum reconhecimento específico de vocábulos, privilegiando qualquer dos dois grupos em questão.

Os resultados obtidos no teste de vocábulos e figuras e a vantagem no reconhecimento das últimas, confirmam as pesquisas de SAMUELS (1967), WHITE (1973), THOMSEN (1973), HARZEN (1976) e MAIN (1977), que estudando o efeito da figura na leitura, mostram resultados singificativos quanto ao reconhecimento, fornecimento de pistas, motivação de leitura, mas se comparadas ao texto e vocábulos, não são tão eficientes para o aprendizado e podem até desviar a atenção, prejudicando a leitura do texto.

A maior facilidade de reconhecimento de figuras estaria ligada, também, a uma modalidade cruzada de percepção visual-espacial mais simples nos leitores do que a capacidade de decodificação fonológica mais sofisticada estabelecida pelo texto (KATZ, 1973). O mesmo setor observou que nos resultados de testes escritos os não ilustrados obtiveram melhor retenção.

Para testar a homogeneidade das categorias formadas pelos níveis de porcentagem de acertos de respostas dos sujeitos masculinos e femininos procedeu-se ao cálculo do X^2 com a verificação intra-grupos.

No teste de figura usou-se o n.sig. de 0,05. Encontrou-se que o X^2 foi 0,06 o que mostrou homogeneidade na distribuição dos dados, uma vez que $H_0(X^2=0)$ não foi rejeitada.

No teste de vocábulos o mesmo cálculo foi feito com n.s. = 0,05, ongl - 5. Estabeleceu-se como $H_0: X^2_0 = X^2_c$. Obteve um valor de 10,8 (X^2_0), sendo $X^2_0 = 4,35$. Portanto, a hipótese nula foi rejeitada, neste caso, não houve homogeneidade das categorias. A maioria dos vocábulos (N = 331) era conhecida no nível de 50 a 75%, sendo que 227 ficaram a nível de 0 a 50% de acertos. Como estes resultados indicaram dificuldades, havia carência de revisão do material a nível vocabular, o que indica a necessidade de reescrevê-lo e de retestá-lo.

A pesquisa realizada resultou num instrumento válido de avaliação do nível de dificuldades de alguns elementos que compõem um texto didático, por exemplo, as estruturas sintáticas.

Segundo MENYCK (1975) paira dúvidas quanto a ordem de aquisição destas estruturas. "As propriedades que diferenciam objetos e seres vivos (+humano) são determinadas antes daquelas que diferenciam tamanho (+grande) ou parentesco (+mãe)". Investigando a produção dessas propriedades (WERNER & KAPLAN, 1950 apud MENYCK, 1975), analisaram respos-

tas de crianças de 8 a 13 anos, as quais foram argüidas quanto ao significado de certas palavras. Encontraram dois tipos de respostas:

1. contextual à setença, isto é, a palavra carrega o significado de todo ou parte do contexto oracional em que se encontra;

2. não contextual à setença, isto é, a palavra tem um significado particular, fora do contexto, mas pertence a um contexto comum a todas as setenças.

Para a autora parece, que os itens lexicais não têm significação separada dos contextos oracionais que as crianças usam até 10 anos ou mais. O item pode não ser uma entrada lexical intacta no léxico da criança com todas suas propriedades semânticas, mas ser adquirido pelas listagens de suas propriedades funcionais. Por exemplo, para garrafa pode ser: "beber dela", "derramar ela", etc. Já que os itens lexicais podem ter propriedades mais ou menos dependentes do contexto, é possível que as crianças adquiram um conjunto limitado e restrito de propriedades de itens lexicais, derivados do contexto sintático que freqüentemente usam.

O estudo realizado mostrou a adequação dessa categorização para a criança brasileira, atentando para o fato que, para atender às necessidades de aprendizagem de outras disciplinas ou da própria língua, o ponto de partida é dispor de textos acessíveis, mas todos devem prover condições para crescimento do domínio verbal. Nestas circunstâncias, todos textos devem estar de acordo com o repertório da criança em grande parte, mas também precisam cuidados especiais na introdução de novos vocábulos ou novas estruturas, da mesma forma como se cuida da introdução de novos conceitos específicos da matéria. Ao longo do processo teórico e de pesquisa trilhados para a produção do texto de histórica, aqui analisado, procurou-se dar atenção a estes aspectos, centrando-se o trabalho fundamentalmente no aluno. Encontra-se na literatura atual vários relatos de pesquisa que enfatizam o efeito da instrução através do controle de variáveis tais como compreensão do vocabulário e ilustração. Instrução anterior explicativa de vocábulos e chaves do texto, anterior, a leitura STAHL, 1989) é a significativa para os bons e maus leitores que aumentam a atenção à informação do texto se este fornece também ilustrações gráficas REINKING, 1988) que confirmam os resultados obtidos na presente pesquisa.

Focalizando o texto, MUTH (1989) organizou um estudos para verificar os tipos de discursos na área de Estudos Sociais que podem interagir na compreensão e analisou os elementos do discurso narrativo, descritivo e expositivo com interação não só entre estrutura e as partes do texto mas também em relação ao leitor. Dessa maneira também pareceu que o tipo de texto elaborado fornecendo informações, descrição e exposição de fatos de

História do Brasil pode aumentar o nível de interesse de leitura e contribuir para melhor compreensão.

Também HIDE (1988) avaliou o nível de compreensão do livro didático empregado pela escola, utilizando-se de estratégias como inclusão de tipos de informações suplementares para serem lidas pelos alunos. Assim o texto da escola foi reescrito adicionando-se:

1. elemento coerentes ao tema e interessantes aos sujeitos;
2. adicionando fatos e informações;
3. elementos contendo formulação de hipóteses em que os sujeitos tinham necessidade de recorrer a soluções que vinham expressas no parágrafo ou lição posterior, o que trouxe um melhor aproveitamento de leitura.

Prestar atenção a palavras desconhecidas e usar pistas do contexto para aumentar a compreensão foram as variáveis manipuladas por MUDRE (1989). Examinou como as pistas sintáticas e semânticas influenciam a escolha das pistas de leitura, antecipando o significado e continuando a escolha para os bons leitores e as pistas grafemas/fonemas dificultando a compreensão dos leitores.

De uma maneira geral, os pesquisadores são unânimes em apontar a dificuldade de vocabulário como uma das dificuldades básicas para o entendimento do texto e a necessidade de esclarecer o significado das palavras-chave. O que se verifica é a variação entre as pesquisas que estudam a interferência do autor/professor fornecendo explicações adicionais aos vocábulos e sentido do texto, tanto interior à leitura, como foi o método utilizado neste trabalho, como durante a leitura testando a compreensão sintática e semântica através do teste Cloze (STAHL, 1989) ou após a leitura com a aplicação de questionários que mede a retenção de conhecimentos adquiridos (MEALEY, 1989).

O trabalho aqui apresentado insere-se na concepção Ensino-Ciência (WITTER, 1977), segundo a qual a produção de material didático não só deve assimilar o conhecimento disponível na área, como ela própria ser feita dentro dos ditames e rigores da Ciência; ao mesmo tempo que se produz o material também se produz dados relevantes para o conhecimento.

Trabalhos desta natureza, realizados por equipes interdisciplinares, em centro de produção e teste de material didático, de leitura, de lazer, para pessoas das mais variadas idades e condições sócio-econômico e culturais, podem tornar a produção mais rápida sem perda da adequação e eficiência do material.

SUMMARY

MELLO, Maria Theresa O.P. de. Preparation and testing of a historical of Brezil test as reading material: vocabulary ans ilustrations. *Trans-in-formação*, 1(3): 75 - 91, spet/dec., 1989.

The present report could be inserted among those which try to get more siutable ways for composing education material. The main aim of this research is to create a reading material suitable for students at a public school located in a suburb os São Paulo. It was writen a text wich contained pieces of information about History of Brazil, and illustrated with poictures. To verify the comprehension level, a test was done based on the nouns, key words and on the pictures. The results showed that the majority of words got about 50% to 75% of right answer, the picturs reached 75%. Those numbers can b considered satisfactory.

Key words: Illustration - Teaching material - Reading.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADAMS, A.A. (1973) - The effects of planned background experience on economically disadvantaged kindergarten children. **Dissertation Abstracts International**, 32(7A):3544.
- ANDERSON, R.C. (1973) - Learning principles from text. **JOURNAL EXPERIMENTAL PSYCHOLOGY**, 64(1):26:30.
- BARUFI, L. (1975) - **Visão crítica do emprego de textos literários para o ensino da Língua Portuguesa**. Tese de Mestrado apresentada à F.F.L.C.H. da USP. São Paulo.
- BARRA, J.A. (1973) - Selected cultural variables and the reading achievement of black-inner city school children of Washington, D.C. **Dissertation Abstracts International**, 34(3A):105.
- BERNSTEIN, B. (1975) - **Language et classes sociales**. Paris, Ed. Minut.
- BROWN, L.A. (1975) - The effect of isolation, readability and paragraph organization on learning from written instruction materials. **Dissertation Abstracts International**, 36(2A):772-773, Aug.
- CALVI, G. (1977) - Características e problemas de ilustração em livros infantis. **REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS**, 62(141):37-42.

- CAVALCANTE, E. (1980) - **Ensino supletivo: inteligibilidade de textos e atitudes de profissionais e alunos**. Tese de Mestrado apresentada à Universidade Federal de Paraíba. João Pessoa.
- CRUZ, I.J. (1979) - **Adequação do material didático do Mobral aos alunos e atitudes dos professores**. Tese de Mestrado apresentada à Universidade Federal de Paraíba. João Pessoa.
- FERREIRA, M.C.R. (1979) - Interação entre fatores biológicos sócio-econômicos e culturais no desenvolvimento mental e desempenho escolar da criança desnutrida. **CADERNOS de PESQUISA**, 29:37-48.
- FISHER & YATES - (1977) **Tabelas estatísticas**. São Paulo, EDUSP.
- GENTILE & MACMILLAN (1987) **Stress reading difficulties** Newark: IRA.
- HARZEN, P.L. (1976) - The effect of pictures on learning forced. **The British Journal of Education Psychology**, 46(3):10-15.
- HIDI, S. & BAIRD, W. (1988) - Strategies for increasing text based interest. **Reading Research Quarterly**, 23(4):465-480.
- HILLCKERT, A. (1976) - TV is the vehicle, reading is the goal. **The Reading Teacher**, 29(7):654-658.
- HUTCHINSON, B., ed. (1960) - **Mobilidade e trabalho**. Rio de Janeiro, Centro Bras. de Pesquisas Educacionais, Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos.
- JAGODZINSKA, M. (1976) The role of illustration in verbal learning. **Polish Psychological Bulletin**, 7(2):95-104.
- KATZ, L. (1973) - Memory-scanning differences and pictures versus world encoding of good and poor readers. **Annual Convention of the APA. Proceedings of the 81st**. Montreal, Canada, 8:637-638.
- LIMA, L.O. (1987) - O pobre livro brasileiro. **CIÊNCIA E CULTURA** 1977, 29(1):103-105.
- MACEDO, R.M.S. (1973) - **A organização grafo-perceptiva em pré-escolas de diferentes níveis sócio-econômicos**. Tese de Doutorado apresentada à F.F.C.L. São Bento, da Pontifícia Universidade Católica, São Paulo.
- MACHADO, V.L.S. (1975) - **Efeito de um treino de discriminação de aprendizagem de leitura por privados culturais**. Tese de Mestrado apresentada ao Instituto de Psicologia da USP. São Paulo.
- MAIN, R.C. e GRIFFITS, B. (1977) Evaluation of audio and pictorial instructional implements. **Av. Communication Review**, 25(2):167-179.
- MAZURKIEWICZ, A.J. (1960) - Social-cultural influences and reading. **JOURNAL OF DEVELOPMENTAL READING**, 3:254-263.

- MEGDA, S.I.D (1975) - **Efeitos da aplicação do sistema de vales na aprendizagem de História do Brasil: um estudo com adolescentes marginalizados.** Tese de Mestrado apresentada no Instituto de Psicologia da USP. São Paulo.
- MELLO, M.T.O.P. (1977) - Análise da eficiência de um procedimento de treino escrito de redação em dois níveis de escolaridade. In: WITTER, G.P. & coloab. **Série:Estudos 3 - Sobre a Linguagem**, 3:45-51.
- MENYUCK, P. (1975) - **Aquisição e desenvolvimento da linguagem.** Tradução do original norte americano de 1971 por G.P. WITTER & L.S. Cabral. São Paulo, Livraria Pioneira. Editora.
- MILLER, W. (1938) - Reading with and without illustration **Elementary School Journal**, 38:672-678.
- MOLINA, O. (1979) - **Avaliação da inteligibilidade de livros didáticos de 1º e 2º graus por meio da técnica Cloze.** Tese de Mestrado apresentada ao Instituto de Psicologia da USP. São Paulo.
- MOLINA, O. (1986) - **Quem engana quem?** Campinas: Papirus.
- MOYSÉS, S.M.A. (1976) - **Criatividade verbal e adjetivação em redação: um estudo experimental com a técnica de Cloze** Tese de Doutorado apresentada à FFLCH da USP. São Paulo.
- MUDRE, M. (1989) - Effects of meaning focused clues. **Reading Research Quartely** . 24(1):89-111.
- MUTH, O. (1989) - **Childre'ns comprehension of text.**Newmark: I.R.A.
- NEIL, R.A. (1974) - Race of story book charater: ists effects on story recall and identification of black and white children. **Dissertation Abstracts International**, 3:(11a)7.095.
- OLIVEIRA, P.I. (1972) **Livros didáticos de leituras e interesses de escolares** Tese de Doutorado apresentada ao Instituto de Psicologia da USP. São Paulo.
- REINKING, D. (1988) Good and poor reader's use of explicitly with graphic aids. **Journal of Reading Behavior**, 25(3):229-247.
- SAMUELS, .J. (1967) - Attentional proces in reading: the effect of pictures on the acquisition of reading responses. **Journal of Educational Psychology**. 58(6pt.1)
- SANTIAGO, N.V. (1973) - **Remediação verbal em crianças carentes culturais: estudo experimentais.** Dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto de Psicologia da USP. São Paulo.
- SIEGEL, S. (1965) - **Nonparametric statistics for the behavioral sciences** New York, McGraw-Hill.
- SKINNER, B.T (1976) - **Tecnologia do ensino.** São Paulo EPU/EDUSP

- SOLOMON, B.T. (1976) Using videotape to motivate the L.D. student. **Academic Therapy**, 11 (3):271-274.
- STAHL, S.A. et alii (1989) - Prior knowledge and difficult vocabulary. **Reading Research Quarterly Winter**, 24(1):27-43.
- THOMSEN, S.J. (1973) - Pictorial and verbal stimuli and order of presentation in children's associative learning. **Dissertation Abstracts International**, 34 (4a):1717-1718.
- WERNER & KAPLAN. (1950) - Development of world meaning through verbal context. **Journal of Psychology**, 29:251-257.
- WHITE, S.F. (1973) - A study of the relations with between racial illustration accompanying stories in basal readers and children's preference for these stories. **Dissertation Abstracts International**, 34 (4a):77-78
- WILCOXON, E. & WILCOX, R.A. (1974) **Some rapid approximated statistical procedures** Barl River, N.Y., Ledule Lab.
- WITTER, G.P. (1976) - **Privação cultural: instrução programada** 2ª ed. São Paulo, Vetor.
- _____ (1975) - **Condicionamento verbal** São Paulo: Alfa Omega
- _____ - **O psicólogo escolar: pesquisas e ensino**. Tese de Livre Docência apresentada ao Instituto de Psicologia da USP. São Paulo, 1976.
- _____ (1977) **Análise da eficiência de um procedimento de treino escrito de redação em dois níveis de escolaridade**. *Série Estudos* \3 sobre a linguagem 3:45-51.
- YATES, F. - **Tabelas estatísticas**. São Palo, EDUSP, 1977).
- ZORMAN, L. Influence of parental socio-economic status on a pupil's scholastic achievement and course of further education. **Psychology**, 1969, 2(1):279-287.

APROXIMACIÓN HISTÓRICA AL CONOCIMIENTO DE LA DOCUMENTACION"

JOSE ANTONIO MOREIRA GONZÁLEZ
Universidad de Murcia (España)

RESUMEN

MOREIRA GONZÁLEZ, Jose Antonio. *Aproximación histórica al conocimiento de la comunicación.*
Trans-in-formação, 1(3): 93 - 108, set/dez, 1989.

Partiendo de un paralelismo en razón del objeto, (el documento), se plantea la relación entre Historia y Documentación, para pasar a defender a la posibilidad de aproximación al estudio de ésta mediante un método histórico. La distribución técnica del tiempo, desde la evolución general de la Historia de la Ciencia, nos permite analizar la documentación como realidad Procesual al servicio de las necesidades Científico-Sociales. Se razona el origen historicista de la Documentación, desde su organización sistemática, y se presenta una reseña de los principales trabajos que atendieron al estudio de la Documentación desde una perspectiva histórica como testimonio cumplido de la propuesta aquí defendida.

Unitermos: *Documentação - Necessidades científicas sociais - Procuramento da informação.*

INTRODUCCION

Un campo científico que, como la Documentación, es producto de convergencia de diversas disciplinas y actividades, presenta una conceptualización complicada, irreducible a síntesis extremas. Sin embargo, desde las dificultades subyacentes a esta complejidad se nos ofrece una serie muy abundante de posibilidades que, centradas en la Documentación, tienden radialmente a conceder explicaciones teóricas provenientes de las disciplinas de conformación. Nos acercamos a la Historia y sus métodos como vía conformativa y explicativa de los principios que conceptualizan la Documentación. Desde aquella defendemos la globalidad de visión y el origen, par-

tiendo de los precedentes científicos, desde la profundidad que supone la constante referencia a la Historia de las Ciencias, incardinada en la Historia del hombre. Con ello evitamos una visión limitada por la especialización documentalista que nos puede impedir contemplar la razón general que causa los hechos. Se trata de huir del peligro de descompensación que Ortega definía en su "Misión de la Universidad" (Ortega & Gasset, 1940).

1. HISTORIA Y DOCUMENTACION

La historia busca explicar por qué las cosas mudan. En general estudia las experiencias y acciones de la Humanidad de la que se vuelve memoria colectiva. La Historia, como ciencia que aplica un método riguroso de investigación, nació en el siglo XIX. La organización de la naturaleza en sistemas de ideas coherentes e inteligentes el positivismo, el mecanismos, la evolución de las especies - vino a modificar la concepción de las ciencias y el influjo de éstas en la vida económica y social (Gilbert, 1966). En este contexto la historia buscaba su lugar cuando la Documentación fundamentaba sus principios. Partió de entonces una tendencia comprensiva de la historia como encadenamiento de los fenómenos sociales explicados desde la óptica económica, por influencia de la concepción marxista, y alejándose cada vez más del objetivo anterior que la comprendía como estudio de los acontecimientos.

Podemos establecer, desde estos momentos, un doble flujo relacional entre Historia y Documentación: aquella explica el momento en que las técnicas de análisis documental son precisadas por una sociedad científica en desarrollo incontenible, a la vez que recoge la lenta evolución que a lo largo de los siglos sufrieron las disciplinas y técnicas precedentes que confluyeron en el nacimiento de la Documentación. Ésta, en cuanto corpus de materiales, sustento la actividad investigadora del erudito positivista como reconocían Langlois y Seignobos cuando se terminaba el siglo pasado (Marías, 1944). Para ellos la historia surge como conjunto de hechos desprendidos de los documentos. Ella está latente, pero real, en los documentos, antes incluso de la interacción que realiza el trabajo del historiador. Este encuentra los documentos y procede a su tratamiento: selección de los datos que va acumulando en sus fichas de control. Para luego cumplir con su verdadera función de historiador: narrarlos con exactitud y fidelidad. Sin documentos no hay historia. Hasta tal punto, que antes de testimoniar el

hombre los acontecimientos sobre documentos escritos se ha popularizado el concepto de referencia a ese momento como Prehistoria. Sin duda eran hechos vivios por la humanidad, y por ello dentro del campo de estudio de la historia. Pero la ausencia de testimonios escritos nos hace comprender aquel periodo como el del hombre antes de la escritura. Seu estudio se fundamenta sobre otro tipo de documentos, los arqueológicos. Por otra parte también sujetos en los depósitos museológicos a la aplicación e las técnicas y usos documentales para su correcta utilización informativa.

La mayor proximidad entre Historia y Documentación se establece desde el objeto de aquella, el documento, como objeto material de investigación. El acceso adecuado a la información de éste exige la presencia de las ciencias auxiliares de la Historia, todas ellas de gran familiaridad con los fines y medios de la Documentación. La Historia necesita de unas técnicas destinadas a someter las diversas categorías de documentos a un tratamiento preliminar susceptible de volverlos inmediatamente utilizables.,

Las ciencias auxiliares ofrecen a los historiadores la posibilidad de realizar una investigación metódica sobre los materiales que manejan, los documentos. La Paleografía los decifra, la Diplomática los describe y explica, la Sigilografía y Epigrafía autentifican y ayudan a describir actos de hombre en los largos siglos del Medievo y la Edad Moderna. Los documentos son la fuente del objeto que persigue el historiador: entender los acontecimientos, las instituciones y las costumbres que han caracterizado la existencia del hombre en tiempos pasados.

La Historia, como ciencia, constata hechos, los analiza, los compara y enlaza partiendo del documento como objeto material de investigación (Bloch, 1954). El sentido de documento hay que aceptarlo con gran amplitud, pues hace referencia a las fuentes, a los testimonios o trazos emanados de los poderes públicos, o de particulares, que se conservan tanto en los archivos administrativos como privados. Sin duda la clasificación tipológica de los documentos se establece de forma muy diferente en Documentación o en Historia. Ésta no agota sus fuentes en las palabras. Sua concepción de documento es más amplia, pues incluye multitud de testimonios artísticos y culturales.

De la conserva de los documentos escritos, ya sean administrativos, diplomáticos o financieros, nace otra profunda relación de la Historia con la Documentación a través de los archivos. La vía de acceso a la información

conservada en ellos hizo, desde la civilización sumeria, aplicar las técnicas documentales disponibles en el momento para actuar sobre el material conservado. El derecho de acceso a los documentos reconocido por la Revolución Francesa posibilitó la consulta libre por los historiadores a la vez que actuó como punto de partida para que los archivos y bibliotecas se organizaran en después de 1815. Desde ese momento, con la profesionalización y normalización de las actividades en archivos, bibliotecas y museos supuso una ventaja indiscutible para el acceso de los historiadores a sus fuentes de consulta. Paulatinamente, la tarea de los funcionarios de estas instituciones fue pasando de la conservación pasiva a una activa información creadora cerca de los historiadores. Ello se ha debido a la aplicación del espíritu y técnicas documentales. La recuperación del documento se establece como el principal trabajo práctico del historiador, en el deseo de conseguir "los más numerosos, más seguros y más reveladores" (Marrou, 1984:78).

Cuando un historiador pone sus manos en la investigación, realiza tareas tan próximas a las técnicas documentales que difícilmente podemos diferenciar su aproximación crítica a los textos. De los trabajos de análisis que efectúa un documentalista. El carácter histórico de los fondos de archivos y museos es innegable. Los documentos de muchos archivos se han confinado allí después de volverse inútiles a las instituciones que los originaron o utilizaron. (No nos referimos a las fuentes vivas, los archivos de uso corriente). Algo similar ha sucedido tradicionalmente con las colecciones de los museos, donde las piezas se guardaban en razón de su virtud estética, temporal...

2. LA HISTORIA DE LA DOCUMENTACION

La Documentación como sucesión de hechos, a veces sólo episodios, y reflejada en instituciones tiene una duración concreta que sucede en un "tiempo" determinado. Las transformaciones habidas en el desarrollo disciplinar de las Ciencias de la Documentación encuentran su explicación en la distribución técnica del tiempo, primer objeto de la Historia. Desde él se explica la evolución lineal y continua de nuestra disciplina (visión diacrónica) y los hechos concretos de cada tiempo limitado (visión sincrónica). No nos interesa una historia cargada de fechas límites, sino aquella que toma sentido global en la inmersión dentro de la evolución general de la Historia de la Ciencia, con el objetivo de explicar las características de la Ciencia de la

Ciencia al Servicio de una sociedad, como determinismo económico y social actuante sobre la Documentación en un momento determinado. La extensa historia de la Documentación sigue un encadenamiento estricto. La evolución de la sociedad y de la ciencia se refleja en la organización de la información y en la actividad documental de forma concreta, como producción de documentos y de pautas que controlan su existencia. Nuestro método se fundamenta en el estudio de los acontecimientos que marcaron en largos movimientos la realidad científica como reflejo de la evolución social general. Con una visión participativa del concepto hegeliano de Historia: Primeiro los hechos, sucesos y acontecimientos, y luego las conexiones de éstos, cuyos relato se nos hace presente en la idea: "la forma actual de la historia comprende todas sus fases anteriores" (Hegel, 1946:13) historia, por tanto, nos lleva al presente lejos de una concepción histórica aplicada a la documentación que se base en el uso de una buena lupa y unas tijeras.

La ciencia cuando quiere explicar algún fenómeno recurre al principio de causalidad, por el que se identifica el antecedente con el consecuente. La Historia de la Documentación se esfuerza por encontrar la adecuación de los actos documentales a los propósitos que perseguían. Aquí el principio de causalidad no puede tomarse como si se tratase de una ciencia natural. En la aproximación histórica buscamos explicar las relaciones comprensivas de medios y fines, motivos y actos. Nos acercamos a las Ciencias de la Documentación como proceso de pensamientos y acciones emprendidos por el hombre para controlar la información (ne su maior a la docuemtación la capacidad de comprender los vínculos, las conexiones que ligan cada momento con los resultados técnicos (efectos de las causas) con los que se solucionan los problemas que plantea la adecuada comunicación de los saberes científicos. Aproximarnos a la Documentación a través del conocimiento histórico nos lleva a reconstruir las conexiones causales, para intentar reproducir las experiencias concretas de estas ciencias, sino en la búsqueda de una selección abstracta que señale, dentro del flujo de acontecimientos, aquello que resulta cualitativamente destacado.

Para explicar las actitudes delante de los problemas y situaciones planteados por la intermediación informativa, resulta válido en concepto de "generación histórica". Desde él podemos comprender la duración y sustitución de los sistemas en vigencia. Nos explicamos la estructura de vigencia de las teorías cómo nacen, cuánto viven y de qué forma se extinguen las

concepciones generales que dominan los aspectos teóricos y aplicativos de nuestras ciencias. (Marías, 1944). Por la periodización destacamos en la plenitud de los hechos que se sucedieron sin ruptura temporal; lo que deseamos es reunir los elementos estructurales que marcan cada etapa características, Nuestra materia reflejará siempre un puento de vista esencialmente progresivo.

La metodología es el camino que sigue cada ciencia para obtener sus conocimientos. Podemos acepatar como históricos los principios por los que pretendemos alcanzar los fines de nuestra disciplina. Se trata de descubrir los datos que nos preocupan, y comprenderlos. Uamos los métodos históricos, pero vamos más allá, hasta la comprensión de los hechos. De tal manera que no sólo coleccionamos el reflejo de una serie de hechos, sino que perseguimos su comprensión (Ortega & Gasset, 1984).

Nuestra disciplina queda así caracterizada por su valor de nexo comprensivo y efectivo de toda la estructura de las Ciencias de la Documentación como curso temporal atravesado por tendencias dominantes. Al ponernos frente a la Historia de las Ciencias de la Documentación devemos de actuar con lo que Dilthey definió como "comprensión del todo significativo", desde el que se valora lo que sucedió en cada momento del desarrollo de aquellas como premisa de su situación actual (Dilthey, 1944:23). La conciencia filosófica del momento actual de la Documentación sólo se logra a través del análisis de las etapas de su historia.

La ciencia como toda realidad histórica es un proceso. A nosotros nos compete estudiar el proceso de um proceso, la historia de una ciencia desde sus componentes conceptuales, observando como proceso:

a. Que es una realidad processual porque participa de las vicisitudes de la historia (en el centro del concepto de historicidad está incluido el de historicidad).

b. La historia, como proceso, tiene una condición inacabada de existencia. Las realidades históricas no son perennes y completas. Las realidades históricas no son perenes y completas. Como proceso está siempre en formación. Sin embargo, no podemos hacer de la historia solo provisionalidad en perjuicio de la institucionalización que marca el surgimiento de fases históricas y su relativa persistencia temporal (Habermas, 1965).

c. La ciencia tiene una historia, participa de las vicisitudes de la historicidad: como producto del hombre es fragmentaria y en si mesma es

una posibilidad teórica. Si se realizase completamente dejaría de ser ciencia (Demo, 1981).

Esta cualidad de definirse como algo fragmentario es: su propia constitución como presupuesto ontológico exige la constante presencia de lo creativo, la irrupción continua de la superación dentro del proceso científico. Lo histórico vive de la tensión dialéctica en la persistencia en el tiempo y la trascendencia para el futuro, a ello se refería explícitamente Marcuse como condición básica para emplear el término dialéctico: propiedad de "ser histórico" ("das eigentlich Gichichtlich - Seinde" (Marcuse, 1930). Conviene aquí introducir el concepto de fase. La historia sería la perennidad de lo provisorio. La continuidad se quiebra, pero en la proporción en que las fases se suceden, continúa el proceso. Como definía Freyer "Lo persistente en las formaciones sociales es la capacidad de no persistir" (Freyer, 1944:45). En ciencia la visión viene dada por el sentido de fases de la sociedad, por el que no podemos dar cualquier situación social como definitiva.

Partiendo de que las formas teórico-prácticas actuales, las instituciones y los sistemas tienen origen en el pasado, es importante investigar sus raíces, para comprender su naturaleza y acontecimientos, procesos e instituciones del pasado para verificar su influencia en la ciencia de hoy, ya que alcanzaron componentes a lo largo del tiempo, influenciadas por el contexto particular de cada momento. Se estudio, para una mejor hasta sus periodos de formación y recorrer su ascenso histórico modificativo.

3. PRINCIPALES CONTRIBUCIONES EN LA RECONSTRUCCION HISTORICA DE LA DOCUMENTACION

Se han dedicado algunos ensayos, y muy pocas monografías a revisar el desarrollo diacronico de este campo de sus principios sustentadores mediante la adecuada selección de trabajos que hayan aportado datos sobre este tema. Realmente, la complicada evolución conceptual y la intensa actividad a que se cometi6 la ciencia de la información en su corta trayectoria vital han posibilitado la confección de "historias", si bien su número ha sido muy escaso.

Shera, describi6 las que denomin6 dos décadas decisivas en su artículo "Documentation into Information Science" publicado en 1972 (p.785). Su propia opinión al respecto nos dice que al principio "no habia duda de que en muchos puntos la "revolución" bibliotecaria estaba siendo reiventada con gran entusiasmo y no era siempre una "revolución" plena. Los años

cincuenta u sessenta se caracterizaron por el entusiasmo y la esperanza. Pero pese a todas las decepciones, al final estábamos,os haciendo algo. Estábamos machando nuestras manos al contacto con las bibliotecas reales y con los problemas de la información:.

Posteriormente el propio Shera, colaborando con Donald Cleveland, ofreció un nuevo trabajo de cuyo objetivo de perfecta cuenta el título: "History and foudations of Information Science" (Shera, 1972). En él analizaron la literatura fundamental sobre los orígens y el concepto de la documentación y cómo evolucionó ésta en Estados Unidos, prestando atención especial al papel importante jugado por el American Documentation Institute. Cómo desde las activiades de éste y, a través de una suma de factores, se evolucionó hacia nuevas técnicas y una nueva organización: el nuevo concepto de ciencia de la información. Del que se atendieron los fundamentos teóricos, y se expuso la búsqueda habida para encontrar una defición de esta ciencia se destaca la completa bibliografía que acompaño al trabajo.

Se han producido trabajos que atendieron exclusivamente a la evolución del concepto de la información, y más concretamente en Teoria de la Información, como aspecto fundamental para comprender lo que és y cómo ha ido dessaolándose la ciencia de nuestro interés. Hay que citar el lejano trabajo de Gilbert: "Information theory after 18 years" (Gilbert, 1966), que hizo un recorrido por todo lo sucedido desde Shannon y Weaver hasta 1966. En el mismo sentido, pero más completa y rica, fue la aportació de pranas Zunde y Jonh Gehl, que bajo el título "Empirical foudations of Information Science" aparecido em 1979, enfocó los principios de Ciencia de la Informacion como disciplina empírica. Por ello discutieron los esfuerzos volcados a comprender la naturaleza de la información, dirigidos a descubrir las leyes empíricas que gobiernan los fenómenos informativos. "Incluyó, entre otras cosas, estudios sobre el crecimiento de la información, envejecimiento y obsolescencia de la información, propagación y difusión de la información, y efectos de la estructura textual sobre el contenido informativo" (Zund, 1979:67). Marcaron asimismo un recorrido por los principales problemas con los que se enfrenta el investigador de esta ciencia; a la vez que hicieron una revisión de las principales leyes empíricas y las teorías que una revisión de las principales leyes empíricas y las teorías que sobre esta ciencia se produjeron a lo largo de cuarenta años. Acompañaron su aportación con un impresionante bibliográfico.

Em 1971, Harmon comentó la aparición y el progreso de este campo científico en su artículo: "Opinion paper on the evolution of Information Science" (p.235), que situó dentro de un marco disciplinar más amplio, al contemplar que esta ciencia surgió de diversas disciplinas del mundo de la comunicación y de la conducta, que habían parecido en los años 40: "La ciencia de la información aparece no sólo como una expansión. Ella incorporó directa o indirectamente, y puso en igualdad diversos conceptos y objetivos predominantes de las ciencias de la comunicación y del comportamiento y de otras disciplinas colaboradoras". El propio Harmon situó otro estudio desde una perspectiva histórica. Se trató de su "The interdisciplinary study of information. A review essay" (Harmon, 1978) reseña al libro de Machlup y Mansfield **The study of Information. Interdisciplinary Messages**.

La "Brief history of Information Science" de Herner (1984) nos concede una completa perspectiva retrospectiva de esta ciencia. Presenta los textos y los acontecimientos que a su juicio tuvieron una importancia mayor en el nacimiento y evolución de este campo. Se destacan los orígenes del mismo provenientes de sectores científicos muy diversos. El estudio se extiende desde los precedentes colocados en los años de la postguerra mundial (mitad de los 40), hasta la década que ahora recorreremos. El análisis de cada fenómeno o publicación presentados ha sido realizado con profundidad y conectado con la intención central que busca explicar en qué contribuyó cada uno al resultado final.

Una tendencia muy marcada ha sido el análisis conceptual mediante la evolución terminológica. Al el estudio histórico de cuantos conceptos se utilizaron en el desarrollo de la Ciencia conceptos se utilizaron en el desarrollo de la Ciencia de la Información que nos concedió Scharaeder (1984). O aquellos otros "Informatics" como del alemán de "Ciencia de la Información y de la Documentación". Serían respectivamente el "From Information Science to Informatics: terminological investigation" de Wellisch (1972) y el "The main features of Information and Documentation Sciences" de Koblitz (1977). El artículo de Wellisch estudia la evolución del nombre "Information Science" a través de treinta y nueve definiciones desde la que se quieren sintetizar los conceptos comunes de esta ciencia. Se piensa que dada la ambigüedad y multiplicidad de criterios la unificación para convertirse en una verdadera ciencia vendrá de la mano del "Informatics". Por su parte el artículo de Koblitz examina los aspectos teóricos de Ciencia de la Información y de la Documentación considerando entre otros aspectos las características de su desarrollo histórico.

Otro estudio retrospectivo general de la evolución de "Información y Documentación, en todos sus aspectos desde fin del siglo XIX, en estrecha unión con la evolución de ciencias y técnicas es el de Buder (1978). Se detiene particularmente en la evolución de la Bibliografía y la Clasificación Decimal, en el nacimiento de los organismos internacionales y en las características de la ciencia de la información moderna.

Muy interesante es la historia terminológica que nos concedió Woledge (1983) sobre la Bibliografía y la Documentación, que refleja la evolución conceptos durante cuatrocientos y ochenta años respectivamente.

Comparando la evolución de las bibliotecas y del tratamiento de la información con los principios evolutivos orgánicos Blake produjo un artículo muy original (1985). A los factores darwinistas de espacio y tiempo añadió el de los costes y la tasación de los mismos.

Entre estas contribuciones generales España ha entregado una obra amplísima, que desde la concientización sincrónica de cada momento ha llegado a darnos una visión teórica diacrónica del devenir histórico de nuestro ámbito. Nos referimos a la **Teoría de la Documentación** del profesor López Yepes (1978), que partiendo de una conceptualización donde se recoge la evolución fonética y semántica del término la sitúa como instrumento al servicio de las demás ciencias. Desde ahí planteó un recorrido por la evolución teórica de la Documentación desde los precedentes bibliográficos hasta la fecha de edición de su obra. Se detiene en los hitos fundamentales: La aportación de Otlet, los enriquecimientos conceptuales de Bradford, Shera, Petsch y Coblans, para explicar detenidamente la aparición de la Ciencia de la Información y sus ramales: "Informatika", "Information Science", e "Information-wiss-enschaft", descendiendo también a la situación concreta de España. El trabajo se fundamentó en una revisión bibliográfica crítica, que trajo a colación las aportaciones fundamentales de los teóricos de esta disciplina. Conseguió una visión global del mundo documental, mediante la fusión del período documental (en visión norteamericana) con el de Ciencia de la Información.

Junto a él se deben incluir las dos aportaciones de la profesora Terrada que, muy similares en la presentación de los contenidos logran también una visión sintética de la marcha histórica de esta ciencia remontándose a los precedentes bibliográficos. Se tituló el primero "Historia del concepto de Documentación", realizado en colaboración con el profesor López Pirero (1980). Recogieron en él muchos de los hitos señalados por el profesor López Yepes, y destacaron de manera especial cuanto se refiriese a la información científica, y en concreto a la historia de las publicaciones periódicas. Su caracterización vino precisamente de los datos que transmiten sobre los periódicos especializados en bio-medicina y en ciencias naturales

en general. Analizaron títulos más representativos de cada momento, destacando el papel jugado en la historia de la ciencia.

El texto fue revisado y puesto de nuevo a contribución en una obra de más porte y de finalidad docente, **La documentación médica como disciplina** (Terrada, 1983), donde la historia conceptual ocupó sólo una sección entre contenidos de finalidad más amplia. Su novedad más apreciable consistió en una extensa bibliografía, sin duda de las más amplias concedidas en España sobre el Tema.

4. APORTACIONES SOBRE ASPECTOS CONCRETOS

Otras visiones se centraron en el estudio parcial de aspectos concretos, o de instituciones e incluso personas fundamentales en nuestra ciencia. La relación de biografías se haría excesivamente prolíja por lo que mencionaremos brevemente sólo algunas historias sectoriales o de instituciones deisivas para el nacimiento y crecimiento de esta disciplina.

Borko y Doyle (1964:3) nos concedieron en 1965 una buena historia sobre la recuperación de la información. En su "The changing horizon of Information retrieval", se detuvieron de forma especial en estado entonces presente de la cuestión. Dedicado a revisar la literatura aparecida en los últimos treinta años sobre "Recuperación de la Información" nos concedió un interesante artículo Salkton en 1987. De los años 60 destacó la incorporación de los ordenadores a las Tareas de recuperación y consideró las predicciones de Mooers, en tantos aspectos no logradas. Tendente también al análisis de los problemas no superados por la "Recuperación de la Información" en esos treinta años, fue el artículo de Swanson (1988): "Information Retrieval and the Future of an Illusion". Similar entrega efectuó Gilbert (1966) sobre teoría de la información bajo el título: "información Theory after 18 years".

Refiriéndose más en concreto a los Estados Unidos contamos con algunos materiales que han estudiado el lugar de la ADI, luego ASIS en el movimiento documental. Haciendo una vuelta atrás, a través de sus historias se describen los problemas y necesidades de la información científica en todo el siglo XX. Ambas empresas fueron protagonizadas por Schultz. En la primera, "History of the ADI, a Sktch", escrita en colaboración con Garwing el año 1969, planteó la historia de este Instituto partiendo de textos contribuidos por los estudiantes de la Universidad de Drexel para una investigación estratégica.

La segunda, ya en solitario, recorrió el cambio de nombre: "ASIS: notes on its founding and development", de 1976, Haciendo un recorrido a

partir del ADI, explicó los principales momentos de la ASIS, después de justificar su nacimiento. Es interesante la visión que concede del momento en que la Ciencia de la Información devino conceptualmente independiente. También estudió el decurso de las relaciones de esta ciencia con la bibliotecología y documentación. Con estas mismas inquietudes se desarrolló la tesis de Irene Farkas-Conn, dirigida por Rayward (1975) en la Universidad de Chicago y que aún no fue concedida a las prensas. Su título: **From documentation to Information science - The beginning of the American Society for Information Science: The American Documentation Institute.**

Es destacable, por su directa relación con nuestros propósitos, la contribución de Saul Rosen a la historia de los ordenadores: "Eletronic computers: an historical survey" (Rosen, 1969). O la entrega de Burton Adkinson al apoyo oficial que la información y la ciencia obtuvieron del gobierno norteamericano: "Scientific information and the U.S. Federal Government". De 1961 (Adkinson, 1961), y "Federal Governamet's Support to information activities: an historical Sketch" de 1976 (Adkinson, 1976).

Debemos reflejar dos visiones de la evolución de la ciencia de la información en su relación con las biblioecas. La primeira nos fue concedida por Hayes en 1985, con el titulo de "The history of Library and Information Science: a commentary", verdadera reseña de otros artículos aparecidos en el mismo número que ella. Se proponían explicar la historia de las relaciones entre las diversas ciencias relativas a las bibliotecas, y fueron contribuidos por Rayward, Miksa y Wright (Hayes, 1985).

La otra, publicada en lengua holandesa, vino de la mano de Schneiders, siendo la versión inglesa de su título: "Library history also concerns you" (Schneneiders, 1979). En ella se situó la historia de las bibliotecas en relación contextual con los aspectos históricos, sociales, político-económicos y culturales de la sociedade en que se establecían. Desde ahí se llegaba a la explicación de su educación al crecimentó de la ciencia y al servicio que, para una correcta información, debían conceder.

Finalmente debemos considerar las aportaciones numerosas dedicadas al estudio de la información científica desde el nacimiento de la información científica de las publicaciones periódicas y su posterior evolución hasta la situación actual. Nos cabe destacar sobre el nacimiento del periodismo científico: Polzovics, Mckie, López Yepes y Kronich.

5. LA VALIOSA CONTRIBUCION DE LAS BIOGRAFIAS

Las biografías aparecen como ayuda inestimable en nuestros propósitos de conocer el desarrollo de las ciencias de la Documentación. Y lo hacen

en cuanto recomponen la vida y analiza los actos o la obra de personas ilustres. Muchas veces una biografía ayuda a la comprensión de un periodo de la Historia documental, con tanta profundidad como si se tratase de un ensayo abarcador de todas las características de ese momento.

Inmediatamente viene a la memoria obra bibliográfica de Paul Otlet publicada con ocasión del ochenta aniversario de la Federación Internacional de Documentación. Su autor, Rayward, logró una auténtica biografía científica. Por en cima de docentes de aportaciones estudiosas de la vida u la obra de Paul Otlet. Generada en las investigaciones propias de las tesis doctoral de Rayward y aparecida bajo el Título: **El universo de la Información. El trabajo de Otlet para la Documentación y la organización internacional** supuso una revisión bibliográfica en torno a la figura del abogado belga. Pretexto desde el cual se conformo, no sólo la vida de éste, sino el aiente, los cimientos y todos los primeros hechos que rodearon el nacimiento de la Documentación (Rayward, 1975).

En especial cuanto se refiere a la creación y desarrollo de la Clasificación Decimal Universal del Instituto Internacional de Bibliografía. La vida de Otlet se convierte así en mero pretexto para analizar la realidad de la Documentación en los años en que daba sus primeros pasos (Gnilkieski, 1976).

Descriptiva también de las contribuciones que Otlet entregó a la prensa, hace una especial incursión en las aportaciones y características del **Tratado**.

Si consulta es instrumento formativo de primer orden para comprender el momento en que la Documentación se echó a andar. Nos sirve de comentario a las múltiples contribuciones que podíamos citar aquí y que vienen a demostrar las ilimitadas posibilidades de conformar estudiosos contributivos a la visión historicista de la Documentación.

CONCLUSIÓN

Se demuestra, por medio de los conceptos expuestos, cómo la vía histórica es adecuada y necesaria para plantear un estudio teórico de las Ciencias de la Documentación. Y se hace tanto acudiendo razones inmanentes a estas propias Ciencias, como desde aplicaciones provenientes directamente del campo histórico.

A través de una metodología historiográfica obtenemos repuesta satisfactoria a las cuestiones que plantea la presentación Teórica de la Documentación: se atiende a las características de su fundamentación y se explican las peculiaridades por las que ha pasado en cada etapa, lleegándose así a la comprensión del presente.

SUMMARY

MOREIRA GONZÁLEZ, Jose A. *Historical view concerning the knowledge of documentation.* **Trans-in-formação, 1(3): 93-108, sept/dec., 1989.**

The relation History-Documentation is considered from the stand point of the second one, in order to do the defense of the possibility to study the documentation using a historical method. The technical distribution of the time, taking in to consideration the general History of Science, take possible the study of documentation as a professional reality at working to the social-scientific needs. Search the origin of historical documentation, of its systematics organization and it is presented a review of the principal studies about documentation from a historical view as a way to confirm the proposal here defended.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Adkinson, B. (1966) "Scientific information and the U.S. Federal Government" **Revue de la Documentation, 28.** (4). 133-139.
- Adkinson, B. (1976) "Federal Government's Support to information activities: an historical Sketch". **Bulletin of the ASIS 2,** (8): 24-16.
- Blake, M.L. (1985) "Human evolution is space and time, with reference to the niches of librarianship and information processing" **Journal of Information Sciences, 11** (3): 125-129.
- Bloch, M. *Apologie pour l'histoire ou métier d'historien.* Paris: C. de Annales, 1954.
- Borko H, y Doyle, L. (1964) "The changing horizon of Information retrieval" **American behavioral Scientist 7,**(10):3-8.
- Buder, M. (1978). "Ansätze zur Verwissenschaftlichung der Information und Dokumentation", **Beitraege zur Information und Dokumentation-Wissenschaft 10**(1):29-64.
- Demo, P. (1981) **Metodologia científica en Ciências Sociais.** São Paulo: Atlas.
- Dilthey, W. (1944) - **El mundo histórico.** México: F.C.E.
- Freyer, H. (1944) **Sociologia, Ciencia de la Realidad.** México: UNAM.
- Gilbert, E.N. (1966) "Information theory after 18 years" **Science 152:**320-326.

- Guillareski, R.S. (1976) "The first Scientific Biography of Paul Otlet", **International Forum on Information and Documentation**, 1,(3) 37-39.
- Habermas, J. (1965) "Analytische Wissenschaftstheorie und Dialektik" In H Topish. (ed). - **Logikder Sozialwissenschaften**. Berlin: Kiepenhever e Witsch.
- Harmon, G. (1976) "Opinion paper on the evolution of Information Science" **Journal of the ASIS** 22,(4):235-241.
- Harmon, G. (1987) "The interdisciplinary study of information. A review essay" **Journal of Library History** 22,(2): 206-227.
- Hayes, R. (1985) "The history of Library and Information Science: a commentary", **Journal of Library History**, 20(2):173-178.
- Hegel, C.W.F. (1946). **Lecciones sobre Filosofía de la Historia Universal**. Buenos Aires: Revista de Occidente, 1946. 5(1):13-132.
- Herner, J. (1984) "Brief history of Information Science", **Journal of the ASIS**, 35(3):157-163.
- Koblitz, J. (1977) "The main features of Information and Documentation Science", en **International Forum on Information and Documentation**, 2(4):13-19.
- Langlois, Ch. V.y Seignobos, Ch. (1987) **Introduction aux études historiques**. París.
- López Yepes, J. (1978) **Teoría de la Documentación**. Pamplona: EUNSA.
- Marías, J. (1944) **El método histórico de las generaciones**. Madrid: Revista de Occidente, 1944.
- Marcuse, H. (1930) "Zum Problem der Dialektik", **Die Gesellschaft**. 7:27.
- Marrou, H. (1954) "L'histoire se fait avec des documents", su **De la connaissance historique**. Paris:Sodré.
- Ortega y Gasset, J. (1940) "Historiología", en su "**Goethe desde dentro**" Buenos Aires: espasa-Calpe, 1940.
- Ortega y Gasset, J. (1984) **El libro de las Misiones** 10ª ed. Madrid:Espasa - Calpe.
- Rayward, W.B. (1975) **The universe of information. The work of Paul Otlet for documentation and international organisation**. Moscow: VINITI, (FID 520).
- Rosen, S. (1969) "Electronic computers: an Historical Survey", **Computing Survey**, 1(1):7-36.
- Salton, G. (1987) "Historical note: the past thirty years in Information Retrieval", **Journal of the ASIS**, 38(5):375-380.

- Schneiders, H. (1979) "Library history also concerns you", **Bibliothek en Samenleving** 7(6):169-172.
- Scharaeder, A.M. (1984) "In search of a name: Information Science and its conceptual antecedents", **Library and Information Science res**, 6(3):227-271.
- Schult, C.K. y Garwig, P.L. (1969) "History of the A.D.I. - a Sketch", **Amercian Documentation** 20(2):152-160.
- Schultz, C.K. (1976?) "Asis: notes on its fouding and development", **Bulletin of the ASIS** 2(8):49-51/
- Shera, J.H. (1972) "Documentation into Information Science", **Amercian Libraries**, 3(7):785-790/
- Shera, J.H. y Cleveland, D.B. (1977) "History and foundations of I.S." **Annual Review of Information Science and Techonology**, 12: 249-275.
- Swanson, R. (1988) "Historical note: Information Retrieval and the future of an Illusion", **Journal of the ASIS** 39(2):92-98.
- Terrada, M^a. L. y López Piñero, J.M. (1980) "Historia del concepto de Documentación", **Documentación de las Ciencias de la Información** 6:237-248.
- Terrada, M^a. L. (1983) **la documentación média como disciplina**. Valencia: Centro de Documentación e Informática biomédica.
- Wellich, H. (1972) "From Information Science to Informatics: a terminological investigation", **Journal of Librarianship** 4(3):158-187.
40. Woledge, G. (1983) "Bibliography and Documentatation: words and ideas", **Journal of Documentation**, 39(4):266-279.
41. Zunde, P. y Gehl, J. (1979) "Empirical foudation of Information Science", **Annual review on Information Science and Technology**, 14:67-92.

RESUMO

MOREIRA GONZÁLEZ, Jose Antonio. *Aproximación historica al conocimiento de la comunicaci3n.* **Trans-in-ormaci3n**, 1(3): 93 - 108, set/dez, 1989.

Partindo de um paralelismo em raz3o de objeto (documento se estabelece a rela33o entre Hist3ria e Documenta33o, para defender a possibilidade de fazer um estudo usando um m3todo hist3rico. A distribu33o t3cnica do tempo, face a evolu33o geral de Hist3ria da Ci3ncia, permite analisar a documenta33o como realidade processual ao 3nico das necessidades cient3fico-sociais. Busca-se a origem hist3rica de documenta33o de sua organiza33o sistem3tica e se apresenta uma resenha dos principais trabalhos que estudaram a documenta33o dentro de uma perspectiva hist3rica como comprova33o de proposta aqui defendida.

OBJETIVOS EDUCACIONAIS NOS PLANOS DE DISCIPLINAS DO CURSO DE MESTRADO EM BIBLIOTECONOMIA DA PUCCAMP (1977 - 1987)

Sonia S. Costa Martins, Silvia Ap. X. de Camargo Picelli
Solange Puntel Mostafa

RESUMO

MARTINS, Sonia A.; PICELLI, Silvia A. X. de C. & MOSTAFA, Solange P.
Objetivos educacionais nos planos de disciplinas do curso de Mestrado em Biblioteconomia da PUCCAMP (1977/1987).
Trans-in-formação, 1(3): 109 - 116, set/dez, 1989.

Foram objeto de análise deste trabalho, os 95 Planos de Disciplinas ministradas no Curso de Pós-Graduação (Mestrado) em Biblioteconomia da PUCCAMP, no período de 1977-87, tendo em vista o estudo dos objetivos tanto no sentido de sua orientação a nível de professor, aluno matéria ou indefinido quanto à Taxionomia de Bloom.

Os resultados alcançados mostraram que os objetivos voltadas em função dos alunos representam uma proporção bem maior do que os demais e que há predomínio de objetivos cognitivos.

Unitermos: Planos de disciplinas - Pós-Graduação - Avaliação.

INTRODUÇÃO

A Universidade deve exercer papel de fundamental relevância no seio da comunidade. Através dela é que se formam recursos humanos que irão promover transformações indispensáveis ao desenvolvimento de cada sociedade.

Conforme enfatiza SUCUPIRA (1987), "a universidade está a serviço do homem porque a cultura, principalmente entendida como processo de humanização não é, de modo algum, um luxo de espírito, mas uma exigência vital do homem".

Considerando a argumentação apresentada por MATOS (1985:147) de que "a atividade avaliativa constitui um dos pré-requisitos à sobrevivência",

cabe salientar a relevância de um processo avaliativo no âmbito de uma universidade.

A necessidade de se promover apreciações que revelem aspectos positivos e negativos ao desempenho ideal de qualquer processo se justifica no sentido de possibilitar reformular esse processo.

No intuito de encontrar soluções que possam viabilizar um crescimento de forma favorável à sua própria sobrevivência urge que a Universidade estabeleça mecanismos de avaliação em todo seu contexto, isto é, na sua estrutura, na sua política, no seu desempenho perante a sociedade, nos currículos, na atuação de seus dirigentes e professores. Nesse sentido, ensinará a oportunidade de se tornar um centro produtor de conhecimento e deverá funcionar no sentido de promover avanços científicos, tecnológicos, sociais e produtivos em uma sociedade.

Na universidade, a esfera de saber que prepara o profissional e o homem, se concretiza através do elenco de cursos oferecidos à sua comunidade, cursos para cujas disciplinas se formulam objetivos educacionais que garantam o sucesso da ação ensino-aprendizagem.

Tais objetivos só serão, em resumo, orientadores do processo educacional se forem claramente definidos de modo a não haver hiato entre aquilo que se planeja e o que na realidade ocorre.

Como enfatizam WITTER e col. (1985:22) "é através dos objetivos que se pretende desenvolver todo desempenho que se espera tanto da parte dos alunos como do próprio professor".

Segundo BLOOM (1972), "por objetivos educacionais compreende-se formulações explícitas das mudanças que se espera, ocorram nos alunos mediante o processo educacional, isto é, dos modos como os alunos modificam seu pensamento, seus sentimentos e suas ações".

Existe, para a formulação e avaliação de objetivos, taxionomias consideradas como um guia na identificação e formulação de objetivos de ensino. A mais conhecida é a de Bloom e colaboradores cujos autores consideram que ela se ajusta a qualquer tipo de objetivos, para o ensino em todos os níveis e abrange três domínios: cognitivo, afetivo e psicomotor.

Cada um desses domínios envolve habilidades capazes de compor em um todo a aprendizagem que se verifica em cada segmento das disciplinas.

No domínio cognitivo predominam os objetivos vinculados à memória ou cognição e ao desenvolvimento de capacidades e habilidades intelectuais ou mentais necessárias à aquisição dos conhecimentos. Compõe-se de seis categorias que vão desde o conhecimento à análise e avaliação, passando pela compreensão, aplicação e síntese.

No domínio afetivo predominam as mudanças esperadas em termos de valores, atitudes, interesses e apreciações em relação a algum objeto ou fenômeno de estudo. Compõe-se de cinco categorias: recepção, resposta, valoração, organização e caracterização.

No domínio psicomotor evidenciam-se habilidades motoras que exigem coordenação neuro-muscular, podendo incluir os dois domínios anteriores concomitantemente. Compõe-se de cinco categorias que vão desde a percepção; predisposição; resposta mecânica; resposta orientada e resposta complexa evidente, onde se evidencia um ato motor complexo eficiente.

Esses três domínios (cognitivo, afetivo e psicomotor) são dinâmicos e se inter-relacionam, podendo ocorrer concomitantemente.

Um dos aspectos que se verifica também na elaboração dos objetivos é que muitos deles são voltados não somente para a orientação do aluno, como deveria preferencialmente ser estabelecido mas, sim, formulados em função do professor ou também da matéria a ser lecionada. É o que lembra TYLER (1949:40) quando diz que "os objetivos são algumas vezes expressos como coisas que o professor deve fazer". Sendo assim, foge do propósito da educação, o qual deve ser expresso no sentido de suscitar modificações no comportamento do aluno.

Os objetivos formulados em função da matéria são expressos sob a forma de tópicos, generalizações ou ainda de outros elementos de conteúdo, dando conhecimento da matéria ao aluno sem, contudo, especificar o que se espera que os alunos façam com o conteúdo dessa matéria. Muitas vezes parecem mais uma ementa que propriamente objetivos a serem alcançados.

Para serem mais úteis, os objetivos devem expressar claramente tanto aspectos comportamentais como de conteúdo e proporcionar princípios básicos na seleção de experiências de aprendizagem que leve ao aluno a se desenvolver plenamente durante o processo ensino-aprendizagem.

Dentro do contexto de avaliação da universidade, a nível de micro-avaliação, considerou-se relevante, fazer uma avaliação de como estão formulados os objetivos nos planos de disciplinas ministradas no Curso de Pós-Graduação (Mestrado) em Biblioteconomia da PUCCAMP, ao longo do período de 1977 a 1987. Especificamente, objetivou-se verificar como estes objetivos se distribuíram pelos domínios da Taxionomia de Bloom e para que alvo (professor, matéria, aluno) estavam direcionados.

Procurou-se também verificar se houve mudanças em decorrência da redefinição da área de concentração de curso (1982).

MÉTODO

Para a realização deste trabalho foram utilizados, como suporte documental, os 95 (noventa e cinco) programas das disciplinas ministradas no Curso de Pós-Graduação (Mestrado) em Biblioteconomia da PUCAMP, analisados a partir do segundo semestre do ano de 1977 ao ano de 1987.

Para facilitar essa análise, em termos de alvos de pesquisa, os programas foram divididos em dois blocos, conformes áreas de concentração existentes; um bloco abrangendo desde o segundo semestre de 1977 até 1981 e o outro, correspondente aos anos de 1982 a 1987.

Até o ano de 1982, o Curso de Mestrado em Biblioteconomia mantinha sua área de concentração em Metodologia do Ensino em Biblioteconomia. A partir do ano de 1983, sua área de concentração está voltada para o Planejamento e Administração de Sistemas de Informação.

Dos programas arquivados e ordenados cronologicamente, foram extraídos e transcritos em tabelas, os seguintes dados: ano e semestre em que foram ministradas, nome e objetivos de cada disciplina.

A posse desses dados viabilizou a análise dos objetivos que foram classificados sob os seguintes aspectos:

a. Sem Objetivos - refere-se a Planos de Disciplinas os quais não apresentaram objetivos;

b. Para o Professor - refere-se a Programas cujos objetivos foram formulados em função do próprio professor;

Ex.: "Transmitir uma metodologia para análise e projeção de sistemas de informação com a finalidade de estabelecer uma forma de conduzir trabalhos." (Exemplo extraído do corpus).

c. Para o Aluno - refere-se a Programas cujos objetivos estão dispostos de modo a orientar a ação ou desempenho esperado do aluno para determinada meta.

Ex.: "Propiciar a futuros professores de Biblioteconomia o instrumental metodológico básico para pesquisa e aquisição pessoal dos conhecimentos imprescindíveis à sua formação profissional e para transmissão desses conhecimentos no exercício da atividade docente." (Exemplo extraído do corpus).

d. Para a Matéria - refere-se a Programas cujos objetivos estão formulados em função da própria disciplina ou matéria.

Ex.: "Mudar o conceito de biblioteca como coleção de livros e outros materiais gráficos para coleção de fontes de informação, sendo irrelevante o formato sob o qual esta informação se apresenta." (Exemplo extraído do corpus).

e. Indefinidos - refere-se a Programas cujos objetivos têm sua formulação indefinida, oferecendo dificuldades em direcionar ou situar sob quaisquer dos aspectos anteriormente mencionados.

Obs.: Não exemplificado por não ocorrer nenhum caso na documentação analisada.

CARACTERIZAÇÃO DE BLOOM

Qualquer objetivo educacional para ser alcançado precisa ser claro e obedecer a uma categorização que facilite o processo de transmissão do conhecimento através de categorias de comportamento para as quais se está interessado.

Para este trabalho buscou-se avaliar os objetivos dos planos de curso segundo a taxionomia apresentada por Bloom que os categoriza em três domínios: cognitivo, afetivo, e psicomotor.

Os objetivos cognitivos relacionam-se à área intelectual abrangendo áreas do conhecimento, compreensão, aplicação, análise, síntese e avaliação. Se propõe a analisar o comportamento do educando dentro de cada elemento dessas áreas, "ênfata o ato de lembrar e reproduzir algo" KRATH-WOHL et alii (1981:9).

Dos programas analisados foram transcritos aqui alguns exemplos desses objetivos: "proporcionar conhecimentos teóricos sobre fundamentos filosóficos, sociólogos, bio-psicológicos e suas implicações no currículo"; "discriminar as funções de Avaliação e Mensuração no processo de Ensino-Aprendizagem"; "analisar e discutir a fundamentação científica dos estudos de usuários de informação científica através do conhecimento dos pressupostos teóricos de outras disciplinas científicas"; "levantamento e discussão de alguns aspectos que direta ou indiretamente caracterizam a problemática da leitura no território nacional".

No domínio afetivo é analisado o grau de interiorização, atitudes, interesse, valor ou apreciação através de observação do comportamento do educando em face das diversas situações vivenciadas no cotidiano. Pode ser revelado em termos de recepção, resposta, valorização, organização e caracterização por um ou mais valores ou ainda em termos de aceitação ou rejeição.

A seguir são apresentados alguns exemplos de objetivos no domínio afetivo, extraídos dos Programas analisados: "conscientizar o mestrando da necessidade de adoção de programas e estratégias inovativas que sejam compatíveis com a real situação externa e interna do sistema de informação, bem como as expectativas da comunidade usuária"; "esclarecer que a leitura não pode ser confundida com reprodução mecânica de informações"; "repensar na área de pedagogia da leitura".

O domínio psicomotor consiste em objetivos que enfatizem as habilidades muscular ou motora, manipulação de materiais, objetos ou alguma atividade que exija coordenação neuro-muscular. Exemplos de objetivos psicomotores encontrados nos programas analisados são transcritos a seguir: "propor e empregar com eficiência a criatividade de estratégias e recursos (humanos e materiais) de ensino"; "desenvolver procedimentos criativos de elaboração e utilização de materiais de ensino"; "aferir a adequação de instrumentos já utilizados na área de atuação do aluno, mestre, discriminando seus aspectos positivos e negativos"; "utilizar diferentes tipos de técnica instrumentos de medida em função dos resultados que se deseja aferir".

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Feita a análise dos objetivos, procedeu-se ao levantamento quantitativo dos dados que logo após foram dispostos numa tabela para verificação do teste de fidedignidade.

Os dados foram tabulados integralmente por dois juízes independentes para ver se as categorias tinham precisão. Foi feito um teste de fidedignidade entre as duas avaliações.

Um juiz possuía oito anos de experiência de ensino e o outro, nenhuma. Ambos eram bibliotecários, sendo que o primeiro juiz tinha um Curso de Especialização em Administração de Bibliotecas. Ambos, alunos da PUCAMP (Mestrado em Biblioteconomia).

Foi feito o teste de fidedignidade utilizando-se a fórmula:

$$TF = \frac{A}{A + D} \times 100.$$

O resultado obtido foi de 85,98%, portanto, em nível adequado para um trabalho científico na área de Ciências Humanas.

Nestas circunstâncias, poderiam ser tomados para o estudo qualquer uma das avaliações feitas. Optou-se pela avaliação do juiz com experiência em docência e especialização.

Foram analisados 9 programas totalizando 304 objetivos. Desses programas, 25, ou seja, 26,31%, não possuíram objetivos. Dos objetivos analisados, 20,39% foram formulados em função do professor; 17,76% em função da matéria e 61,84% em função do aluno.. Estes dados aparecem na TABELA 1.

Os dados constantes da TABELA 1 evidenciam que os objetivos em função do aluno representam uma porcentagem significativa enquanto que os objetivos formulados em função do professor e da matéria são menos representativos, preenchendo, assim, as características esperadas segundo TYLER (1949).

Conforme dados analisados, TABELA 1, verifica-se ainda que houve diferença significativa de distribuição dos objetivos entre as categorias professor e matéria no período que corresponde a época de redefinição da área de concentração (1982), enquanto que para os objetivos elaborados em função dos alunos a diferença não foi significativa. Isso talvez se justifique em função da mudança de área do curso e que os docentes tenham se voltado mais para pesquisa privilegiando, portanto, os objetivos em função deles e da matéria.

Como se pode constatar, no decorrer de dois períodos embora houvesse um aumento de objetivos direcionados ao professor e à matéria, os objetivos em função do aluno ainda são predominantes, como seria o desejado (TYLER, 1949; WITTER e colab., 1985).

Não ficou evidenciado nenhum objetivo indefinido.

A TABELA 2 refere-se a orientação dos objetivos segundo a categorização de Bloom. Os procedimentos adotados para tabulação dos dados e teste de fidedignidade para avaliar a precisão dos resultados foram os mesmos utilizados para os da TABELA 1. Desta vez, o percentual obtido foi de 85,93%, portanto, um nível adequado para trabalho dessa natureza.

Os resultados constantes da TABELA 2 evidenciam uma diferença significativa entre os objetivos cognitivos, afetivos e psicomotores nos dois períodos analisados. No que se refere ao período de redefinição da área de concentração do curso (1982) a diferença entre esses objetivos não foi significativa.

Isso leva a pensar que ao formularem os objetivos de suas disciplinas os docentes, consciente ou inconscientemente, vêm considerando o desenvolvimento das capacidades e habilidades intelectuais (próprias do domínio cognitivo) em maior proporção do que as outras categorias. O que se espera na ação pedagógica no caso de um curso como Biblioteconomia é um equilíbrio dos objetivos em função principalmente dos domínios cognitivos e afetivos, uma vez que se deseja ocorram mudanças em termos de valores, atitudes, para uma nova postura do profissional dessa área.

Supondo que os dados obtidos através dessa análise documental reflitam o pensamento do corpo docente ao elaborarem seus Planos de Disciplinas, seria aconselhável a continuidade deste trabalho, numa outra etapa, complementado-o com entrevista com os próprios docentes, a fim de que os mesmos possam se posicionar mediante os resultados obtidos.

SUMMARY

MARTINS, Sonia A.; PICELLI, Sílvia A. X. de C. & MOSTAFA, Solange P.; *Education objectives in discipline of the master course in science library at PUCAMP (1977/1987). Trans-In-formação, 1(3): 109 - 116, sept/dec., 1989.*

The object of this work has been the 95 discipline plans of the post graduation course (masters) on PUCAMP, analysed under the sense of its orientation to the level of teacher-student, subject non-defined as to the Taxonomy of Bloom.

The results accomplished showed that the objectives proposed in function of students were predominant as much as the cognitive objectives.

Key words: *Discipline Plans - Graduation - Evaluation.*

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. BLOOM, B.S. et alii. (1972) **Taxionomia de objetivos educacionais**. Trad. do Inglês por J.A. Cunha. Porto Alegre, Globo/UFSGS.
2. KRATHWORHEL, D.R. et alii (1981) Apud KELLY, Albert Victor. **O currículo, teoria e prática**. S. Paulo, Harper & Row do Brasil.
3. MATOS, Francisco Gomes de. (1985) Avaliação interdisciplinar de livros didáticos: um apelo. **Ciência e cultura**, 37(7): 1147-49, jul.
4. SUCUPIRA, Newton (1987) **Amplitude e limites da autonomia universitária**. In: CONSELHO DE REITORES DAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS. Estudos e Debates, 3., 2.ed. Brasília.
5. TYLER, Riph W. (1949) **Princípios básicos de currículo e ensin.** 10 ed. Rio de Janeiro, Globo.
6. WITTER, Geraldina P., coord. e colab. (1985) **Objetivos do ensino**. In: **Desenho industrial; uma perspectiva educacional**. S.Paulo, Arquivo do Estado de São Paulo; Brasília, CNPq.

TABELA 1 - ORIENTAÇÃO DOS OBJETIVOS NOS PLANOS DE DISCIPLINAS DO CURSO DE MESTRADO EM BIBLIOTECONOMIA DA PUCCAMP (1977 a 1987) χ^2

PERÍODO	NÚMERO DE DISCIPLINAS	SEM OBJETIVOS	ORIENTAÇÃO								χ^2 n. gl=2 $\chi_c = 5,99$
			P/ o Professor		P/ o aluno		P/ a matéria				
			f	%	f	%	f	%			
1977 - 81	44	9	18	29,0	105	55,8	16	29,6		111,46 sig.	
1982 - 87	51	16	44	71,0	83	44,1	38	70,3		41,47 sig.	
TOTAL	95	25	62	100,0	188	99,9	54	99,9		111,52 sig.	
χ^2 . ngl=1 $\chi_c^2 = 3,84$	—	—	9,29	sig.	2,56	n.sig.	8,96	sig.		—	

TABELA 2 - OBJETIVOS NOS PLANOS DE DISCIPLINAS DO CURSO DE MESTRADO EM BIBLIOTECONOMIA DA PUCAMP (1977 - 87) SEGUNDO A CATEGORIZAÇÃO DE BLOOM

PERÍODO	DOMÍNIO	COGNITIVO		AFETIVO		PSICOMOTOR		TOTAL	n . gl = 2 $\chi^2_c = 5,99$
		f	\bar{x}	f	\bar{x}	f	\bar{x}		
1977 - 81		202	54,4	20	47,6	25	54,3	247	261,14 significativa
1982 - 87		169	45,5	22	52,3	21	45,6	212	205,14 significativa
	TOTAL	371	99,9	42	99,9	46	99,9	459	465,97 significativa
	$\chi^2_{ngl} = 1$, $\chi^2_c = 3,84$	3,11 \bar{n} sig.		zero \bar{n} sig.		0,2 \bar{n} sig.		—	—

RESENHAS

SISTEMA DE INFORMAÇÃO PARA TOMADA DE DECISÕES,

Cassarro, A.C. de **Sistema de Informação para Tomada de Decisões.**
São Paulo: Pioneira, 1988. 114p.

Atualmente, mais do que em qualquer momento histórico, o homem está conscientizado de que o desempenho eficaz do exercício da tarefa administrativa só se dá com o conhecimento e a aplicação correta dos princípios e das técnicas desenvolvidas.

Na função administrativa a responsabilidade da consecução dos objetivos de uma empresa se caracteriza pela pessoa do gerente que tem dentre outras atividades, a de tomar decisões. Este processo de tomada de decisões tem vital importância em qualquer organização porque deverá oferecer coerência com os objetivos da mesma, o mínimo de conseqüências indesejadas, um custo menor em curto prazo e maior garantia de ser um resultado positivo.

O aumento do grau de segurança das tomadas de decisões está em proporção direta com a existência de informações, porque está implícita a escolha de uma entre várias alternativas. Portanto, é esperado que se pergunte qual é o verdadeiro significado que os Sistemas de Informação assumem neste processo.

O livro de Cassarro tem como preocupação central fazer compreender, de maneira clara e didática, o processo de tomada de decisões e os Sistemas de Informações que o sustentam.

Trata-se de uma manual que introduz, com muita propriedade, conceitos e práticas básicas para a melhoria do processo de tomada de decisões em todos os níveis gerenciais. Deste modo, este livro destina-se a gerentes, administradores ou interessados no assunto.

O formato apresentado pelo autor para desenvolvimento dos capítulos está dividido em: 1. Objetivos do capítulo, 2. Desenvolvimento do tema e 3. Questionário de avaliação, onde o Autor pretende que o leitor avalie o grau de absorção. As respostas estão no final do livro seguida de uma bibliografia.

O livro é constituído de 7 capítulos relacionados a seguir:

- I. A empresa e os objetivos
- II. Gerência e os objetivos
- III. Sistemas de Informações Gerenciais
- IV. Sistemas de Informações Gerenciais
- V. Desenvolvendo e implementando um SIG
- VI. Evolução dos Sistemas de Informações
- VII. Administração a função de organização e Informática.

Os temas foram desenvolvidos pressupondo-se alguns conhecimentos básicos dos princípios da administração e de gerência. E são discutidos os conceitos básicos de Sistemas, passando pelos Sistemas de Informações até chegar ao processo de tomada de decisões.

O autor acredita que "por mais que a tecnologia evolua, introduzindo em nossa vida diária computadores, bancos de dados, redes de comunicação, robôs, etc., todo o processo de planejamento, organização, comando, coordenação e controle continua e continuará a ser desenvolvido por seres humanos. Estes, sim, são os mais importantes em qualquer organização e os responsáveis pelo sucesso ou fracasso das empresas-dáí o enfoque humanístico-social que procuramos dar a esta obra".

Maria de Cléofas Faggion Alencar
PUCCAMP

A LEITURA: ONTEM, HOJE, AMANHÃ

PÉREZ - RIOJA, José A. **Panorámica histórica y actualidad de la lectura.** Madrid: Ediciones Piramide, S.A., 1986, 300p.

A coleção Biblioteca del Libro foi enriquecida, em 1986, com a publicação do livro de Pérez-Rioja o qual poderá ser de grande utilidade para quantos trabalhem com a leitura, a escrita e a comunicação impressa, como é o caso dos bibliotecários e cientistas da informação.

O livro é escrito em estilo agradável com moderada introdução de informações curiosas que motivam o prosseguimento em sua leitura. Além disso, ilustrações belas e cuidadosamente selecionadas o tornam mais rico.

Elas foram adequadamente inseridas em pontos estratégicos do texto oferecendo ao leitor momentos de deleite na pausa da leitura para exame das mesmas. A primeira delas é reprodução do clássico quadro de Maximino Peña denominado "El lector" (1940) e é quase uma homenagem ao leitor. A impressão de excelente qualidade torna ainda mais agradável a leitura.

A obra de Pérez-Rioja compreende quatro capítulos além de um prólogo no qual acertadamente lembra que "segundo Richaudeau demonstrou enquanto o ouvinte de rádio e o espectador de cinema e televisão percebem a mensagem sonora em um ritmo de 9.000 palavras por hora, um leitor médio lê 27.000 palavras neste mesmo tempo. Se este leitor, for capaz de usar a técnica de "leitura corrida" ou "em diagonal", seleciona o que mais lhe interessa (método não aplicável na informação oral) pode triplicar inclusive sua velocidade de leitura; e se for um leitor excepcional, chega a duplicá-la" (p.9). Evidentemente isto coloca a leitura e seu suporte (o texto) no centro de interesse de qualquer pessoa preocupada com a informação.

O primeiro capítulo é denominado "Introducción: panorama histórico de la lectura". Em pouco mais de uma centena de páginas o autor consegue apresentar uma vista panorâmica do mundo sem livros até o século atual, permitindo-se ainda tecer algumas considerações sobre a leitura no futuro, evidenciando, com dados de hoje, que "os livros não desaparecerão" (p. 129) a despeito do desenvolvimento tecnológico envolvendo suportes diferenciados, como é o caso do teletexto e do videotexto. Pelo contrário, assevera que

no futuro, estas novas tecnologias, de um prisma sociológico, acabarão por revolucionar a leitura e o próprio livro, embora isto implique também na "desacralización del libro", mediante novas estratégias envolvendo este meio de informação e seu uso.

O segundo capítulo não tem a mesma densidade do primeiro a nível de informação. Trata da utilidade e importância da leitura mas não há grandes reflexões de cunho psicológico, sociológico ou fisiológico que poderiam torná-lo mais rico. Talvez um contato mais íntimo com a bibliografia de outros países, notadamente dos EEUU onde o assunto é mais pesquisado que nos demais, pudesse servir de suporte para uma eventual revisão futura da obra, posto que, pelos seus méritos certamente merecerá outras reedições.

O terceiro capítulo padece das limitações do capítulo anterior. Está muito bem estruturado, tem informações úteis, relevantes, curiosas, mas teria maior força se fossem melhor assimilados dados de pesquisa na área da sociologia e da psicologia da leitura disponíveis na literatura sobre a matéria.

O capítulo final é uma retomada otimista sobre a permanência do livro a despeito dos abusos e exageros da informática e da robotização, a argumentação é clara, segura e adequadamente sustentada em dados de pesquisas envolvendo vários avanços tecnológicos e a produção e consumo de livros. Conclue retomando a clássica frase do romancista Flaubert: "Não leias como as crianças, para divertir-se, nem como os ambiciosos, para instruir-se. Leia para viver. Faça de sua alma uma atmosfera composta pela emancipação de todos os grandes espíritos" (p.291).

A relação entre as citações e menções com as obras consultadas nem sempre é clara, mas a bibliografia usada é pertinente e predominantemente composta por livros dos anos oitenta.

O autor ocupa uma posição de destaque nos meios relacionados ao livro, aos arquivos, à pesquisa na Espanha, tendo publicado cerca de 30 livros e muitos artigos científicos e de divulgação, além de ter dirigido as revistas Boletín e Celtiberia.

O texto aqui resenhado é um trabalho que pode ser útil em muitos cursos e para muitos pesquisadores.

GERALDINA PORTO WITTER
PUCGAMP

COMUNICAÇÕES DE PESQUISA

PESQUISA EM ANDAMENTO NO CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM BIBLIOTECONOMIA DA PUCCAMP

MENEZES, Estera M. Formatos dominantes das publicações bibliográficas utilizadas e produzidas pelos professores da Universidade Federal de Santa Catarina nos Programas de Pós-Graduação do Centro Tecnológico, no período de 1983-1987. Objetiva identificar a produção bibliográfica, analisar as citações e classificá-las quanto ao formato, bem como, analisar a produção bibliográfica dos programas em tela. Início: 1989.

NOVAES, Leila. Orientação de usuário de biblioteca universitária do Curso da Faculdade de Odontologia da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Procura verificar a validade e eficiência de um curso de orientação bibliográfica oferecido a graduandos e pós-graduandos. Início: 1989.

MARTINS, Adriana Rinaldi. Estudo das necessidades de informação dos pesquisadores da coordenadoria de divulgação científica e cultural - CDCC. Tem por objetivos identificar o perfil de pesquisadores de cinco áreas, verificar como buscam e usam a informação, as dificuldades encontradas e levantar aspectos sobre os serviços disponíveis. Início: 1989.

NEUMANN, Vera C. Paraíso de papel: a biblioteca de Sérgio Buarque de Holanda. Trata-se de uma análise da biblioteca particular do historiador brasileiro, buscando suas relações com seu acervo e a repercussão do seu nome a partir do estudo de referências. Início: 1989.

PEGORARO, Silvelene. Disponibilidade e desempenho da biblioteca - Setor CDCC na satisfação de sua demanda. Trata-se de um estudo sobre o desempenho de uma biblioteca na opinião de seus usuários procurando também detectar a disponibilidade do acervo face à demanda expressa. Início: 1989.

OCTAVIANO, Vera L. de C. Análise situacional de informação e documentação em instrumentação agropecuária. Enfoca a documentação

agropecuária produzida no Brasil, fazendo uma análise qualitativa e quantitativa, incluindo levantamento dos pesquisadores da temática, das instituições envolvidas. Início; 1989.

RUZZA, Regina C. P. de. Produção científica dos pesquisadores da EMBRAPA no Estado de São Paulo: um estudo para subsidiar a geração de listas básicas de periódicos na área de agricultura. A partir da análise da produção científica, mais especificamente da análise de citações, bem como de entrevistas, objetiva-se a elaboração de listas básicas e a obtenção de subsídios para política de manutenção e descarte. Início: 1989.

GIBERTONI, Nilma H. F. Construção de vocabulário controlado para organização e recuperação da informação em biblioteca escolar. A partir do próprio vocabulário infantil pretende-se elaborar e testar uma terminologia para organizar e recuperar a informação na biblioteca escolar, seguindo-se uma comparação com Tesaurus específicos existentes. Início; 1989.

MARTINS, Sonia A. Apoio informacional aos programas de saúde do Estado do Maranhão. A partir do cotejo da produção científica produzida na Universidade Federal do Maranhão, na área de saúde, com as necessidades e programas desenvolvidos pela Secretária da Saúde do mesmo estado objetiva-se a análise da interação Universidade-Sociedade nesta área. Início: 1989.

Resumos das dissertações apresentadas no Curso de Mestrado em Biblioteconomia da PUCAMP (setembro/dezembro/1989)

CORDEIRO, Xênia Lacerda. Produção cultural para criança brasileira: o livro de literatura infantil em seu contexto infantil editorial. Campinas, PUCAMP, 1989.

RESUMO

Estudo exploratório que objetiva verificar se existe uma preocupação ou se existem critérios/cuidados editoriais especiais na fase de preparação industrial do livro de literatura destinado à criança brasileira. Três perguntas norteiam a investigação, quanto: a configuração estrutural das editoras voltadas à produção de livros de literatura infantil; as decisões referentes à dimensão gráfico-visual; e, aos critérios editoriais adotados nos principais livros de literatura brasileira, verificando se são aqueles estabelecidos pela teoria da editoração. Três editoras do eixo Rio-São Paulo servem como alvo do estudo, segundo as características grande, médio e pequeno porte. Os informantes da pesquisa são os responsáveis pelo processamento da editoração: editor, gráfico, revisor e, ainda, autor e ilustrador dos livros mais vendidos. Apresenta também uma análise gráfico-editorial dos livros mais vendidos pelas editoras depoentes. No final, além dos resultados e conclusões há sugestões de outros caminhos de pesquisa. A intenção precípua deste estudo é fornecer ao bibliotecário conhecimentos nas áreas da editoração e da literatura infantil, a fim de propiciar uma outra faceta para sua atuação profissional.

EPIPHANIO, Heidi Aparecida Terezinha. Adequação de coleções: estudo sistema de bibliotecas e informação da PUCAMP. Campinas, 1989. 119p.

RESUMO

Estudo de adequação da coleção de livros do Sistema de Bibliotecas e Informação da Pontifícia Universidade Católica de Campinas em relação ao programa de ensino. Verificação da existência do material bibliográfico

solicitado por cursos nas bibliotecas do sistema. Desenvolvimento de uma fórmula para adequação quantitativa da coleção com base na solicitação bibliográfica das disciplinas, no número de disciplinas de cada curso, no número de professores e alunos. Comparação da aplicação desta fórmula com a aplicação da fórmula de CLAPP/JORDAN e com o acervo real para atender cada curso. Cálculo do custo para a adequação da coleção em dois níveis propondo que a adequação se faça em nível mínimo a curto prazo e, em nível ideal, a médio ou longo prazo.

MACHADO, Ana Maria Nogueira. **Pesquisa Escolar: uma questão para resolver.** Campinas, PUCAMP, 1989.

RESUMO

Por observarmos a dificuldade encontrada pelos estudantes universitários quando da busca bibliográfica para seus trabalhos acadêmicos, entendemos, via subsídios teóricos, que o início dessa questão localizava-se na prática da pesquisa dos alunos de 1º grau.

Como não nos foi possível encontrar pesquisa de campo que tratasse de tal particularidade, propusemo-nos a investigar o processo vivenciado pelo aluno, de 5ª a 8ª série do 1º grau, ao realizar a pesquisa escolar e os problemas dela decorrentes.

Para tanto, elegeu-se uma Biblioteca Pública, local onde escolares desenvolvem suas pesquisas, porque escolas de 1º grau, de modo geral, não se encontram devidamente aparelhadas para tal fim.

Da investigação depreendeu-se resultados que mostram uma aprendizagem deficiente, por parte do escolar, como decorrência da falha orientação tanto em sala de aula como na Biblioteca.

MARQUETIS, Eliana Marciela. **O serviço de referência no sistema de bibliotecas da UNICAMP: uma proposta para avaliação.** Campinas, PUCAMP, 1989.

RESUMO

Estuda os métodos que são utilizados para avaliar o Serviço de Referência em bibliotecas universitárias. Para isso analisa o Sistema de Bibliotecas da Universidade Estadual de Campinas.

Delimita as atividades inerentes ao serviço de referência, após o que analisa os métodos empregados para avaliar o mencionado serviço, através da literatura sobre o assunto.

Ao estudar o sistema de bibliotecas da UNICAMP, constata-se que a serviço de referência não é avaliado, são colhidos dados estatístico no mesmo. Assim, propõe-se a utilização do método estatístico para a avaliação do serviço de referência, uma vez que este método poderá ser aplicado, como primeira etapa.

NASCIMENTO, Maria Alice Rabelo do. O tecnicismo e a biblioteconomia brasileira: análise da ideologia contida em normas, códigos e regulamentos da biblioteconomia. Campinas, PUCAMP, 1989.

RESUMO

No Brasil, as escolas superiores destinadas a preparar bibliotecários apareceram há pouco mais de meio século. Se institucionalizaram há menos de três décadas. Destinavam-se ao atendimento da demanda de pessoal qualificado, procedente da nascente indústria da cultura e ainda visavam a valorização técnica, graças aos novos rumos do capitalismo internacional. Em âmbito nacional, estas escolas já ensaiavam uma explosão, obviamente, em decorrência da necessidade imposta a partir dos países de Primeiro Mundo.

Inseridas num modelo importado de formação acadêmica, as escolas permanecem distantes dos dinamismos técnicos e culturais próprios do continente, o que contribuiu como causa determinante na postura de neutralidade e de passividade do bibliotecário brasileiro. A introjeção da normatização biblioteconômica, imposta nos bancos universitários, transformou os "simples" instrumentos de trabalho (códigos, normas e regulamentos) em poderosas armas ideológicas.

A partir desse pressuposto, recuperamos a formação e a estrutura da ideologia, que funciona ocultamento da questão tecnicista. Neste contexto, temos o Código de ética Profissional - legislação biblioteconômica que, ao invés de funcionar como guia de ação moral, é uma carta de intenções de comportamento - um corolário de sansões.

Propomos um ensino de Biblioteconomia, no País, capaz de permitir o equilíbrio entre as matérias culturais e técnicas e que provoque a emergência do aspecto crítico e criativo em busca da sociabilização do saber: o papel do bibliotecário deve ser o de um grande agente na democratização da informação. Significa abandonar a postura de contemplação da sociedade, para nela atuar diretamente a partir da apreensão das nuances que caracterizam a sua complexidade, inclusive os obstáculos ao processo de mudança.

SILVA, José Fernando Modesto da. **A Microinformática nas bibliotecas das universidades públicas do Estado de São Paulo**. Campinas, PUCCAMP, 1989.

RESUMO

A automação dos serviços bibliotecários é uma realidade encontrada atualmente no Brasil, como decorrência do uso crescente dos microcomputadores por todos os segmentos econômicos da sociedade. Para constatar esta realidade, elaborou-se um levantamento sobre utilização dos microcomputadores em 21 bibliotecas universitárias das universidades públicas do Estado de São Paulo.

Procurou-se enfatizar cinco aspectos: área de tratamento da informação bibliográfica; recursos humanos; hardware; software e aplicações na biblioteca e a perspectiva de automação.

Os resultados obtidos indicaram que a utilização de microcomputadores ocorreu em 100% das amostras da USP e 83% das amostras da UNICAMP, enquanto na UNESP 100% de suas bibliotecas amostradas não apresentaram indicação no uso de microcomputadores.

Em relação ao microcomputador, o equipamento adotado, basicamente foi o modelo IBM/PCxt (82%) de 16 bits. O sistema operacional mais usado foi o MS/DOS (82%). Acoplado ao equipamento para armazenagem dos dados foi encontrado unidades de disquetes 5 1/4 (100%) e também discos rígidos com capacidade média de 10MB (57%). Como unidade de saída, a impressora mais popular foi o modelo Amélia Pc (50%).

Os gerenciadores de banco de dados mais encontrados foram Dbase III (33%) e Dbase III plus (44%).

Nos serviços informatizados, as rotinas administrativas mostraram-se priorizadas pelas bibliotecas amostradas.

RELAÇÃO DAS DISSERTAÇÕES DE MESTRADO DEFEENDIDAS E APROVADAS NO CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM BIBLIOTECONOMIA Até Dezembro de 1989

MARTUCCI, Elisabeth Marcia. Automação: estratégias e práticas de ensino. 180p.

Orientador: Dr. Gaston Litton

Defendida em : 30/JUNHO/1980.

MONTALLI, Cátia Maria Lemos. Biblioteconomia comparada: estratégias e práticas de ensino. 285p.

Orientador: Dr. Gaston Litton

Defendida em: 21/JULHO/1980.

CAMPOS, Liene. Publicações periódicas e seriadas: estratégias e práticas de ensino. 173p.

Orientados: Dr. Gastro Litton

Defendida em: 21/JULHO/1980.

ARRUDA, Ruth Moura. Seleção e aquisição de materiais bibliográficos: estratégias e práticas de ensino. 206p.

Orientador: Dr. Gaston Litton

Defendida em: 26/AGOSTO/1980

PESSOA, Hilva Moraes. Introdução à ciência da informação: uma proposta de curso para biblioteconomia. 199p.

Orientador: Dr. Gastro Litton

Defendida em: 13/FEVEREIRO/1981.

GOMES, Ângela Maria Castelo. Estágio em biblioteconomia: estratégias e práticas de ensino. 115p.

Orientador: Dr. Gaston Litton

Defendida em: 13/FEVEREIRO/1981.

FERRACIN, Ana Maria. **Bibliotecas universitárias: uma proposta de ensino.** 233p.

Orientador: Dr. Gaston Litton

Defendida em: 30/JUNHO/1981.

CUNHA, Marina Campos. **Arquivologia e arquivística: no currículo de biblioteconomia.** 308p.

Orientador: Dr. Gaston Litton

Defendida em :06/AGOSTO/1981.

BONETTO, Neusa Cordeiro. **Bibliotecas públicas: estratégias e práticas de ensino.** 263p.

Orientador: Dr. Gaston Litton

Defendida em : 10/AGOSTO/1981.

FERREIRA, Carminda Nogueira de Castro. **História do Livro e das Bibliotecas: modelo de instrução.** 83p.

Orientador: Dr. Gaston Litton

Defendida em : 10/AGOSTO/1981.

FREITAS, Maria Terezinha Neves. **Bibliotecas infanto-juvenis: estratégias instrucional.** 191p.

Orientador: Dr^a Vera Sílvia Marão Beraquet

Defendida em : 16/OUTUBRO/1981.

AMORIM, Plácida Leopoldina Ventura. **Biblioteca e a interação televisão-leitura.** 99p.

Orientador: Dr. Antônio Suárez Abreu

Defendida em: 24/FEVEREIRO/1983.

HANAI, Sonia Maria Trombelli de. **Aspectos da formação profissional do bibliotecário brasileiro face às demandas audiovisuais inerentes à sua realidade de trabalho.** 165p.

Orientador: Dr^a Vera Sílvia Marão Beraquet

Defendida em: 25/NOVEMBRO/1983

BRUNETTI, Maria Isabel Santoro. **Proposta de uma metodologia para integrar os programas de educação dos usuários aos objetivos educacionais da universidade.** 143p.

Orientador: Dr. Ezequiel Theodoro da Silva

Defendida em: 19/DEZEMBRO/1983

SILVA, Valéria de Assumpção Pereira da. **Proposta de integração entre educador e bibliotecário nas escolas de 1º e 2º graus.** 101p.

Orientador: Dr. Ezequiel Theodoro da Silva

Defendida em: 06/FEVEREIRO/1984

ALESSI, Clóris. **Análise e caracterização do ensino da disciplina Orientação Bibliográfica nos cursos de pós-graduação no país.** 154p.

Orientador: Dr^a Vera Silvia Marão Beraquet

Defendida em: 15/JUNHO/1984

BROCATTI, Antonia Lúcia. **Uma metodologia para a construção de um questionário voltado à avaliação das percepções que o usuário tem da biblioteca universitária.** 142p.

Orientador: Dr. Ezequiel Theodoro da Silva

Defendida em : 06/MARÇO/1985

MADUREIRA, Maria Aparecida Ehke. **A biblioteca escolar na rede estadual de ensino do 1º grau do Paraná: diagnóstico e avaliação.**

Orientador: Dr. Ezequiel Theodoro da Silva

Defendida em: 09/OUTUBRO/1985

BONATTO, Ana Lúcia Maia. **Caixas-bibliotecas em bairros de periferia: sistematização de uma experiência.**

Orientador: Dr. Ezequiel Theodoro da Silva

Defendida em: 28/FEVEREIRO/1986

BRANDÃO, Lídia Maria Batista. **Hábito de leitura dos estudantes de biblioteconomia: referência para uma proposta de inclusão da disciplina "Introdução à Leitura" nos cursos de formação do bibliotecário.** 153p.

Orientador: Dr^a Ana Maria Pita de Melo

Defendida em : 03/OUTUBRO/1989

PINTO, Antonia Terezinha Marcantônio. **Promovendo a leitura na escola: um trabalho de intervenção em biblioteconomia.** 88p.

Orientador: Dr. Ezequiel Theodoro da Silva

Defendida em: 09/OUTUBRO/1989

NOGUEIRA, Maria Christina de Almeida. **A importância da educação de usuário de biblioteca escolar para programas de Incentivo à leitura e pesquisa.** 165p.

Orientador: Dr^a Else Benetti Marques Válio

Defendida em :06/AGOSTO/1987

LUCAS, Clarinda Rodrigues. **O sistema de informação e o processo de transferência tecnológica.** 141p.

Orientador: Dr^a Solange Puntel Mostafa

Defendida em: 19/AGOSTO/1987

BARROS, Maria Helena Toledo Costa de. **A presença de elementos pedagógicos nos serviços biblioteconômicos.** 243p.

Orientador: Dr. Ezequiel Theodoro da Silva

Defendida em: 25/NOVEMBRO/1987

LEME, Roseli Tereza Silva. **Comunicação e expressão nas bibliotecas infanto-juvenis: ação e perspectivas de bibliotecários.**

Orientador: Dr^a Geraldina Porto Witter

Defendida em: 09/MARÇO/1988

OLIVEIRA, Maria Odaisa Espinheiro de. **Biblioteca e sociedade: confronto de duas concepções curriculares de formação do bibliotecário (UFPa/PUCCAMP).**

Orientador: Dr^a Vera Silvia Marão Beraquet

Defendida em: 30/JUNHO/1988

KURIHARA, Maria Helena. **Definição de núcleo básico de periódicos do centro nacional de pesquisas de hortaliças da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (CNPq/EMBRAPA), proposta de modelo de ação para aquisição e descarte.**

Orientador: Dr^a Dinah Aguiar Población

Defendida em: 31/AGOSTO/1988

JÚNIOR SACCHI, Nério. **Biblioteca na antiguidade clássica.**

Orientador: Dr^a Solange Puntel Mostafa

Defendida em: 16/SETEMBRO/1988

NASTRI, Rosemeire Marino. **Formação e atualização dos egressos da escola de biblioteconomia e documentação de São Carlos: um estudo de avaliação (1959-1985).**

Orientador: Dr^a Geraldina Porto Witter

Defendida em 07/DEZEMBRO/1988

OTANI, Kazue. **Educação continuada e recursos humanos em bibliotecas universitárias: um estudo comparado.**

Orientador: Dr^a Geraldina Porto Witter

Defendida em: 17/FEVEREIRO/1989

OLIVEIRA, Rosa Maria Vivona Bertolini. **Análise de citações da produção científica como instrumento de avaliação de coleção de periódicos no campo da energia nuclear aplicada a agricultura.**

Orientador: Dr^a Dinah Aguiar Población

Defendida em: 24/MAIO/1989

GIONGO, Beatriz Helena. **O livro como objeto de lazer no âmbito de bibliotecas públicas: gênese, crítica e proposta**

Orientador: Dr. Ezequiel Theodoro da Silva

Defendida em: 01/AGOSTO/1989

PRAZERES, Yara Maria Pereira da Costa. **Busca de Informação: comportamento do docente/pesquisador da universidade estadual de Londrina.**

Orientador: Dr^a Dinah Aguiar Población

Defendida em: 23/AGOSTO/1989

MACHADO, Ana Maria Nogueira. **Pesquisa escolar: uma questão para resolver. 92p.**

Orientador: Dr^a Else Benetti Marques Válio

Defendida em: 11/SETEMBRO/1989

EPIPHANIO, Heidi Aparecida Terezinha. **Adequação de coleções: estudo dos sistemas de bibliotecas e informação da PUC-CAMP.**

Orientador: Dr^a Solange Puntel Mostafa

Defendida em: 14/SETEMBRO/1989

ARECO, Angela Maria Barreto. Bibliotecas e o fenômeno burocrático.
Orientador: Dr^a Solange Puntel Mustafa.
Defendida em: 21/SETEMBRO/1989

GIACOMETTI, Maria Marta. **Motivação e busca da informação:**
comportamento de docentes-pesquisadores da universi-
dade federal de Mato Grosso do Sul.
Orientador: Dr^a Geraldina Porto Witter
Defendida em: 18/OUTUBRO/1989

NASCIMENTO, Maria Alice Rebello. **O tecnicismo e a bibliotecono-
mia brasileira:** análise da ideologia contida em normas,
códigos e regulamentos da biblioteconomia
Orientador: Dr. Ezequiel Theodoro da Silva
Defendida em: 23/NOVEMBRO/1989

MARQUIETIS, Eliana Marciela. **O serviço de referência no sistema
de bibliotecas da UNICAMP:** uma proposta para avalia-
ção.
Orientador: Dr^a Vera Sílvia Marão Braquet
Defendida em: 28/NOVEMBRO/1989

SILVA, José Fernando Modesto da. **Microinformática em bibliote-
cas das universidades públicas do estado de São Pau-
lo.**
Orientador: Dr. Murilo Bastos Cunha
Defendida em: 12/DEZEMBRO/1989

CORDEIRO, Xênia Lacerda. **Produção Cultural para a criança bra-
sileira: o livro de literatura infantil em seu contexto
editorial.**
Orientador: Dr. Ezequiel Theodoro da Silva
Defendida em: 14/DEZEMBRO/1989

DOCUMENTO

ESTATUTO

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO E BIBLIOTECONOMIA (ANCIB)

CAPÍTULO I

DA CARACTERIZAÇÃO, SÉDE E FORO

Artigo 1º - A Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação e Biblioteconomia ou, simplesmente ANCIB, fundada em 23 de junho de 1989, por ocasião do X "Encontro Nacional de Cursos de Pós-Graduação em Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação", é uma sociedade civil sem fins lucrativos, destinada a congregar instituições, pesquisadores, estudantes de pós-graduação e profissionais egressos dos cursos de pós-graduação das áreas de ciência da Informação e Biblioteconomia.

1º - A ANCIB tem sede e foro na Comarca de São Paulo, SP, sendo representada, em juízo ou fora dele, por seu presidente.

2º - A ANCIB rege-se-à pelas disposições do presente Estatuto, pelo Regimento Interno, por seus Regulamentos, assim como pela legislação brasileira que lhe for pertinente.

CAPÍTULO II

DOS OBJETIVOS

Artigo 2º - A ANCIB tem por objetivos:

- a. promover o desenvolvimento da pesquisa e de estudos avançados da Ciência da informação, bem como do ensino da pós-graduação em Ciência da Informação e Biblioteconomia no país;
- b. contribuir para o aperfeiçoamento intelectual dos sócios incentivando o intercâmbio e a cooperação entre as instituições, os profissionais/pesquisadores e os estudantes de pós-graduação em Ciência da Informação e Biblioteconomia.
- c. promover o intercâmbio e cooperação entre associações e organismos, congêneres em nível regional, nacional e mundial;
- d. fomentar a divulgação dos trabalhos científicos produzidos no país;
- e. contribuir para o desenvolvimento de atividades que viabilizam o cumprimento de seus objetivos, da produção científica e cultural e da representação social em congressos, seminários e outros eventos;
- f. representar e agir junto aos órgãos de fomento da pesquisa e agências de coordenação e financiamento da pesquisa e da pós-graduação, no país e no exterior, em favor da consecução dos seus objetivos.

Artigo 3ºA ANCIB procurará alcançar os seu objetivos mediante ações constantes do Regimento Interno.

CAPÍTULO III

DOS SÓCIOS

Artigo 4º A ANCIB é constituída por um número ilimitado de sócios distribuídos nas seguintes categorias:

- a. **sócio institucional** - aquela instituição vinculada à pesquisa e/ou ao ensino de pós-graduação na área de Ciência da Informação e Biblioteconomia e aquelas que participam do planejamento e da implementação ou que a ela venham a se associar posteriormente;
- b. **sócio individual** - pessoas físicas que compõem o quadro do corpo docente, pesquisadores e especialistas, profissionais egressos dos cursos de pós-graduação em Ciência da Informação e Biblioteconomia ou outras áreas afins, que participarem do planejamento e da implementação da ANCIB ou que a ela venham a ingressar mediante pedido de admisão de acordo com as exigências deste Estatuto;
- c. **sócio estudante** - pessoa física que está inscrita como aluno de pós-graduação em Ciência da Informação e Biblioteconomia e que venha a ingressar mediante pedido de admissão de acordo com as exigências deste Estatuto.

§ único - São considerados sócios fundadores os profissionais que participaram e constam da lista de presença da Assembléia de fundação da ANCIB, desde que obedeçam as disposições deste Estatuto e do Regimento.

CAPÍTULO IV

DA ADMISSÃO E DEMISSÃO

Artigo 5º - Para ser admitido como sócio da ANCIB, o interessado deverá:

- a. declarar sua intenção de comprometer-se a cumprir as disposições da legislação da ANCIB mencionadas no **2º do artigo 1º** do presente estatuto;
- b. ser apresentado por dois sócios da entidade em pleno exercício dos direitos sociais;
- c. ter sua proposta de admissão aceita pela Diretoria Executiva;
- d. satisfazer as exigências da Secretaria e da Tesouraria da ANCIB.

Artigo 6º - As propostas de admissão serão aceitas ou recusadas a critério da Diretoria Executiva.

1º - O interessado proposto só adquire a condição de Sócio quando satisfeitas as condições do artigo anterior.

2º - Se, aceita a proposta, se verificar que foram inexatas as informações prestadas, ela será anulada, sendo devolvida ao interessado a taxa de inscrição, pela Tesouraria.

Artigo 7º - O sócio que quiser demitir-se ou licenciar-se poderá fazê-lo mediante solicitação, por escrito, à Diretoria Executiva, que deliberará a respeito, obedecendo ao Regimento Interno.

CAPÍTULO V

DOS DIREITOS DOS SÓCIOS

Artigo 8º - São direitos dos Sócios em pleno gozo seus direitos sociais:

- a. participar, em condições preferenciais, de todos os eventos promovidos pela ANCIB;
- b. participar, votar e ser votado na Assembléia Geral Ordinária e na assembléia Geral Extraordinária, discutindo, aprovando ou rejeitando as matérias que forem objeto da convocação;
- c. utilizar, nas condições estipuladas pela Diretoria Executiva, todos os serviços mantidos pela ANCIB, mediante recolhimento, quando couber, da correspondente remuneração;
- d. ter livre acesso, mediante solicitação prévia, aos livros de atas das assembléias gerais e de reuniões da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal, como aos livros contábeis da ANCIB;
- e. recorrer junto à autoridade competente, no prazo de 30 (trinta) dias, contra todo ato lesivo ou contrário a este Estatuto, emanado da Diretoria Executiva ou Assembléia geral da ANCIB;
- f. requerer, com a adesão de número de sócios superior a um terço, a convocação da assembléia geral Extraordinária;
- g. propor a admissão de sócios e a aplicação de penalidades previstas neste Estatuto e no Regimento Interno.

CAPÍTULO VI

DOS DEVERES DOS SÓCIOS

Artigo 9º - São deveres do sócio de qualquer categoria:

- a. conhecer e cumprir as disposições deste Estatuto e acatar as deliberações da Diretoria Executiva e da Assembléia Geral;
- b. pagar pontualmente as contribuições fixadas pela ANCIB;
- c. zelar pelo patrimônio moral e material da ANCIB;
- d. comunicar a mudança e alteração de endereço residencial ou profissional;
- e. zelar pela conservação do patrimônio da ANCIB, indenizando-a, a critério da Diretoria Executiva, pelos prejuízos que causar;
- f. aceitar e exercer, salvo justo motivo, os cargos e as funções para os quais for designado;
- g. cooperar com os órgãos diretivos da ANCIB, apresentando sugestões que julgue oportunas;

§ único: - O sócio estudante tem o dever de comprovar o direito a essa categoria anualmente mediante declaração do Curso onde estiver inscrito.

CAPÍTULO VII

DAS PENALIDADES E DO DIREITO DA DEFESA

Artigo 10º - Os sócios estão sujeitos às penalidades de advertência verbal e/ou escrita, suspensão dos direitos sociais e eliminação do quadro social quando: infringirem as disposições deste Estatuto e do Regimento Interno.

Artigo 11 - As penalidades de advertência verbal, advertência escrita e suspensão dos direitos sociais são aplicadas pela Diretoria Executiva, "ad referendum" da Assembléia Geral, de acordo com o Regimento Interno.

CAPÍTULO VIII

DA ADMINISTRAÇÃO

Artigo 12 - ANCIB é dirigida pelos seguintes órgãos:

- a. Assembléia Geral
- b. Diretoria Executiva
- c. Conselho Fiscal

único - São órgãos auxiliares da ANCIB:

- a. Conselho Consultivo
- b. Comissões Especiais e Grupos de Trabalho.

CAPÍTULO IX

DA ASSEMBLÉIA GERAL

Artigo 13 - A Assembléia Geral, órgão máximo de deliberação da ANCIB, é integrada pelos Sócios Institucionais, Sócios Individuais e Sócios Estudantes.

Artigo 14 - A Assembléia Geral Ordinária realizar-se-á uma vez por ano, competindo-lhe:

- a. aprovar, alterar ou rejeitar os projetos ou programas e os relatórios de atividades apresentados pela Diretoria Executiva e pelo Conselho Fiscal;
- b. aprovar, alterar ou rejeitar as contas do exercício e orçamento para o exercício subsequente;
- c. deliberar sobre a alienação de bens patrimoniais;
- d. destituir qualquer membro de órgãos diretivos e eletivos, desde que a proposta seja apresentada por, pelo menos, dez por cento de seus membros e aprovada por dois terços deles;
- e. homologar o resultado das eleições para os cargos eletivos e dar posse aos sócios eleitos;

- f. referendar a nomeação de membros para a Diretoria Executiva e para os Conselhos Fiscal e Consultivo em caso de vacância ou renúncia;
- g. referendar a celebração de convênios ou a afiliação da ANCIB com qualquer entidade nacional ou internacional;
- h. eleger o Comitê Eleitoral;
- i. homologar as ações sobre todos os casos omissos neste Estatuto.

Artigo 15 - A Assembléia Geral será convocada, com antecedência mínima de trinta dias, por edital afixado na sede da ANCIB ou circulares enviadas, por via postal, a todos os Sócios, ou, ainda a publicação em jornal de grande circulação dos Estados onde estiverem sediados os cursos de pós-graduação da área, obedecendo o Regimento Interno da ANCIB.

Artigo 16 - A sessão da Assembléia Geral será aberta pelo presidente da Diretoria Executiva ou, na falta ou no impedimento deste, por seu substituto legal, de acordo com Regimento Interno da ANCIB.

Artigo 17 - Todos os assuntos serão decididos pela Assembléia Geral, podendo as votações serem:

- a. por escrutínio secreto;
- b. abertas, pelo processo nominal;
- c. por aclamação.

Artigo 18 - Havendo votação por escrutínio secreto ou nominal, a mesma será aferida pela assinatura no livro de presença.

§ único - Cada sócio terá direito de um voto admitindo-se, caso de empate, o voto de qualidade do presidente da Assembléia Geral.

Artigo 19 - Somente poderão participar da Assembléia Geral, votar e ser votados os sócios presentes e quites com a anuidade e em pleno gozo de suas prerrogativas sociais.

Artigo 20 - Os trabalhos de cada sessão serão registrados no Livro de Atas, cabendo a lavratura da ata ao secretário da Assembléia Geral, o qual deverá assiná-la juntamente com os demais componentes da mesa, em função da sua validade para os efeitos legais.

CAPÍTULO X

DA DIRETORIA EXECUTIVA

Artigo 21 - A Diretoria Executiva é composta de:

- a. Presidente
- b. Vice-Presidente
- c. Secretário-Geral
- d. Secretário
- e. Tesoureiro

Artigo 22 - As competências da Diretoria Executiva são estabelecidas em Regimento Interno.

Artigo 23 - A Diretoria Executiva não pode transigir, renunciar a direitos, alienar, hipotecar ou onerar os bens da ANCIB ou, ainda contrair empréstimo sem autorização da Assembléia Geral.

Artigo 24 - Os membros da Diretoria Executiva terão mandato de três anos, podendo ser reeleitos.

Artigo 25 - As decisões da Diretoria Executiva serão tomadas por maioria dos votos de seus membros presentes.

Artigo 26 - A Diretoria Executiva reunir-se á ordinariamente de acordo com calendário previamente estipulado e extraordinariamente sempre que necessário, mediante convocação feita por seu presidente ou pela maioria de seus membros, de acordo com o Regimento.

Artigo 27 - A renúncia ou afastamento de qualquer associado ou ocupante de cargo será comunicada por escrito à Diretoria Executiva.

§ único - Tratando-se de renúncia do presidente da ANCIB, ela será igualmente notificada por escrito ao seu substituto legal, que dentro de 48 horas reunirá a Diretoria Executiva para dar ciência do ocorrido e tomar as providências cabíveis.

Artigo 28 - Se ocorrer vacância ou renúncia coletiva da Diretoria Executiva, o presidente do Conselho Fiscal convocará uma Assembléia Geral, a fim de que se constitua uma Diretoria Provisória de acordo com o Regimento Interno.

Artigo 29 - Em caso de perda de mandato ou de renúncia, o sócio não poderá ser eleito para qualquer cargo de administração durante cinco anos.

Artigo 30 - As competências do presidente da Diretoria Executiva são estabelecidas no Regimento Interno.

CAPÍTULO XI

DO CONSELHO FISCAL

Artigo 31 - Compôr-se a Conselho Fiscal de três membros eleitos com a Diretoria Executiva e permitida a reeleição. Os membros devem representar os segmentos docentes, discentes e profissional/pesquisador.

Artigo 32 - Reunir-se á do Conselho Fiscal em sessão ordinária por convocação do seu presidente, uma vez por ano e, em sessão extraordinária, por convocação feita por qualquer dos seus membros, pelo presidente da Diretoria Executiva ou pela Assembléia Geral.

Artigo 33 - As competências do Conselho Fiscal serão estabelecidas no Regimento Interno.

Artigo 34 - Para desempenho de suas funções, serão franqueadas ao Conselho Federal os livros, as atas, a escrituração contábil, os documentos de receita e despesas e tudo mais que se relacione com valores pertinentes à ANCIB, sempre que solicitado.

Artigo 35 - O Conselho Fiscal tornar-se-á solidariamente responsável pelas irregularidades praticadas pela Diretoria Executiva ou por qualquer outro órgão da Administração, quando delas tiver conhecimento e não propuser à Assembléia Geral as medidas saneadoras cabíveis ou a punição dos responsáveis.

Artigo 36 - Caso o Conselho Fiscal não se pronuncie sobre as contas na reunião ordinárias, fica facultada ao presidente da Diretoria Executiva a convocação de Assembléia Geral Extraordinária para tal finalidade.

CAPÍTULO XII

DO CONSELHO CONSULTIVO

Artigo 37 - O Conselho Consultivo, eleito simultaneamente com a Diretoria Executiva, será integrado por um representante docente e por um representante discente de cada um dos Cursos de Pós-Graduação de Ciência da Informação e de Biblioteconomia e pelos ex-presidentes da ANCIB.

Artigo 38 - O Conselho Consultivo terá por finalidade orientar e assessorar a administração da ANCIB com o intuito de preservar as suas tradições e estimulá-la na consecução de seus objetivos conforme consta do Regimento Interno.

Artigo 39 - O Conselho Consultivo reunir-se-á quando convocado pelo presidente da Diretoria Executiva ou pela Assembléia Geral.

CAPÍTULO XIII

DAS COMISSÕES ESPECIAIS E DOS GRUPOS DE TRABALHO

Artigo 40 - As Comissões Especiais e/ou Grupos de Trabalhos, eventuais ou permanentes, serão criadas por iniciativa da Diretoria Executiva ou da Assembléia, para estudos de questões relacionadas com os interesses e/ou profissionais.

Artigo 41 - Os membros das Comissões Especiais e/ou Grupos de Trabalhos serão nomeados pela Diretoria Executiva.

Artigo 42 - Os mandatos dos membros das Comissões Especiais e/ou Grupos de Trabalhos cessam por decisão da Diretoria Executiva ou com o término de suas atividades.

CAPÍTULO XIV

DAS ELEIÇÕES

Artigo 43 - A Assembléia Geral Ordinária imediatamente anterior ao término do mandato dos órgãos dirigentes comporá, por votação, o comitê eleitoral, constituído de três sócios, com as atribuições estabelecidas no Regimento Interno.

Artigo 44 - Os membros do Comitê Eleitoral não podem pertencer a nenhum órgão da ANCIB e serão inelegíveis para qualquer função na Diretoria Executiva e nos Conselhos Fiscal e Consultivo.

Artigo 45 - O mandato do Comitê Eleitoral se encerrará na data de posse da nova Diretoria Executiva.

Artigo 46 - A eleição dos membros da Diretoria Executiva, do Conselho Fiscal e do Conselho Consultivo será efetuada por voto secreto, em cédula única.

Artigo 47 - O processo de eleição será presidido pelo Comitê Eleitoral e realizar-se-á de acordo com um regulamento definido no Regimento Interno.

Artigo 48 - A posse dos eleitos será realizada na Assembléia Geral Ordinária convocada para tal.

CAPÍTULO XV

DO PATRIMÔNIO, DA RECEITA, DA DESPESA, DO ORÇAMENTO

Artigo 49 - O patrimônio social será constituído por bens móveis e imóveis, adquiridos, recebidos em doação ou legados, e pelo conjunto de valores, ativos e passivos demonstrados em balanço anual.

Artigo 50 - O patrimônio social só poderá ser alienado mediante permissão expressa da Assembléia Geral Extraordinária.

Artigo 51 - Atos de malversação ou dilapidação do patrimônio da entidade devem, obrigatoriamente, ser comunicados pela

Diretoria Executiva ou pela Assembléia Geral às autoridades competentes.

Artigo 52 - Constituiu receita ordinária a proveniente de fontes habituais e previstas no orçamento como:

- a. contribuição do sócio;
- b. auxílios, subvenções, doações ou legados;
- c. bens e valores adquiridos e rendas por eles produzidos;
- d. aluguéis e juros de títulos e depósitos bancários;
- e. rendas eventuais.

Artigo 53 - Nenhuma contribuição poderá ser imposta ao sócio além das determinadas no presente Estatuto ou por deliberação da Assembléia Geral.

Artigo 54 - Constitui receita extraordinária a proveniente de fontes não habituais, previstas ou não no Estatuto ou em orçamento.

Artigo 55 - Constituem despesas os gastos necessários à manutenção do patrimônio e à consecução dos objetivos sociais, previstos ou não no orçamento.

Artigo 56 - O orçamento é o cálculo estimativa da receita e despesa para o período correspondente ao exercício financeiro que vai de 1 de janeiro a 31 de dezembro de cada ano.

CAPÍTULO XVI

DA DISSOLUÇÃO DA ANCIB

Artigo 57 - A dissolução da ANCIB só poderá ser decidida em Assembléia Geral Extraordinária, especificamente convocada por dois terços, no mínimo, de seus sócios, mediante edital remetendo a cada sócio com três meses de antecedência.

Artigo 58 - Em caso de dissolução da sociedade, a Assembléia Geral, pelo voto da maioria absoluta dos sócios, transferirá o patrimônio social a fundos de reserva ou à entidade congênera brasileira que esteja legalmente registrada.

CAPÍTULO XVII

DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Artigo 59 - A primeira Diretoria será eleita na Assembléia de fundação da ANCIB.

§ único: - Esta primeira Diretoria, considerada como provisória, terá o mandato de um ano e meio e deverá elaborar um Regimento Interno que será submetido à apreciação e à aprovação da Assembléia Geral no primeiro ano de sua gestão.

CAPÍTULO XVIII

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 60 - Os sócios não respondem, nem mesmo subsidiariamente, pelas obrigações sociais da entidade.

Artigo 61 - Os membros da Diretoria Executiva, do Conselho Fiscal, do Conselho Consultivo e dos demais órgãos administrativos não poderão receber salários ou vencimentos nem auferir lucros ou vantagens de qualquer espécie de seus cargos.

Artigo 62 - O logotipo da ANCIB, adotado pela primeira Diretoria Executiva, somente será alterado posteriormente em Assembléia Geral, por maioria simples de votos.

Artigo 63 - A assinatura de convênios ou filiação da ANCIB com qualquer entidade nacional ou internacional será decidida pela Diretoria Executiva, "ad referendum" da Assembléia Geral, e só será aprovada se não implicarem qualquer subordinação jurídica ou administrativa, resguardando-se assim a autonomia da sociedade.

Artigo 64 Os casos omissos no estatuto serão resolvidos pela Diretoria "ad referendum" da Assembléia Geral.

Artigo 65 - O presente Estatuto poderá ser reformado ou emendado a qualquer tempo por indicação da Diretoria Executiva ou

de Sócios, desde que conte com aprovação de dois terços dos presentes à Assembléia Geral Extraordinária convocada com esse objetivo.

Artigo 66 - O presente Estatuto entrará em vigor na data de sua aprovação pela Assembléia Geral.

São Paulo, 5 de maio de 1991.

INFORMATIVO

DÉCIMA PRIMEIRA EDIÇÃO DO CATÁLOGO DE CONFERÊNCIAS: 30.000 ANAIS DE EVENTOS EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA

O Centro de Informações Nucleares da Comissão de Energia Nuclear-CIN/CNEN, já lançou uma nova edição do Catálogo Coletivo de Conferências em Ciências e Tecnologia.

Esta 11ª edição, consolida definitivamente esta obra, que ao longo de 6 anos tem se mostrado, a cada edição, imprescindível para os profissionais bibliotecários do país que atuam em bibliotecas e centro de informações na área de C & T. Fruto do esforço cooperativo de mais de 160 bibliotecas brasileiras, o Catálogo de Conferências arrola cerca de 30.000 títulos de anais de eventos, conferências, simpósios, jornadas, etc. Isto significa que os dados constantes do Catálogo têm validade e amplitude garantida pelas maiores e mais importantes bibliotecas do país com acervos em Ciência e Tecnologia. É também mais uma prova da eficiência da solução cooperativa na biblioteconomia. O Catálogo Coletivo de Conferências é uma obra de referência para ser consultada quando se deseja saber em que biblioteca do país se podem encontrar os anais de eventos que já aconteceram, não importando se no Brasil ou no exterior.

O Catálogo de Conferências é apresentado no formato de microfichas. Graças a isso, informações sobre dezenas de milhares desdobrados em arranjos por TÍTULO, LOCAL E DATA e ASSUNTO (KWOC), puderam convenientemente ser compactadas num conjunto de apenas 34 microfichas - 5 para títulos, 9 para local e data e 16 para índice de assuntos (KWOC), que estão encadernadas de forma a facilitar a implantação. Um outro detalhe é que os módulos CORPO e ÍNDICE são independentes, podendo ser adquiridos separadamente.

O arranjo do Catálogo Coletivo de Conferências, garante encontrar os anais de um particular evento mesmo que não se tenha disponível todos os dados a respeito dele. Por exemplo: pode-se encontrá-los entrando pelo nome da cidade onde se realizou o evento ou, se estiver disponível, pelo título completo. Pode-se ainda consultar o índice de assuntos - um KWOC formado

por palavras significativas do título, quando se deseja recuperar anais de eventos que tratem de um assunto específico ou quando não se tem certeza do título correto.

O Catálogo também está disponível para consultar on-line, para os assinantes do RENPAC. A modalidade de acesso on-line, é extremamente versátil, permitindo buscas por vários pontos de acesso, como por exemplo, por BIBLIOTECA.

Para maiores informações sobre como elaborar, como adquirir, como acessar Catálogo, ou ainda para receber um exemplo do Mini-manual do Catálogo Coletivo de Conferências, contactar-se com ANUSKA, Comissão Nacional de Energia Nuclear, Centro de Informações Nucleares, Rua General Severiano, 90, CEP 22294, Rio de Janeiro - RJ. Tel: (021) 546-2301.

PUBLICAÇÕES RECEBIDAS

CHERUBIM, Sebastião. Dicionário de figuras de linguagem. São Paulo, Pioneira, 1989. 74p. O dicionário apoia-se em boa bibliografia e na apresentação, o autor arrola as posições diversas e descreve a adotada na obra, podendo o trabalho ser útil aos que usam a língua (oral ou escrita).

RODRIGUES, Paulo Roberto. Administrando a informática. São Paulo, Pioneira, 1989, 246p. O autor enfoca a função gerencial, a competência e busca da eficácia, bem como o processo decisório e outros envolvendo a figura do gerente, na 1ª parte. Na segunda, enfoca mais especificamente a informatização da empresa. Na parte 3, trata dos recursos humanos e na última da segurança.

REVISTA INTERAMERICANA DE BIBLIOTECONOMIA, 12(1): 1989, dois trabalhos (Henera Beol & Isaza Arança) trataram da disponibilidade de informação ao nível de publicações; outro trata de aquisição: Sanches trata de informação sobre a Amazônia Colombiana e Arboleta da investigação e do desenvolvimento agrícola na América Latina e Caribe.

REVISTA INTERAMERICANA DE BIBLIOTECONOMIA, 12(2): 1989, Pineda enfoca o armazenamento de informações: Buluaga trata de discos óticos numéricos; Greiff fala das bibliotecas da

Antiópiã; Budd enfoca a publicação em biblioteconomia e a ciência da informação.

CONVIVIUM - Revista Bimestral de Investigação e Cultura, 1989

(1). Compreendendo contribuições sobre Wittgenstein (Zilles), José de Alencar (Cernev), Evaristo de Moraes Filho (Berger), Silvestre Pinheiro Ferreira (Carvalho) e Filosofia Jurídica (Japur).

CONVIVIUM - Revista Bimestral de Investigação e Cultura, 1989(2).

Enfocando temas sobre Lindolfo Collor (Rodríguez), Tecqueviu (Pain), Alberto Torres (Cardoso), Bornheim (Capela) e o Visconde do Uruguai (Zancanaro), além de um comentário de Balinski sobre o incomum mundo de Hawking.

CONVIVIUM - Revista Bimestral de Investigação e Cultura, 1989(3).

Apresenta os seguintes assuntos, além de resenhas: Ensaio sobre a incerteza (Barreto e Moreira); o "Tractatus Lógico - Philosophicus" de Wittgenstein (Zilles); Contemplatio Mortis (Bartholo Jr.); A política de conhecimento na cultura Nacional (Camello); Papel de filosofia na universidade: uma proposta (Rodríguez); A informação e desinformação na União Soviética (Lepargneur); Bicentenário da conjuração mineira: o iluminismo (Camello).

CONVIVIUM - Revista Bimestral de Investigação e Cultura, 1989(4).

Inclue além de resenhas, tres textos sobre a Revolução Francesa (Saldanha, Rodríguez e Capalbo); dois sobre filosofia, sendo um sobre Wittgenstein (Zilles) e outro sobre Tobias Barreto (Guimarães); comentários sobre o problema mente-corpo (Balinski) e Gigamesh (Fossa).

REFORMA AGRÁRIA, 19(2), 1989.

Revista da ABRA. Inclue também além de editorial, estatísticas e indicadores, material bibliográfico, informativo internacional, documentos e uma sessão sobre o Direito Agrário, mais os seguintes textos: O transformismo na República e a contra-reforma agrária (Carvalho); O futuro da questão agrária brasileira (Poletto); Imposto territorial rural no Brasil (Vilarinho); Inserção do trabalhador rural na previdência (Freitas Jr.).

NORMAS EDITORIAIS DE TRAN-IN-FORMAÇÃO

1. Serão aceitos originais considerados inéditos para publicação, embora tenham sido submetidos a processos considerados de domínio informal (Congresso, Seminários e similares) caso em que a referência ao evento deve constar em nota de rodapé.

2. Serão aceitos textos em português, espanhol, inglês ou francês, que se enquadrem em uma das sessões da revista (os) autor(es) devem indicar (em) a sessão, desde que aprovados por membros do corpo editorial.

3. Para publicação o artigo deverá ter a aprovação de, pelo menos, dois avaliadores, os quais emitirão parecer às cegas, isto é, sem conhecimento do nome (s) do (s) autor (es) ou da instituição a que está vinculado. Somente o diretor saberá o nome dos avaliadores.

4. Os artigos poderão ser aceitos sem restrições, com pequenas mudanças, com grandes alterações, ou rejeitados. Quando as alterações forem poucas e tratarem de aspectos formais, ou ainda com vistas apenas à manutenção da homogeneidade e da qualidade da publicação fará as mudanças necessárias, respeitando, todavia, o estilo e as opiniões dos autores. Nos demais casos o autor se encarregará da reformulação.

5. Os avaliadores terão prazo máximo de 30 dias para emissão de seus pareceres, cujas cópias anônimas serão enviadas aos autores.

6. A própria comissão editorial se encarregará da revisão das provas tipográficas.

7. O conteúdo dos trabalhos são da exclusiva responsabilidade de seus autores.

NORMAS PARA APRESENTAÇÃO DE TRABALHO

FORMATO:

Todas as colaborações devem ser datilografadas em papel branco, tamanho A4 (21 x 29,7cm), com entrelinhamento duplo, com 30 linhas,

observadas a ortografia oficial. A primeira página do original deverá conter: título do artigo, nome completo do autor e nome e endereço da instituição a que está vinculado. As páginas serão numeradas consecutivamente no canto superior direito. Cada trabalho terá no máximo 25 laudas datilografadas.

RESUMO:

Deve ser incluído um resumo informativo, de aproximadamente 100 palavras, em português, acompanhado de sua tradução para o inglês, inclusive do título, datilografado com entrelinhamento duplo, na segunda página do original. (incluir palavras-chave - **keyword**).

NOTA DE RODAPÉ:

Só é permitida na 1ª lauda e para indicar vínculo profissional, auxílios recebidos, apresentação em eventos atribuições de créditos.

ILUSTRAÇÕES:

1. Fotografias, devem ser nítidas, em papel brilhante, preto e branco, tamanho máximo 9 x 14 cm.

2. Figuras, devem ser apresentadas em papel, em preto e branco, de preferência à Nankin, tamanho máximo 20 x 30 cm.

3. Quadros e tabelas: devem ser acompanhados de título que permita compreender o significado dos dados reunidos.

Assinalar, no texto pelo número de ordem, o local de inclusão.

Para reimpressão de Fotografias, Figuras, Quadros e Tabelas extraídos de outros textos deve ser indicada a fonte de referência e anexada as autorizações da fonte e do autor.

ENCAMINHAMENTO:

Enviar à Secretaria da revista com carta em que conste a anuência para publicação; em caso de mais de um autor, todos devem assinar o documento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

As referências bibliográficas, redigidas segundo a norma NB-66/1978 (futura NBR-6025) da Associação Brasileira de Normas técnicas (ABNT), deverão ser numeradas no texto, segundo a ordem alfabética com que se apresenta no final do trabalho. A exatidão e adequação das referências a trabalhos que tenham sido consultados e mencionados no texto do artigo são da responsabilidade do autor. No artigo de Dinah Aguiar Población, publicado no número 1 da revista o autor encontra normas explicativas quanto ao aspecto aqui focalizado. Separadas do referido artigo podem ser solicitadas à Secretaria da Revista mediante pagamento.

